Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Assinde Joaquim Assumane

Terceirização dos Serviços de Saneamento: Alternativa de Prestação de Serviços nas Autarquias Locais em Moçambique

junho de 2025

Terceirização dos Serviços de Saneamento: Alternativa de Prestação de Serviços nas Autarquias Locais em Moçambique
Assinde Assumane
UMinho | 2025

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Assinde Joaquim Assumane

Terceirização dos Serviços de Saneamento: Alternativa de prestação de Serviços nas Autarquias Locais em Moçambique

Tese de Doutoramento em Ciências da Administração.

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Pedro Jorge Sobral Camões.

Junho, 2025

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório da Universidade do Minho.

Agradecimentos

Agradeço à Deus, pela sua divindade e por ter colocado a sua mão neste projeto académico. Sou grato a minha mãe, Elisabete Elias Virgílio, pelo amor e conforto que transmitiu durante o período em que estive ausente e por ter sido paciente nesta caminhada académica além-fronteiras.

A minha gratidão aos meus filhos: Igor Khensani Assinde, Alika de Agnat, Luna de Lyande Assinde e Kyllian Assinde por terem sido a minha motivação neste percurso de aventura académica fora do País.

À Bernadete Liamina, minha esposa, por ter sido presente na minha vida transmitindo energias positivas nesta caminhada académica, vai o meu eterno e profundo agradecimento. Agradeço imensamente a avó Lúcia Oleite pelas orações durante o período de formação longe da família, *Dhinothamalelane.*

Aos meus irmãos e cunhadas Mainês Joaquim Assinde, Virgílio Salomão Assinde, Queluba Nhampossa Assinde e Maria Luísa Dias Assinde por terem transmitido energias positivas e por estarem sempre presente em todos os momentos da minha vida, vai o meu profundo e eterno agradecimento.

A Marla Massugueja por ter incentivado a tomar a decisão de estudar fora do País, e experimentar outras vivências académicas na Terra do Luís de Camões, *Khanimambo*.

Endereço o meu eterno e profundo agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Jorge Sobral Camões, por ter aceite orientar de forma incondicional o projeto de tese e na efetivação deste trabalho académico e pela partilha de experiências académicas e científico de forma afetiva e profissional durante o processo de ensino e aprendizagem na unidade curricular, vai o meu eterno e profundo agradecimento.

Aos Professores Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo, Sílvia Mendes Camões e Miguel Ângelo Vilela Rodrigues por terem partilhado com profissionalismo os conteúdos académicos e científicos sobre Gestão e Políticas Públicas nas unidades curriculares do programa doutoral.

Aos meus tios Virgílio Elias Salomão, Abu Moisés, Verónica Assinde, Valdemiro Assinde, Esmeralda Virgílio, Ashimo, vocês são o testemunho dos desafios que enfrentei nessa experiência

de estudar e viver fora de portas, vai o meu agradecimento. A prima Ilda Mucapera e ao tio João Portela por me encorajarem neste percurso académico, Khanimambo.

Agradeço a Manuela Alfazema, Rafaela Afonso, Agnalda (em memoria), Eloy Xavier, Zhakira, Diamante, Luciana, Manecas, Mário Biriate, por terem ajudado a partilhar o inquérito por questionário. Ao meu primo Paiva Paiva, Aculucha e Mário Pacate pela hospitalidade nas autarquias locais de Chimoio e Nampula no âmbito da recolha de dados, serei grato eternamente.

Os meus agradecimentos aos meus amigos e colegas, Chamusso dos Santos, Fulgêncio Manhique, Brain Tachiua, Leonardo da Mota, Jorge Lufiande, Joel Tiago pelo encorajamento nesta caminhada académica. Aos meus companheiros Minhotos, Avelino Mazuze, Adelaide Massango, Emanuel, Elídio, Liandra, Rogério, Zeca, João Paulo, Pedro, Osvaldo Samo, Kelvin Mavie e Aurio pelos momentos passados na Universidade, em Braga e pela convivência nos momentos de angústia durante o período da Covid-19, nas terras Lusas.

Agradeço aos Professores Manuel José de Morais, Boaventura Aleixo, Brígida Singo, reitores da Universidade Save e Licungo, pela concessão da bolsa de estudos. Aos meus primos Piter Mugua, Adélia Mugua, Neto Augusto, Neide Rufai, Marla Rufai, Munira Cabral, Horácio Assinde, pelo calor que sempre transmitiram durante o período de formação, agradeço pelo carinho.

A Florinda e a Hortência por terem cuidado a minha mãe na minha ausência e pelo conforto transmitido no período de elaboração deste trabalho científico e académico. Os meus agradecimentos ao colega Acácio Dom Luís e Esmael Muteia pelo suporte pelas “dicas” na utilização do *software* SPSS e formatação do texto.

Aos funcionários do Consulado Geral de Moçambique no Porto e Zona Norte de Portugal, em especial a sua Excia Cônsul Geral, Sr. Agostinho Miltom pelo acolhimento em Braga, Portugal.

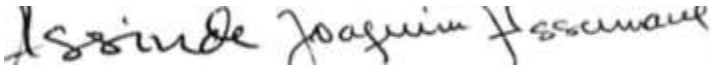
Aos munícipes e gestores dos serviços de saneamento e salubridade das autarquias de Maputo, Matola, Chimoio, Quelimane e Nampula, vai o meu eterno agradecimento.

Declaração de Integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, Junho de 2025



Assinde Joaquim Assumane

A Terceirização dos Serviços de Saneamento: Alternativa de prestação de Serviços nas Autarquias Locais em Moçambique

Resumo

A busca pela eficiência nos serviços públicos dos governos locais tem sido uma preocupação constante de gestores, políticos e acadêmicos desde as décadas de 1960 e 1970, intensificando-se com o declínio do Estado de bem-estar social e ganhando força com a emergência da Nova Gestão Pública. Estes fatores influenciaram significativamente os países da África Subsaariana, com destaque para Moçambique, que iniciou reformas em seu sistema administrativo após a independência em 1975, tendo como marco importante a revisão constitucional de 1990. A reforma da Constituição da República visava reconfigurar as instituições estatais, com foco na descentralização e autonomia dos órgãos locais, dotando-os de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, além de estabelecer a criação de autarquias locais. Estas reformas foram posteriormente reforçadas pelas políticas da Nova Gestão Pública, que promoviam a adoção de ferramentas de gestão privada no setor público, a desburocratização, a melhoria do desempenho dos serviços públicos e a otimização dos recursos na produção de serviços. A nova gestão pública despertou nos governos locais o interesse pela terceirização como estratégia para otimizar recursos e melhorar a eficiência dos serviços públicos. Neste contexto, o presente estudo analisou como a terceirização pode funcionar como alternativa para a prestação de serviços de saneamento nas autarquias locais moçambicanas, sob a perspetiva da redução de custos e da qualidade dos serviços. O estudo fundamentou-se nas teorias do custo de transação, institucional e da escolha pública, que permitiram avaliar a viabilidade econômica da produção interna versus externa de serviços, analisando como as instituições criam estruturas para melhorar o desempenho e alcançar resultados, considerando as motivações dos diversos atores envolvidos (políticos, gestores públicos e outros interessados) no processo decisório. A análise comparativa dos modelos de gestão implementados em cinco autarquias locais permitiu compreender sua viabilidade econômica e a qualidade dos serviços prestados, comparando o nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento. Os dados foram coletados por meio de questionários e entrevistas dirigidos tanto aos munícipes quanto aos gestores municipais, utilizando abordagens quantitativas e qualitativas, com análise estatística via SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) e análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa evidenciam que a terceirização não garante necessariamente a redução de custos nem a eficiência dos serviços de saneamento nas autarquias locais moçambicanas. De forma significativa, o estudo revelou que os maiores níveis de insatisfação dos munícipes foram registrados justamente nas autarquias que optaram pela terceirização dos serviços de saneamento.

Palavras-chave: Saneamento, Serviços Públicos e Terceirização.

Outsourcing Sanitation Services: Alternative for providing Services in Local Authorities in Mozambique

Summary

The search for efficiency in public services of local governments has been a constant concern of managers, politicians and academics since the 1960s and 1970s, intensifying with the decline of the welfare state and gaining strength with the emergence of New Public Management. These factors significantly influenced the countries of Sub-Saharan Africa, with emphasis on Mozambique, which began reforms in its administrative system after independence in 1975, with the constitutional review of 1990 as an important milestone. The reform of the Constitution of the Republic aimed to reconfigure state institutions, focusing on the decentralization and autonomy of local bodies, providing them with administrative, financial and patrimonial autonomy, in addition to establishing the creation of local authorities. These reforms were later reinforced by New Public Management policies, which promoted the adoption of private management tools in the public sector, the reduction of bureaucracy, the improvement of the performance of public services and the optimization of resources in the production of services. The new public management has sparked interest in outsourcing among local governments as a strategy to optimize resources and improve the efficiency of public services. In this context, this study analyzed how outsourcing can function as an alternative for the provision of sanitation services in Mozambican local authorities, from the perspective of cost reduction and service quality. The study was based on the theories of transaction costs, institutional costs and public choice, which allowed us to assess the economic viability of internal versus external production of services, analyzing how institutions create structures to improve performance and achieve results, considering the motivations of the various actors involved (politicians, public managers and other interested parties) in the decision-making process. The comparative analysis of the management models implemented in five local authorities allowed us to understand their economic viability and the quality of the services provided, comparing the level of satisfaction of citizens in relation to sanitation services. Data were collected through questionnaires and interviews addressed to both residents and municipal managers, using quantitative and qualitative approaches, with statistical analysis via SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) and content analysis. The research results show that outsourcing does not necessarily guarantee cost reduction or efficiency of sanitation services in Mozambican local governments. Significantly, the study revealed that the highest levels of dissatisfaction among citizens were recorded precisely in the city councils that opted to outsource sanitation services.

Keywords: Outsourcing, Public Services, Sanitation.

Índice Geral

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros ii

Agradecimentos iii

Declaração de Integridade v

Resumo vi

Summary vii

Índice Geral vii

Índice de Tabelas xv

Dedicatória xviii

Introdução 19

Enquadramento geral 19

Contextualização do tema e questão de investigação 20

Objetivo Geral 22

Objetivos específicos 22

Justificativa da escolha do tema 23

Estrutura da Tese 25

Capítulo I: Revisão da Literatura 26

1.1. Contexto da nova gestão pública 26

1.2. Prestação de serviço nos governos locais 28

1.3. Antecedentes de estudos sobre terceirização 30

1.3.1 Abordagem clássica da terceirização 32

1.3.2 Abordagens teóricas da prestação de serviços 33

1.3.3 Fatores de decisão de terceirização de serviços 35

1.3.4 Perspectivas da terceirização 37

1.4 Estudos comparados 39

2.1 Contexto e reforma da administração pública moçambicana 41

2.1.1 A criação das autarquias locais em Moçambique 43
2.1.2 Autonomia das autarquias locais 45
2.1.3. Órgãos das autarquias locais 46
2.1.4 Competência do Presidente do Conselho Municipal 47
2.1.5 Competência do Conselho Municipal 48
2.1.6 Competência da Assembleia Municipal 48

Capítulo III: Teorias do estudo 51

3.1 Hipóteses de Investigação 55
3.1.1 Hipóteses relacionadas com a qualidade de serviços 55
3.1.2 Hipótese relacionado com a redução de custos 55
3.4. Relação entre objetivos da pesquisa, questões de investigação e hipóteses 58

Capítulo IV: Metodologia 60

4.1 Fases da investigação 60
4.2 Design de Estudo 62
4.3 Característica da pesquisa 62
4.4 Unidade de Análise 63
4.5 Instrumento de recolha de dados 64
4.5.1 Inquérito por questionário 64
4.5.2 Entrevista 66
4.6 Variáveis da pesquisa 67
4.6.1. Variável dependente 67
4.6.2 Variável independente 68
4.7 Descrição dos métodos de estudo e caraterização das autarquias locais 69
4.8 Caraterização e localização geográfica das autarquias locais em estudo 72
4.8.1 Autarquia local da cidade de Maputo 72
4.8.2 Autarquia local da cidade da Matola 73

Capítulo V: Apresentação dos resultados 80

5.1. Caracterização da Amostra 80
5.1.1.Caraterísticas sócio-demográficas dos participantes inqueridos 81

5.1.2. Caraterísticas sócio-demográficas dos participantes entrevistados 88
5.3. Caraterísticas sócio profissionais dos gestores entrevistados 92
5.4 Análise descritiva dos resultados do inquérito 94
5.3 Correlação das variáveis 116
5.3.1 Relação entre faixa etária e ocupação 116
5.3.2 Correlação entre faixa etária e recolha e limpeza de lixo 119
5.3.3 Correlação entre a ocupação e a recolha e limpeza de lixo 119
5.3.4 Correlação entre níveis de formação, faixa etária e exigência de serviços de saneamento 123
5.4 Apresentação dos resultados da entrevista aos munícipes 132
5.4.1 Recolha e limpeza de lixo 132
5.4.2 Limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos 135
5.5 Apresentação dos resultados de entrevista aos gestores de saneamento/salubridade 137
5.5.1 Formas de gestão e funcionamento dos serviços de saneamento 137
Capitulo VI: Discussão dos resultados e validação das hipóteses 143
6.1 Terceirização como fator de qualidade de serviços saneamento/satisfação dos munícipes 144
6.2 Produção interna de serviços/satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento 146
6.3 Conceção dos gestores & formas de gestão dos serviços 147
6.4 Estudo Similar e breves conclusões do presente estudo 148
Capítulo VII: Conclusão 150
7.1 Conclusão final 150
7.2 Contribuição do Estudo 156
7.3 Limitações/Constrangimentos da Pesquisa 156
7.4. Futuras linhas de investigação 157
Bibliografia 158
Legislação Moçambicana 164
Anexos 165

Anexo 1: Despacho de aprovação do projeto e tema pelo conselho científico 166

Anexo 2: Despacho de autorização para recolha de dados nas autarquias locais em Moçambique 167

Anexo 3: Evidências de senário de saneamento/salubridade nas autarquias locais em Moçambique 168

Lista de siglas e Abreviaturas

A - Autarquia Local de Maputo

B - Autarquia Local da Matola

B1 - Autarquia Local de Nampula

BM - Banco Mundial

CNE-Comissão Nacional de Eleições

COBRA - *Comparative Public Organization data Base for Research and Analysi*

CMCQ - Conselho Municipal da Cidade de Quelimane

CAC - Conselho Autárquico de Chimoio

CRM - Constituição da República

C - Autarquia Local de Quelimane

C1 - Autarquia Local de Chimoio

D1 - Técnico um em Nampula

D2 - Técnico dois em Nampula

EMUSA - Empresa Municipal de Saneamento

EMUSANSA - Empresa Municipal de Saneamento de Nampula

E - Técnico afeto a serviços de saneamento

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FIIA - Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica

FCA - Fundo de Compensação Autárquica

INE-Instituto Nacional de Estatística

FMI - Fundo Monetário Internacional

M1 - Munícipe um

M2 - Munícipe dois

M3 - Munícipe três

M4 - Munícipe quatro

M5 - Munícipe cinco

M6 - Munícipe seis

MDM - Movimento Democrático de Moçambique

NENAMO - Resistência Nacional de Moçambique

NPM - *New Public Management*

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PROL - Programa de Reforma dos Órgãos Locais

RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique

SPSS - *Statistical Package For The Social Sciences*

STFI - Sistema de Transferência Fiscais Intergovernamental

Índice de figuras

Figura 1: Estrutura Orgânica (Órgãos) das Autarquias Locais (Munícipios) 49

Figura 2. Estrutura de descentralização/autarquias locais em Moçambique.....50

Figura 3: Abordagens teóricas.....54

Figura 4: Relação entre as hipóteses do estudo, objeto da pesquisa e variáveis 59

Figura 5: Resumo da abordagem metodologia.....71

Figura 6. Localização geográfica das autarquias locais 76

Índice de Tabelas

Tabela 1: Relação entre objetivos da pesquisa, questões de investigação e hipóteses.....58

Tabela 2: Síntese das questões da entrevista aos gestores dos serviços de saneamento 67

Tabela 5: Local de residência & Sexo dos participantes.....82

Tabela 6: Local de residência & faixa etária dos participantes.....83

Tabela 7: Local de residência & nível de formação dos participantes.....84

Tabela 8: Local de residência & estado civil dos participantes 85

Tabela 9: Local de residência & ocupação dos participantes.....86

Tabela 10: Descrição geral dos participantes.....87

Tabela 11: Local de residência & sexo dos participantes 89

Tabela 12: Local de residência & faixa etária.....90

Tabela 13: Local de residência & nível de formação dos participantes.....91

Tabela 14: Local de residência & estado civil dos participantes 91

Tabela 15: Local de residência & ocupação dos participantes.....92

Tabela 17: Alocação de contentores de lixo.....94

Tabela 18: Distribuição, acessibilidade de contentores de lixo 95

Tabela 19: Recolha e limpeza de lixo 96

Tabela 20: Período ou frequência de recolha e limpeza de lixo.....98

Tabela 21: Satisfação do período ou frequência na recolha e limpeza de lixo 99

Tabela 22: Nível de satisfação de recolha e limpeza de lixo 101

Tabela 23: Satisfação sobre alocação de contentores de lixo.....102

Tabela 24: Controle e fiscalização nos locais de depósito de lixo.....103

Tabela 25: Limpeza de estradas 104

Tabela 26: Período/frequência de limpeza de estradas 105

Tabela 27: Satisfação do período ou frequência de limpeza de Estradas.....106

Tabela 28: Satisfação de limpeza de estradas - variável qualitativa 107

Tabela 29: Limpeza das valas de drenagens e esgotos.....109

Tabela 30: Satisfação sobre limpeza das valas de drenagens e esgotos.....110

Tabela 31: Satisfação em relação a limpeza de valas de drenagens e esgotos.....110

Tabela 32: Participação e ou inclusão dos munícipes (gestão participativa) 112

Tabela 33: Prioridades nos serviços de saneamento/salubridade.....113

Tabela 34: Desempenho do sector/empresa de saneamento/salubridade.....115

Tabela 35: Correlações das variáveis faixa etária e ocupação - serviços de saneamento 117

Tabela 36: Correlação entre limpeza de estradas e valas de drenagens e esgotos 120

Tabela 37: Prioridade nos serviços de saneamento e nível de formação 125

Tabela 38: Satisfação dos munícipes (desempenho dos serviços de saneamento) 128

Tabela 39: Variáveis/Indicadores/parâmetro de (in) satisfação dos munícipes 130

Tabela 40: Avaliação dos munícipes em relação ao desempenho dos serviços de saneamento ..131

Índice de gráficos

Gráfico 1. Participantes por Sexo (% Dados percentuais) – Masculino 89

Gráfico 2. Munícipes entrevistados por Sexo (% Dados percentuais) – Feminino.....89

Dedicatória

Em memória

Ao meu pai Joaquim Assumane Assinde e a

minha filha Yola da Elizabete Massugueja Assinde

e a

a minha mãe, Elizabete Elias Virgílio, és a minha fonte de inspiração.

Introdução

Enquadramento geral

O século XX foi marcado por um conjunto de reformas na administração pública, em particular pelo processo de modernização do sistema administrativo do Estado, cuja tónica é a melhoria dos serviços públicos, tornando-os mais eficazes, operacionais e adequados a conjuntura do mercado, orientado para a satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos. A reforma na administração pública permitiu a introdução das novas formas de gestão, que protagonizou a descentralização do poder decisório pelas unidades públicas, transferindo o poder central para as autoridades locais em cada unidade administrativa, cessando as relações de dependência hierárquica (Rodrigues, 2009) e a necessidade de se construir uma administração pública cada vez mais capacitada para responder as necessidades da sociedade e prestar serviços de qualidade (Simione, 2014).

Desta forma, Pollitt & Bouckaert (2011), destacam que as ideias gerenciais da nova gestão pública advindas da reforma favorecem a competição, a liberdade de escolha e o controle de gestão, a terceirização de serviços públicos, ou seja, a compra de serviços de fornecedores externos, fez parte das reformas da administração em organizações públicas em todo mundo (Bel & Gradus, 2018). Estas mudanças ocorridas na administração pública influenciou Moçambique a introduzir reformas, que teve seu início depois da proclamação da independência, em 1975, com a revisão da Constituição da República, 1990 que consistia em reformar o sistema administrativo do Estado a fim de enfrentar a deficiente prestação de serviço no setor público (Cistac, 2012; Simione, 2016).

Concluída a revisão da lei mãe, abriu-se espaço para a criação da lei nº9/96 de 22 de Novembro, que cria as bases legais para a institucionalização das autarquias locais e consecutivamente a criação e aprovação da lei n°2/97 de 18 de Fevereiro, que aprova o quadro jurídico das autarquias locais, que estabelece o princípio de gradualismo e de extensão sequencial, a elevação da transferência dos atos e da gestão, maior intervenção do Estado para ampliar a *accountability*, a criação de instituições robustas e eficientes e a constituição de um quadro de servidores públicos cada vez mais profissionalizados e competentes (Simione, 2014) visando dar autonomia as instituições descentralizadas localmente de prover serviços públicos e satisfazer os cidadãos.

Foi com base nos pressupostos teóricos e normativos acima mencionados que o presente trabalho por um lado, procurou analisar como a terceirização de serviços poder ser uma via para melhorar a prestação de serviços sob ponto de vista de redução de custos nos serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique, por outro lado comparar as formas de gestão e de satisfação dos munícipes com os serviços nas (5) cinco autarquias locais em estudo.

Esta análise de estudo é justificado pela possibilidade de escolha de alternativas de gestão de serviços concedidos as autarquias locais previsto na alínea j) do artigo 45 da lei nº2/97 de 18 de Fevereiro, que descreve "compete a assembleia municipal, conceder autonomia administrativa e financeira a serviços ou setores funcionais autárquicos e autorizar o conselho municipal a criar empresas municipais ou a participar em empresas interautárquicas, e igualmente, a legislação dá liberdade na escolha das modalidades de gestão dos serviços públicos autárquicos" (Cistac, 2012).

Contextualização do tema e questão de investigação

A ideia da reforma do sistema administrativo do Estado nos países africanos teve início depois das independências, influenciada pelo movimento que emergiu depois da queda do Estado de Bem-estar e o surgimento da nova gestão pública que visava eficiência, eficácia dos serviços, com base em menos custos, onde a preocupação do Estado era melhorar os serviços prestados, com vista a modernizá-los e a redimensioná-los com o intuito de ganhar confiança dos cidadãos, imprimindo uma nova dinâmica de trabalho onde a tónica é fazer mais e gastar menos (Hood & Dixon, 2015). Estas reformas impulsionaram Moçambique a rever as práticas administrativas adotando as políticas privadas na gestão pública influenciadas pelas instituições de Breeton Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (Simione, 2016, p.77), motivados por:

- ✓ Movimentos globais de reformas do setor público e a sua transposição ao contexto nacional, como ditame da inserção dos países na economia política internacional e,
- ✓ No contexto nacional, uma definição centralizada das reformas no período pós independência e o desafio de sua implementação num espaço de aprendizado de práticas administrativas diferenciadas influenciado pela forma como a administração colonial foi se construindo nas diferentes regiões do país (Guambe, 2019).

As políticas das instituições de Breetton Woods e das reformas da administração pública adotados em vários países do mundo, influenciaram Moçambique a construir uma administração pública cada vez mais capacitada para responder as solicitações da sociedade e a prestação de serviços públicos com qualidade e a desenhar políticas para descentralização que culminou com a criação das autarquias locais através a lei n°9/96 de 22 de Novembro.

Portanto, depois da criação das autarquias locais através da lei n°9/96 de 22 de novembro, o governo central transferiu as competências para as autarquias locais para que liderem o seu próprio crescimento e desenvolvimento, devendo respeitar os interesses comuns e específicos das populações no desenvolvimento económico e social, meio ambiente e saneamento básico e a qualidade de vida, abastecimento de água, saúde e educação, urbanização, construção e habitação com possibilidade de escolher a forma de gestão e de prestação de serviço (Cistac, 2012, Simione, 2014).

Cistac (2012, p.12) referencia que "a lei nº2/97, de 18 de fevereiro, preconiza que as autarquias locais dispõem, igualmente de um espaço de liberdade na escolha da modalidade de gestão dos serviços públicos autárquicos e a lei não impõe modelos de gestão municipal reservando a hipótese de escolha, cabendo exclusivamente a autarquia local escolher a melhor forma de gestão dos serviços, isto é, de proceder ela própria a gestão do serviço (gestão direta) ou pelo contrário, concedê-las a um terceiro (gestão indireta ou delegada) ".

O posicionamento de Cistac (2012) sobre a possibilidade de escolha do modelo de gestão dos serviços públicos municipais e a descentralização do poder do estado, esta associada a literatura teórica define a transferência de serviços do setor público para o privado como um contrato de terceirização (Hart, 2003). Em outras palavras a decisão de transferência de serviços do setor público para o setor privado pode ser feita com o princípio da análise do custo de transação, as regras institucionais e a escolha pública, considerado fundamentalmente como fatores importantes para a decisão de externalizar ou internalizar serviços de saneamento.

A literatura sugere que para internalizar ou externalizar serviços deve-se ter em conta avaliação dos custos de transação associados em função das especificações detalhadas da atividade (por terceirizar) antes e depois do contrato. Naturalmente, a análise de custos de transação dos serviços do setor público para o privado, influencia de certa forma para que os governos tenham a possibilidade de escolher diferentes mecanismos de produção em resposta as caraterísticas principais dos serviços a serem prestados (Ferris & Graddy, 1986).

Com base nos pressupostos teóricos e contexto histórico da reforma da administração pública e ao princípio de gradualismo na transferência de competências do governo central para os governos locais, levanta-se a seguinte questão de investigação:

- ✓ *Que relação existe entre a terceirização e a qualidade de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique?*

Objetivo Geral

- ✓ Analisar como a terceirização pode ser alternativa de prestação de serviços sob ponto de vista de qualidade de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique.

Objetivos específicos

- ✓ Descrever as conceções dos gestores municipais e dos munícipes sobre os serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique;
- ✓ Comparar o nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento nas diferentes autarquias locais;
- ✓ Analisar o nível satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique;
- ✓ Comparar os serviços de saneamento nas diferentes autarquias locais em Moçambique;
- ✓ Discutir através de abordagens empíricas e das conceções dos gestores e munícipes sobre o funcionamento dos serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique.

Justificativa da escolha do tema

O interesse deste estudo foi motivado por um lado, como estudante do curso de Ciências da Administração, tendo constatado abordagens empíricas nos vários estudos que versam sobre a prestação de serviços e a terceirização como modelo de gestão que melhora e flexibiliza a dinâmica institucional e melhora a qualidade de serviços e, por outro lado, por constatar deficiência na recolha e limpeza de lixo, ineficiência na limpeza de valas de drenagens e esgotos em várias autarquias locais.

Um outro fator motivador da escolha do tema deriva pelo fato de perceber que as autarquias locais têm a responsabilidade de zelar pelo saneamento básico, no que se refere a gestão de resíduos sólidos urbanos, desde a remoção de lixo e limpeza da via pública. Portanto, os municípios são responsáveis pela recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos não perigosos, utilizando para tal os meios, métodos e processos de recolha apropriados, com base nas necessidades técnicas de cada situação, de modo a garantir as condições de higiene para que não sejam postos em risco a saúde pública e o ambiente (Banco Mundial, 2009).

Ademais, constata-se que no contexto da reforma da administração pública, a tónica dos debates dos governos e académicos é a melhoria dos serviços públicos, melhoria das condições de trabalho, a eficácia e eficiência do setor público, uso eficiente dos recursos públicos, transparência na gestão dos serviços públicos, a criação de instituições robustas e servidores públicos qualificados foram considerados foco na mudança na administração pública (Ilal &Weimer, 2018). Portanto, vários estudos científicos caraterizam a terceirização como forma de organização de serviços adotados pelos governos como uma via de prestação de serviços, baseando-se na análise dos custos de transação (Ferris & Graddy, 1999).

Ao se estudar a terceirização, por um lado, olha-se o princípio que ela pode ser alternativa de prestação de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique, e, por outro lado, poderá aumentar o acervo bibliográfico por não existirem estudos que versam sobre a terceirização dos serviços de saneamento nas autarquias locais, em Moçambique, e, por conseguinte, servirá de suporte básico das autarquias locais para melhor compreender e decidir qual é modelo adequado para os serviços de saneamento.

Por um lado, a tese apresentada neste estudo é que a redução do Estado não significa enfraquecimento, mas sim o reforço da legitimidade na relação Estado e sociedade tendo a terceirização, ou seja, a produção externa de serviços uma mais-valia para a gestão de serviços de saneamento nas autarquias locais, fortalecendo a satisfação das necessidades coletivas, maior empregabilidade ao setor privado, melhoria de eficiência de serviços e redução de custos de produção. Por outro lado, o interesse do estudo é sustentado por existirem pesquisas sobre terceirização de serviços e evidenciam que melhora a qualidade e reduz custos com a produção.

Estrutura da Tese

A tese apresenta sete capítulos que passamos a apresentar detalhadamente:

O primeiro capítulo apresenta a revisão da literatura e descreve as abordagens conceptuais da prestação de serviços, a visão e contexto da nova gestão pública, as perspetivas teóricas e aspetos sobre a terceirização.

O segundo capítulo descreve o enquadramento e contexto da reforma da administração pública em Moçambique e contexto histórico da criação das autarquias e apresenta a estrutura e organização das autarquias locais, os órgãos das autarquias locais e suas competências.

O terceiro capítulo explora as teorias que norteiam a pesquisa, destacando as teorias institucional, de custos de transação e da escolha pública. Estas teorias explicam os aspetos fundamentas para implementação das formas de gestão de serviços públicos.

O quarto capítulo apresenta a metodologia, descreve os paradigmas de investigação, as fases e tipos de pesquisa, a unidade de análise e os instrumentos de recolha de dados, as variáveis da pesquisa, a caracterização da amostra, a estrutura de dados e métodos estatísticos utilizados.

O quinto capítulo apresenta e descreve os resultados descritivos do inquérito por questionário e a entrevista dirigida aos munícipes e gestores dos serviços de saneamento das cinco autarquias locais em estudo.

O sexto capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos através dos dois instrumentos de recolha de dados e;

O sétimo capítulo apresenta as conclusões, contribuições do estudo, limitações da pesquisa, e futuras linhas de investigações e recomendações e, por fim, apresenta-se a bibliografia, anexos e apêndices.

Capítulo I: Revisão da Literatura

Este capítulo apresenta a revisão de literatura olhando de forma geral a reforma da administração pública que teve seu início nas décadas 60 a 70, com objetivo de adequar uma nova estrutura funcional do Estado e modernizar a máquina administrativa e por fim melhorar os serviços públicos. Estas reformas foram caraterizadas com a adoção de políticas inovadoras no setor público onde a terceirização é vista como modelo de gestão inovadora nos governos emergentes em todo mundo.

Nas secções a seguir, apresentamos de forma detalhada, as questões relacionadas com a nova gestão pública, contextos e fatores de decisão de externalizar serviços, a teoria dos custos de transação, teoria institucional e a teoria da escolha pública.

1.1. Contexto da nova gestão pública

As mudanças da administração pública têm sido motivo das discussões em torno da melhoria de prestação de serviços no setor público em muitos países, pela necessidade de se construir uma administração pública cada vez mas capacitada para responder as necessidades da sociedade e aumentar a flexibilidade e eficácia nos serviços, assim como a elevação do desempenho das instituições do Estado (Simione, 2014, p.552).

Ademais, o surgimento do movimento da nova gestão pública, na década de 1970 a 1980, emerge pelo fracasso e instabilidade do modelo do Estado de bem-estar e a administração pública, baseada nos princípios da racionalidade burocrática, surgiram novas formas de gestão voltadas a promoção de novos valores resultantes de um conjunto de técnicas e padrões de gestão pública (Hughes, 2010; Simione, 2014), motivadas pelas mudanças sobretudo para adoção de políticas ou ferramentas de gestão como forma de dar resposta a procura dos serviços públicos, na mudança de ambiente de trabalho, na promoção da democracia participativa, na restruturação das formas de trabalho e na mudança da burocracia instalada.

As mudanças na administração pública destacadas na escola managerial nos anos 80 focalizavam vários princípios fundamentais, tais como a descentralização apontado como elemento de particular relevo enquanto motor da capacidade criativa e de inovação

organizacional, e indicou como imperativa a redução de níveis hierárquicos (Rocha, 2001, Ferraz & Madureira, 2010).

O *managerialismo* retirou a ideia do qual às organizações do setor público e do setor privado deveriam ser geridas por princípios similares na sua essência, apesar de terem especificidades que as distinguem, em particular no que respeita aos seus objetivos. Este novo paradigma referenciado pelos autores, poderia ser caracterizado por um redimensionamento da importância atribuída ao desempenho, ao controlo e à responsabilização, um desenvolvimento da competição uma otimização do aproveitamento das tecnologias de informação, assim como uma aposta na qualidade e uma desagregação das tradicionais unidades de trabalho (Carvalho, 2006; Ferraz & Madureira, 2010).

Apesar das várias abordagens tradicionais sobre o foco principal da nova gestão pública, os defensores argumentam que as organizações do setor público que permanecem como prestadores de serviços diretos devem ter grande autonomia de seus patrocinadores políticos e deve ser esperado para agir mais como empresas empreendedoras do que as organizações ao setor público concorrencial (Bouckaert &Peters, 2001; Peters, 2003).

A intenção da nova gestão pública visa modernizar e reformar os métodos e formas de gestão capazes de responder aos problemas surgidos com a redução da capacidade de resposta do Estado e as suas instituições de prestarem serviços de forma efetiva e com qualidade desejada (Barzelay, 2000; Thoonen, 2010; Simione, 2014). Ademais, a nova gestão pública é considerada como um rótulo que captura uma série de reformas inspiradora na ideia de que as técnicas de gestão do setor privado e os mecanismos de mercado aumentaram a eficiência do setor público, no que se refere a quantificação, a introdução de sistemas de gestão de desempenho, a introdução de mecanismos de mercado no setor público, a introdução das técnicas de gestão de qualidade, tornando as organizações do setor público mais empresariais (Maesschalck, 2004; Diefenbach, 2009).

Em suma, tendo em conta as novas dinâmicas de melhorias de serviços públicos, a nova gestão pública protagoniza a descentralização do poder decisório pelas unidades públicas, a restruturação dos processos e lógicas de funcionamento, a redefinição dos seus objetivos estratégicos e uma maior preocupação pela satisfação dos seus clientes e promotores, pretendendo-se transferir o poder para os gestores de cada unidade administrativa e cessar

relações de dependência hierárquica entre os diversos níveis da administração pública (Denhardt & Denhardt, 2000; Rodrigues, 2007).

1.2. Prestação de serviço nos governos locais

O debate da descentralização permitiu reduzir o poder central do estado para o poder local, que visa dar autonomia e responsabilidade aos governos locais de promoverem bem-estar aos cidadãos. Rodrigues et al. (2009, p.81) sustenta a afirmação que os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações desde a educação, ação social, ordenamento territorial até ao abastecimento e tratamento de água, a recolha e tratamento de resíduos sólidos e à promoção do desenvolvimento regional.

No caso particular de Moçambique, as autarquias locais respeitam interesses próprios comuns e específicos das populações, tais como o desenvolvimento económico e social local, meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida, abastecimento público, saúde, educação, cultura, tempos livres e desporto, polícia da autarquia, urbanização e habitação[1]. Portanto, as autarquias locais sendo órgão descentralizado com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tem a liberdade de escolha do tipo de serviço e a forma de gestão que melhor se adequa aos serviços específicos e caraterísticas. Sendo terceirização uma das formas de prestação de serviços emergidas da nova gestão pública que visava satisfazer as necessidades coletivas (cidadãos) através da maximização, eficiência e qualidade de serviços; tendo como tónica discursiva produzir mais e gastar menos (Niskaen, 1971; Osborne & Gaebler, 1992).

No entanto, Bilhin (2004, p.36) considera "a nova filosofia de gestão pública, quer ao nível dos governos centrais, locais gira a volta de duas abordagens complementares: *a escolha pública e a gestionarismo*". A escolha pública inspira uma administração local onde se salienta a imagem da burocracia local movidos pelos seus interesses egoístas e o *gestionarismo* constituí a nova filosofia orientadora dos novos instrumentos de gestão nas autarquias locais.

[1] Lei 2/97 de 18 de Fevereiro

A nova gestão pública impulsiona o uso de novas formas de gestão de serviços públicos, procurando adotar os modelos de gestão alternativos aos tradicionais, com origem no setor empresarial (Bilhin, 2004). No âmbito da prestação de serviços, os governos locais têm a função de produzir e distribuir bens e serviços públicos e alocar recursos para tais fins e o governo local tem bastantes vantagens económicas em comparação com o governo central, no que diz respeito aos serviços que requerem um conhecimento nítido dos interesses e necessidades dos cidadãos, nas cidades e centros urbanos e rurais e uma interação proactiva com estes (Tiebout, 1956; Baily, 1999; Oates, 1999; Ilal & Weimer, 2018). Embora existam algumas divergências em relação a melhor forma de prestação de serviços, ou seja, entre terceirizar e internalizar, alguns estudiosos, geralmente assumem que os governos buscam a eficiência, não apenas privatizando seus serviços, mas também escolhendo cuidadosamente os modos de produção de serviço para atender às suas circunstâncias específicas e, as escolhas de produção examinadas resultam de decisões iniciais de "fazer" ou "comprar", ou seja, o governo deve decidir se produzirá um novo serviço internamente ou por meio de um acordo contratual quando muitas vezes não for o caso (Feiock & Lamathe & Lamathe, 2008; Rodrigues et, al., 2012).

Portanto, os autores acima argumentam que os governos locais frequentemente revisam suas decisões de prestação de serviços e faz mudanças para melhor adequar os modos de produção às condições administrativas, política e económicas e os serviços que foram terceirizados podem ser difíceis de internalizar, pois o governo não tem capacidade de produção suficiente. É por esse motivo que atualmente a abordagem de prestação de serviços, pressupõe-se que por meio de externalização de serviços, os governos poderiam melhorar a eficiência e reduzir os gastos na prestação de serviços públicos e que a eficiência técnica na prestação de serviços avançaria (Boyne, 1998; Hefetz & Warner, 2011; Salvador & Riba, 2017).

Em suma, o modelo de prestação de serviços adotados na nova gestão pública relançou novas perspetivas de trabalho, a restruturação do modelo burocrático, a separação de tarefas, a descentralização do poder central para o poder local e adoção da eficiência e eficácia nos serviços públicos e o uso das técnicas de gestão do setor privado no setor público. Na essência, a prestação de serviços na nova gestão pública adota uma abordagem diametralmente diferente da hierarquia, preferencialmente pela contratualização das organizações do setor privado no mercado para prestação de serviços públicos e o principal interesse centra-se no produto realizado, por meio do qual se concretizará o controle do desempenho (Schoute; Budding; Graddus, 2017; Silvestre, 2019).

1.2. Antecedentes de estudos sobre terceirização

A reflexão em volta da terceirização, vêm sendo discutida no âmbito das reformas da administração pública e nas ideias da nova gestão pública, onde a preocupação é a fragmentação de estruturas maiores, redução de custos, flexibilidade e dinâmica nos serviços públicos. Assim, Jansson et al., (2020, p.274) afirma que o surgimento da terceirização foi percebido como resultado de ideias políticas e novas ideias ligados a nova gestão pública. Entretanto, ao longo de um período de varias décadas, a prática de terceirização no setor público tornou-se bem estabelecida em muitos países pioneiros da nova gestão pública e privatização dos serviços públicos (Jansson, et al., 2020). Assim, pode-se dizer que a terceirização de serviços públicos ou seja, a compra de serviços de fornecedores externos que antes eram produzidos internamente, fez parte das reformas gerenciais em organizações públicas em todo o mundo (Bel & Gradus, 2018; Jansson, et al., 2020).

Assim, a terceirização de serviços sendo parte da nova gestão pública, procura propor formas que podem ser mais fiáveis e ao mesmo tempo criar formas de melhorar a prestação de serviços. Entretanto, alguns estudos apontam fatores económicos como restrições fiscais, custos de transação e eficiência económica como fatores fundamentais para terceirizar os serviços públicos (Bel & Fageda, 2018; Jansson et al., 2020). Um fator a não descorar na decisão de terceirização de serviços públicos é a teoria do mercado, onde sugere que as preocupações gerenciais estão em primeiro plano nas decisões de terceirização nos governos locais (Fernandez et al., 2008, Jansson, et al., 2020).

Por um lado, a teoria do mercado relembra que a presença de vários fornecedores diferentes competindo por um contrato afeta o equilíbrio de poder entre fornecedores e comprador colocando pressão sobre os preços e reduzindo o risco de comportamento oportunista (Andersson & Dekher, 2005; Jansson, et al., 2020). Porém que a teoria de mercado enfatiza que a competição incita os fornecedores de serviços privados a oferecer serviços de maior qualidade a preços mais baixos (Williamson, 1979), e por outro lado, em mercados locais com poucos fornecedores concorrentes, o custo das transações e assim como o risco de comportamento oportunista serão maiores (Williamson, 1979, Jansson, et al., 2020).

Os fundamentos apresentados pelos autores acima, leva-nos a crer que a implementação de terceirização de serviços públicos pode reduzir os custos relativos aos serviços a serem prestados. Daí que, ao se pensar nos serviços externos, é evidente que “os custos de transação

resultam da racionalidade limitada e do oportunismo do agente envolvido nos acordos contratuais e variam de acordo com as características do serviço, incluindo a especificidade dos ativos, mensurabilidade do serviço e a frequência das transações" (Williamson, 1985, Jansson, et al., 2020).

Face aos argumentos acima sobre os custos de transação onde se refere a racionalidade limitada e do oportunismo do agente, Simon, (1976); Melo & Fucidji, (2016) descrevem que a racionalidade limitada baseia-se em aspetos negativos do processo decisório. Na visão de Simon (1976) argumenta que "a racionalidade limitada enfatiza a possibilidade de as pessoas não considerarem escolhas totalmente racionais em todos os casos devido a sua incapacidade de serem suficientemente focados ou adequadamente firmes ou atentas para buscar e utilizar as informações que seriam necessários para exercitarem completamente a racionalidade" (Simon, 1976; Melo & Fucidji, 2016).

Ademais Melo & Fucidji (2016), argumentam ainda que a racionalidade limitada abordado por Simon (1976) foi construída a partir da premissa de dinâmica do sistema económico, em que não apenas as ações dos agentes económicos mudam ao longo do tempo, mas também o próprio ambiente em que atuam. O argumento de racionalidade limitada assume também que os agentes não possuem capacidade de obter e processar todas as informações relevantes para a tomada de decisão, tendo em vista a complexidade do sistema em que estão inseridos.

Hefetz & Werner (2011, p.289) referem que a terceirização foi concebida como um meio de promover a eficiência, alinhar melhor os objetivos gerenciais com as preocupações dos cidadãos e promover o desenvolvimento económico local. Entretanto, a natureza do serviço e suas caraterísticas levou a análise da escolha do tipo de serviço optando por serviços internos ou contratação no mercado tendo seu foco como custos de transação. Entretanto, compreender a decisão de *sourcing* de fazer ou comprar é uma questão fundamental na economia.

No que se refere a decisão ou não de terceirização dos serviços públicos, a abordagem teórica usa o conceito de custos de transação para incluir os custos administrativos, bem como os custos de contratação. É por essa razão que por um lado, Nelson (1997) afirma que os custos de transação foram usados para explicar a escolha do governo na decisão de terceirizar. Por outro lado, Bel & Fageda (2008) afirmam que os custos de transação no mercado são

importantes pra explicar as decisões relativas a escolha de prestação de serviços (Hefetz & Werner, 2011).

Em suma, a dicotomia entre optar pela produção interna e externa de serviço deve ser antecedido da análise dos custos de transação, razão pela qual no estudo de Hefetz & Warner (2011) sobre a contratação ou entrega pública revelou que a análise dos custos de transação apontou para importância da natureza da especificidade de serviços e da natureza de contrato como caraterísticas que desempenham um papel fundamental na determinação do nível de contratação e da preocupação dos gestores dos governos locais em relação a natureza dos mercados locais.

1.3.1 Abordagem clássica da terceirização

O debate sobre a terceirização foi com base no culminar das reformas da administração pública e de forma direta com o aparecimento do movimento que impulsionou o surgimento da nova gestão pública por ela ser vista como alternativa de prestação de serviços.

Assim, os considerados clássicos Coase, (1937); Williamson (1985) começou a relacionar a tendência de gestão no último século, ao se preocupar em analisar os gastos relativos aos custos de produção interna e externa para posteriormente tomar-se a decisão de internalizar ou externalizar os serviços públicos. Coase (1937) e posteriormente Williamson (1985), enfatizam que o custo de transação serve de base para decidir se as firmas podem terceirizar ou internalizar serviços.

Ao se analisar os custos de transação, Coase (1937) “forneceu uma base racional-económica para a tomada de decisão quanto à escolha entre o mercado e a firma, ou entre mercado e hierarquia; e pretendia saber por que razão existiam as firmas se os custos de produção são mais reduzidos no mercado”. No seguimento, Coase (1937) frisa que no mercado, o preço é a forma que regula a produção e as transações, e diz que os elevados custos de transação existentes no mercado, são a principal razão pela qual se torna mais eficiente organizar a produção numa firma. Portanto, o custo de transação na abordagem de Coase (1937) procura compreender por que as firmas são responsáveis pela própria produção de bens e serviços ou optam pela terceirização. O argumento do Coase (1937), é justificado pelo fato de as empresas criarem mecanismo de evitar que os custos de transação sejam maiores através da

planificação das hierarquias, onde deve existir maior responsabilização das pessoas nas organizações, ou seja as instituições devem criar uma hierarquia eficiente e atribuir responsabilização dos indivíduos que fazem parte dos níveis das organizações ou instituições.

Em suma, a preocupação de Coase (1937) residia em explicar como e porque uma unidade de negócio se organizava e se especializava dentro do mercado, tanto em seu processo produtivo quanto nas atividades de troca neste mercado, uma vez que sua atividade era regulada por um sistema de preços e tecnologias de produção. Por seu turno, Williamson (1989) preocupou-se mais em identificar as características específicas inerentes às transações, como a frequência das transações, a incerteza nas transações e a especificidade dos ativos transacionados.

1.3.2 Abordagens teóricas da prestação de serviços

A adoção e a aplicação das práticas de gestão e das modificações organizacionais para as quais incidiram a reforma e a modernização administrativa tiveram igualmente a incidência tanto na organização e na gestão do poder local, como na administração central (Van Gramberg, 2000; Rodrigues, 2009). Rodrigues (2009, p.81) enfatiza que as abordagens gestionárias e os contributos da escolha pública transformaram os modelos de gestão usados pelos governos locais quer no seio da sua organização quer na externalização de diversos serviços.

Embora Hefetz & Warner (2011, p.289) tenham revelado que as mudanças em direção a prestação de serviços públicos pelo mercado, especialmente a terceirização, foram concebidas como um meio de promover a eficiência, para alinhar os objetivos gerenciais com as preocupações dos cidadãos a fim de promover o desenvolvimento económico local, igualmente as reformas do setor público, em muitos países, desde o final da década de 1970 adotaram as políticas de privatização como um importante instrumento em busca da redução de despesas e de impostos a fim de proporcionar maior eficiência.

Na perspetiva económica, a produção interna de serviços em muitos governos ou países continua a ser o principal meio pelo qual fornecem bens e serviços (Warner & Hedbon, 2001; Brown & Potoski, 2003) e a contratação de organizações sem fins lucrativos, privados e outras organizações públicas é considerada como o segundo plano (Brown & Potoski, 2003). A utilização desta alternativa é justificada pela pressão fiscal, restrições de anexação, forças políticas, rotinas burocráticas e condições de mercado (Hirsch, 1995; Brown & Potoski (2003).

Nestas circunstâncias de promover os serviços, Coase (1937) e Williamson (1989) argumentam que as decisões das organizações sobre internalizar (fazer) ou externalizar (comprar por meio de contratação) refletem os custos de produção tradicionais ativos fixos de mão-de-obra e capital e custos de transação ou custos comparativos de planificação, adaptação e monitoramento da conclusão de tarefas sob estruturas alternativas de governo (Williamson, 1998; Brown & Potoski, 2003).

Esta incerteza na decisão de internalizar ou externalizar serviços descritos anteriormente, o neo-institucionalismo indica o papel desempenhado pelos custos de transação no desenho institucional e na escolha de serviços (Horn, 1995; Camões & Tavares, 2010) e a decisão de contratação e escolha do setor para escolha de serviços recaíram a estrutura dos custos de transação. Camões & Tavares (2010) revelam que os custos de prestação direta do serviço a proteção contra a incerteza presente na arena política e a proteção de valores sociais como justiça, equidade e interesse público são mencionados como fatores que influenciam as escolhas institucionais (Smith, 1996; Camões & Tavares, 2010).

Olhando a principal função do governo local (autarquias locais) que é a produção e distribuição de bens e serviços públicos e a alocação de recursos para tais fins (Tiebout, 1995; Ilal & Weimer, 2018), a criação dos governos locais (autarquias locais) se fundamentam pelas vantagens económicas em relação aos governos centrais no que diz respeito a prestação de serviços porque requer um conhecimento nítido dos interesses e necessidades dos cidadãos residentes nos centros urbanos e rurais e uma interação direta com os cidadãos no que diz respeito aos serviços básicos (serviços de saneamento e água, transportes públicos, urbanização, educação, saúde, eletricidade) (Ilal & Weimer, 2018).

No que diz respeito a gestão de recursos fiscais, a modelo de gestão autárquica sugere uma divisão funcional de funções e recursos fiscais entre os principais níveis de administração pública de um Estado que corresponda a sua capacidade técnica e de gestão de produzir e distribuir bens e serviços públicos, considerados como subsidiariedade. Portanto, o conceito aplicado de subsidiariedade é visto como sistema de relações intergovernamentais avançadas por trazer mais vantagens do que desvantagens para todos os níveis na hierarquia de uma administração pública, no sentido de ganhos na eficácia, eficiência e governação (Ryan & Woods, 2015; Ilal & Weimer, 2018).

1.3.3 Fatores de decisão de terceirização de serviços

Deste modo, *a característica de serviço refere-se* a um conjunto de restrições externas e as alternativas de produção disponíveis e; a *especificidade do ativo* aumenta os custos de transação porque os investimentos e habilidades específicos e especializados são difíceis de reimplantar em usos alternativos em produção de serviços públicos e; a mensurabilidade do serviço se refere ao grau de dificuldade para avaliar os resultados do serviço e monitorar o desempenho do agente. Por fim, a *mensurabilidade de serviço* está associado aos custos de transação e é um problema devido a assimetria de informação porque a presença tanto da racionalidade limitada quanto do oportunismo leva a problemas contratuais de risco moral (Rodrigues et al., 2012).

Deste modo, a terceirização de serviços sendo parte da nova gestão pública, procura assim propor formas que podem ser mais fiáveis e ao mesmo tempo criar formas de melhorar a prestação de serviços. Por um lado, um fator a não descorar na decisão de terceirização de serviços públicos é a teoria do mercado, onde sugere que as preocupações gerenciais estão em primeiro plano nas decisões de terceirização nos governos locais (Fernandez et al., 2008; Jansson et al., 2020). Por outro lado, a teoria do mercado relembra que a presença de vários fornecedores diferentes competindo por um contrato afeta o equilíbrio de poder entre fornecedores e comprador colocando pressão sobre os preços e reduzindo o risco de comportamento oportunista (Andersson & Dekher, 2005; Jansson et al., 2020).

Em suma, a natureza do serviço e suas caraterísticas levou a análise da escolha do tipo de serviço, optando por serviços internos ou contratação no mercado tendo foco os custos de transação e, os serviços públicos indicam que o potencial dos mercados privados de serviços públicos transformou o dilema da terceirização em um problema central enfrentado pelos gestores públicos. Neste caso, a decisão de terceirizar os serviços públicos ou não deve ser analisado profundamente pelos gestores, pelos políticos, autarcas, académicos, gestores municipais e ou outros servidores e atores públicos, assumindo a reflexão em torno da análise dos custos de produção interna e externa de um determinado serviço público.

Para Ferris & Graddy (1986) a contratação de serviços públicos tende a se concentrar nos custos de produção com forte argumento que a produção privada é menos onerosa do que a pública. Entretanto, podemos aferir que o potencial dos mercados privados para serviços públicos transformou o dilema de "*soucing"* em um problema central que os gestores públicos

enfrentam e; por via disso analisar qual é a melhor forma de prestar serviços entre "fazer" ou "comprar". Por sua vez (Brown & Potoski, 2003; Rodrigues et al., 2012) consideram que a estrutura do custo de transação é uma ferramenta para explicar a escolha entre diferentes alternativas para prestação de serviços públicos e se traduzem na análise comparativa dos custos financeiros do capital investido, pessoal e custos de propriedade (custos de produção).

Embora a tónica de internalizar ou externalizar seja um aspeto abordado na nova gestão pública, o estudo empírico publicado nas décadas de 1970 e 1990 confirmaram que a terceirização obtém economia de custos em serviços técnicos, tais como a coleta de lixo (Petersen, Hjelmar & Vrangbaek, 2018). Entretanto, embora a terceirização tenha surgido no campo da teoria económica, foi o paradigma da nova gestão pública que a enfatizou como estratégia a gestão direta dos serviços públicos (Fortin & Van Hassel, 2000; Salvador & Riba, 2017). Existem vários argumentos da nova gestão pública que se destacam a terceirização como forma de prestação de serviços, que se transcrevem em grupos a saber:

O primeiro argumento que se tem para terceirização é que ela surge como estratégia de gestão pública e a especialização ou delimitação das atividades, que constituem o "*core busness"* da organização (Grimshaw, Vincent & Hillmont, 2002; Salvador & Riba, 2017). O *segundo argumento* está no campo da gestão pública, destacando a oportunidade da terceirização como mecanismo para introduzir a flexibilidade, especialmente na gestão de recursos humanos não vinculados às atividades centrais da administração pública (Atkinson, 1984) e ao mesmo tempo, a terceirização pode ser usada como um mecanismo para fortalecer o poder dos gestores públicos perante os trabalhadores e as organizações sindicais (Pteffer, 1992, Salvador & Riba, 2017).

O *terceiro argumento* está associado a mudança na composição dos órgãos públicos e dos agentes internos que neles atuam. Esta área foi destacada tanto da lógica do interesse dos gestores públicos em valores "*seys status"* (Dunleavy, 1992) e dos próprios argumentos da nova gestão pública sobre o papel e o funcionamento interno das administrações públicas (Osborne & Gaebler, 1992, Salvador & Riba, 2017).

Finalmente, *o quarto argumento* associado a terceirização, está ligado a fatores políticos e ideológicos. Esta categoria inclui motivações relacionadas com a distribuição de poder e a criação de alianças entre elites burocráticas e políticas (Greve, 2003; Salvador & Riba, 2017) ou motivações ligadas a ideologia do prefeito ou do partido no comando do governo local. Não

obstante, os argumentos mencionados sobre medidas para terceirização, (Pollitt, 1990; Rodrigues, 2009) afirmam que a nova gestão pública notabilizou-se por enfatizar a melhoria de prestação de serviços, a melhoria de desempenho com padrões de qualidade e economia de custos para administração destacando:

a) Redução de custos através de uma maior transparência na sua produção;
b) Desagregação do setor público e introdução de uma nova tipologia de relações organizacionais, os contratos;
c) Separação de responsabilidade entre promotor e financiador e o produtor de bens;
d) Introdução de mecanismos de mercado;
e) Descentralização da autoridade
f) Introdução de medidas de desempenho;
g) Introdução de uma nova lógica na gestão dos recursos humanos, com mais semelhanças as técnicas do setor privado
h) Maior eficiência na qualidade de serviços

Em suma, a terceirização é percebida como resultado das abordagens políticas e nas ideias gerenciais ligadas a nova gestão pública (Johansson & Siverbo, 2018; Jansson et al., 2020), e a sua prática no setor público tornou-se bem estabelecida em muitos países (Bel & Gradus, 2018) e o uso das novas formas de gestão de serviços impulsionaram ao (Bel & Fageda, 2009) a consideram que a terceirização local parece ser guiada por considerações pragmáticas de custos e não por motivações ideológicas (Jansson et al., 2020).

1.3.4 Perspectivas da terceirização

A eficiência nos serviços públicos foi o cerne da reforma da administração pública e notabilizou-se nas políticas da nova gestão pública, impulsionado pela implementação das ferramentas de gestão privada no setor público, destacando a terceirização forma de gestão que envolve maior dinâmica na organização de trabalho. A abordagem teórica da nova gestão pública revelada por Bonelli & Cabral (2018, p.489), descreve que a partir de 1980, diversos governos do mundo, por exemplo o Reino Unido, EUA terceirizaram parte das suas funções. Entretanto, estudo realizado por (Cabral, Lazzarin & Azevedo, 2013), revelam que na

terceirização existe uma interação entre setores públicos e privados e na fase de contratação por meio de terceirização apresentada por meio de serviços públicos, quais sejam uma dependência de contrato, ou seja, uma capacidade do contrato apresentar todas as condições necessárias (Will, 2000), haverá dificuldade de medir o desempenho dos serviços contratados, em termos de custo e quanto a qualidade (Hart, 1997; Bonelli & Cabral, 2018).

A terceirização surge como uma forma de prestação de serviço que visava adotar as ferramentas de gestão privada no setor público (Hefetz & Warner, 2011; Brown & Potoski, 2003). Esta forma de gestão adotada na nova gestão pública, teve seu experimento pelos clássicos Coase (1937) e posteriormente pelo Williamson (1985). Coase (1937) e Williamson (1985) começaram a relacionar esta tendência do uso desta ferramenta de gestão no último século e preocupavam-se em analisar os gastos relativos aos custos de produção interna e externa para posteriormente tomar-se a decisão de internalizar ou externalizar os serviços públicos (Brown & Potoski, 2003).

Coase (1937) e Williamson (1985), consideram os custos de transação como base fundamental para terceirizar ou internalizar os serviços públicos (Brown & Potoski, 2003). Ao analisar este fator, Coase (1937) evidenciou que no mercado, o preço é a forma que regula a produção e as transações, e diz ainda que os elevados custos de transação existentes no mercado, são a principal razão pela qual se torna mais eficiente organizar a produção numa firma (Brown & Potoski, 2003; Rodrigues et al. 2012).

O argumento apresentado por Coase (1937), é justificado pelo fato de as empresas criarem mecanismo de evitar que os custos de transação sejam maiores através da planificação das hierarquias, ou seja, as instituições devem criar uma hierarquia eficiente e atribuir responsabilização dos indivíduos que compõem os níveis das organizações ou instituições (Brown & Potoski, 2003; Rodrigues et al., 2012). Ademais a preocupação de Coase (1937) residia em explicar como e porque uma unidade de negócio se organizava e se especializava dentro do mercado, tanto em seu processo produtivo, quanto nas atividades de troca neste mercado, uma vez que sua atividade era regulada por um sistema de preços e tecnologias de produção. Entretanto, Williamson (1985) preocupou-se mais em identificar as características específicas inerentes às transações, como a frequência das transações, a incerteza nas transações e a especificidade dos ativos transacionados.

Em linhas gerais, as teorias adotados por Coase (1937) e Williamson (1985), ressaltam a importância dos custos de transação para decidir o tipo de produção de serviços a adotar nas firmas e isso significa fundamentalmente que a teoria dos custos de transação é usada para explicar a razão de terceirização ou outras formas de prestação de serviços e ajudam ainda a reduzir os riscos associados à incertezas (Brown & Potoski, 2003).

1.4 Estudos comparados

Um estudo realizado por Franceschini et al., (2003) sobre uma nova abordagem estruturada para gestão de processos de terceirização mostra as diretrizes para uma abordagem estruturada. Os autores concluíram que a terceirização é uma abordagem de gestão pela qual uma organização delega algumas funções para prestadores de serviços especializados e eficientes.

Essa forma de provimento de serviços, é usada na era do mercado global e económica onde a terceirização é vista como um dos principais pilares da nova forma de conceber o relacionamento entre empresas (contratante e contratada). Franceschini et al. (2003) reafirma no mesmo estudo que existem (2) dois fatores mais importantes para a escolha da terceirização que são *os custos de eficiência* e *reorganização da produção*, onde os custos de eficiência e reorganização da produção estão relacionados na utilização dos recursos, obtenção de resultados e comparação de recursos e resultados e de forma precisa na análise do custo e beneficio, controle da qualidade e redução de custos. Para estes autores, ao terceirizar parte dos serviços, as empresas pode se concentrar seus esforços no negócio principal, metas de médio e longo prazo e a diversificação de oportunidades.

Por seu turno, Potoski & Brown (2003) descrevem que existe subpressão na gestão de contratos para fazer mais com menos recursos e os governos em muitos países passaram da prestação direta de serviços para a prestação de serviços por contrato, argumentando que a contratação pode reduzir custos e melhorar a flexibilidade e a satisfação do cliente. Entretanto, Coase (1937) afirma que é preciso ter em consideração os custos de transação antes de tomar decisão de internalizar ou externalizar os serviços. Embora existirem fortes argumentos que indicam a decisão e implementação dos contratos nos serviços e o uso da terceirização, alguns críticos afirmam que o uso de serviços de fornecedores externos não garante alta qualidade de serviços e baixos custos (Pollitt & Bouckaert, 2000) enquanto outros são de opinião que

qualquer oportunidade de redução de custos é um fenómeno positivo, e que fazer contratos de terceirização no setor público é uma poderosa medida política para reduzir os custos governamentais e melhorar as atividades institucionais, embora haja o risco de que a qualidade dos serviços prestados possa diminuir (Hefetz & Warner, 2011; Alonso et al. 2013).

Com base na literatura, concluímos que nos custos de transação a racionalidade de custos é fator fundamental para escolher entre internalizar ou externalizar serviços. A análise dos custos de transação permite compreender os custos envolvidos e ajudam a entender os riscos que podem surgir nos contratos de prestação de serviços.

Capítulo II: Contexto institucional do estudo

Este capítulo apresenta a contextualização e a razão da escolha do estudo, destacando as nuances da reforma da administração pública moçambicana, os pressupostos da criação, organização e funcionamento das autarquias, órgãos autárquicos e as suas competências.

2.1 Contexto e reforma da administração pública moçambicana

As reflexões em torno das mudanças em particular na reforma administrativa em Moçambique, primava igualmente a necessidade de racionalizar o aparelho do Estado, tornando menos dispendioso (Talloen, 1957; Azevedo, 2019) visando reduzir o poder central do estado, redução da burocracia, descentralização e desconcentração dos serviços públicos, reforma institucional para permitir a participação de operadores privados e elevar a eficiência na prestação dos serviços, melhoria no desempenho institucional (Hood, 1991; Pollitt & Bouchaert, 2007; Silvestre, 2019).

No caso de Moçambique, um país africano, localizado na África Austral com uma área de 801.590km^2 e uma população atual estimada em 31.26 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2020) composto por 11 provinciais e 53 municípios[2], a máquina administrativa funcionava com base no modelo português, por ser uma província ultramarina e que vigorou até os finais de 1974. Depois da independência nacional, proclamada em 25 de Junho de 1975, iniciou-se o processo de restruturação da administração pública, através da criação da primeira Constituição da República de Moçambique, nas décadas de 1975 e posteriormente em 1990, que primava a criação das estruturas administrativas autonomizadas, que se chamou de processo de descentralização resultado da reforma da administração pública[3] e a descolonização do Estado e de suas instituições, com a construção de estruturas modernas e adequadas para consolidar o poder democrático popular (Igreja, 2013; Simione, et al., 2018).

Depois da proclamação da independência, em finais de 1980, iniciaram-se mudanças económicas e políticas motivadas pelos programas de restruturação económica e movimentos para a democracia em vários países da África Subsaariana, que entraram em reformas de descentralização. O impulso destas reformas pode ser visto como uma resposta ao fracasso ou

[2] INE-2017- Censo Populacional

[3] Lei 2/97 de 18 de Fevereiro; Lei 9/76 de 22 de Novembro

a fragilidade do Estado, que era considerado ineficaz (Osaghae, 2007, Forquilha, 2020), que se manifestavam essencialmente na regulação política e da provisão de serviços básicos, em particular nos setores de educação, saúde e saneamento (Forquilha, 2020).

Portanto, a literatura sobre as reformas do Estado ocorridas desde os princípios dos anos 1980, apresenta diversas abordagens sobre as causas de descentralização de um Estado na margem de falência que são muitas vezes associadas a) um governo central ou nacional que sufoca governos sub-nacionais produzindo um Estado altamente centralizado; b) o fenómeno de *free-riders* (oportunismo/parasitismo) por governos locais e a sua massa assalariada na base de transferências fiscais, sem produzir o equivalente para o cidadão local em termos de qualidade dos serviços públicos e administração efetiva; c) uma ordem de acesso limitado ao poder e aos recursos económicos e políticos, d) um governo que produz e reproduz ciclos periódicos de violência e tensão política.

Ademais, evitar a produção e reprodução de instabilidade requer, portanto, um sistema, mais descentralizado em que os funcionários e representantes políticos em todos os níveis, observam as regras do jogo estabelecidas pela legislação e tem incentivos para as honrar, incluindo os poderes e competências em toda a hierarquia administrativa e política (Weingast, 2014; Ilal & Weimer, 2018).

Nestes termos, as mudanças ocorridas no Estado em vários países no mundo motivadas pelos movimentos da nova gestão pública e com as políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, particularmente Moçambique, tinham como objetivo a redução do peso da dívida externa dos países altamente endividados por causa da desestruturação económica mundial (crise de petróleo, aumento da taxa de juros e queda dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais) o que levou a busca pelos mercados financeiros mundiais para saldar o serviço da dívida (Fernandes, 2009; Jamal, 2015).

Entretanto, as reformas "impostas" pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial consistiram ainda em cortes da despesa pública (saúde, educação) liberalização da economia, aumento dos preços básicos, reforço da capacidade do governo na promoção do setor privado e a adoção de políticas de privatização das empresas estatais (Jamal, 2015). Por um lado, verificou-se uma redução das empresas do setor público e queda gradual nos níveis de utilização dos serviços públicos, com impacto significativo nos estratos sociais mais pobres e por outro lado, as consequências destas políticas estendem-se até as relações das redes

clientelares entre o Estado e as populações e a sua posição de maior empregador foi posta em causa pela redução dos mecanismos que o legitimam perante as populações (Thonpson, 2004; Jamal, 2015).

Face a ideia de regular e reduzir o poder do Estado, os programas do Banco Mundial passou a considerar os aspetos de dimensão social a partir de uma articulação entre os programas de ajustamento estrutural e os objetivos de combate a pobreza, e consequente reformulação do PRE (Programa de Reforma Económica e Social) e o Banco Mundial, passaram a enfatizar o seu apoio ao processo de democratização e a boa governação através de programas de descentralização vistos como melhor solução para distribuição de recursos a nível local (Fernandes, 2009; Jamal, 2015).

Em suma, Simione (2018, p.533), afirma que as conceções de um possível modelo de descentralização vieram a ser concretizadas no que se designou de programa da reforma dos órgãos locais (PROL) criado em 1991. O Programa da Reforma dos Órgãos Locais favoreceu a apresentação das primeiras ideias sobre a partilha do poder político nas arenas de escalão inferior do Estado e a primeira abordagem esta baseada na descentralização territorial operada através da criação dos municípios que exercem o seu auto governo e possuem autonomia, administrativa, financeira e patrimonial (Simione, 2018).

2.1.1 A criação das autarquias locais em Moçambique

A independência de muitos países africanos trouxe satisfação e impulsionaram o processo de construção do Estado desenvolvimentista e a criação de bases para a reformas profundas do Estado, a provisão e melhoria dos serviços básicos, tornando o Estado mais interventista e efetiva. Foi o culminar destas reformas, que incentivou a revisão da máquina administrativa em Moçambique a fim de reduzir o papel do governo central, criando governos locais (provinciais, distritais e municipais) que pudessem ser mais próximos ao cidadão.

Nos anos 90, depois da revisão da constituição da república, foi aprovado o quadro inicial de descentralização, através da lei n°3/94, de 13 de Setembro e do pacote autárquico de 1997, com a criação da lei n°2/97 de 18 de fevereiro resultado dos acordos de paz em 1992, entre duas forças politicas, nomeadamente, a FRELIMO e RENAMO, saídas da guerra civil dos 16 anos (Weiner, 2012; Simione, 2018).

Embora o processo de descentralização tenha sido acelerado, movidos pelo Acordo Geral de Paz, assinado em 1992, entre a Frelimo e a Renano, a fragmentação da administração local não deve ser vista apenas como resultado da guerra, mas como consequência da modernização e construção de uma nação, que consistiu na transformação profunda do sistema político e administrativo através da eleição dos presidentes dos conselhos municipais e membros das assembleias provinciais e municipais em um contexto multipartidário (Simione, 2018).

A revisão constitucional realizada em 1996, permitiu a criação da lei nº9/96 de 22 de Novembro, designado quadro jurídico para implantação das autarquias locais que introduz princípios e disposições sobre o poder local. Esta emenda constitucional, favoreceu a criação ou a implementação de um modelo de descentralização, que viabilizou a implementação da municipalização através da lei nº2/97, de 18 de Fevereiro e, consequentemente a criação e a aprovação das demais leis complementares.

A lei aprovada obedecia o princípio do gradualismo da autonomização dos governos locais (autarquias) e ainda a introdução da tutela conjunta jurídica e financeira dos municípios através do Ministério da Administração Estatal e do Ministério do Plano e Finanças (Faria & Chichava, 1999; Yves Fauré & Cristina Rodrigues, 2012). Deste modo, o princípio do gradualismo[4] introduziu a noção de um processo de descentralização com diferentes tempos e não uniforme nacionalmente e que guiava a extensão do *status* de autarquia local a outras unidades territoriais também se aplica na expansão das competências das autarquias locais existentes.[5].

Em suma, o quadro jurídico das autarquias locais, baseadas na lei n°9/96 de 22 de Novembro e a lei nº2/97 de 18 de Fevereiro, destaca que as autarquias gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e elas tem a função de fornecer serviços públicos e respeitam os interesses próprios, comuns e específicos das populações para o desenvolvimento económico e social local, meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida, abastecimento público, saúde, educação, cultura, tempos livres e desporto, polícia da autarquia e urbanização,

[4] A transferência para as autarquias locais de funções atualmente exercidas por qualquer dos órgãos do Estado e deve operar-se de forma gradual, de modo a permitir a criação e consolidação dos requisitos necessários de capacitação técnica, humana e financeira dos órgãos autárquicos.

[5] AFRIMAP- Moçambique: Democracia e Participação Política-um relatório publicado pelo AFRIMAP e pala Open Society Iniciative for Southern África, 2009.

construção e habitação[6] (Cistac, 2012) e visam a prossecução dos interesses das populações respetivas sem prejuízos dos interesses nacionais e da participação do Estado.

Portanto, estes argumentos que constam na legislação autárquica solidificaram as bases para o presente estudo, baseando-se na ideia de que as autarquias locais devem garantir e fornecer os serviços públicos aos munícipes e garantir a boa convivência.

2.1.2 Autonomia das autarquias locais

De acordo com os dispositivos legais sobre o funcionamento das autarquias locais, invoca as competências das mesmas e em outros instrumentos jurídicos próprios como a lei nº2/97 de 18 de Fevereiro que aprova o quadro jurídico para implementação dos municípios e a lei nº7/97, de 31 de Maio que estabelece o regime jurídico da tutela administrativa do Estado, a que estão sujeitos os municípios. A lei descreve o conceito da autonomia local, que no entender do legislador é o direito e a capacidade efetiva dos municípios regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos.

A referida autonomia pressupõe para além dos referidos direitos, o de participar na definição das políticas públicas nacionais que afetam os interesses das respetivas populações locais; o direito de compartilhar com o Estado o poder de decisão sobre as matérias de interesse local, o direito de regulamentar normas ou planos nacionais de maneira adaptá-las as realidades locais (Sicoche, 2014, p.22) e autonomia organizacional constitui uma das componentes essenciais do princípio fundamental de livre administração dos municípios que se concretizam mais particularmente, pela criação e pela organização de serviços públicos municipais e pela autonomia na organização interna e a gestão do seu pessoal (Sicoche, 2014).

Sendo autarquia local, pessoa coletiva pública, com órgãos representativos próprios, compete criar companhias municipais e serviços autónomos para a prestação de serviços públicos ou pode contratar empresas, organizações não-governamentais ou fazer parcerias do tipo público-privado ou parceria público-público com entidades nacionais ou internacionais e por outro lado, deve orientar e apoiar a iniciativa privada, na criação e fortalecimento do micro

[6] Lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro

e pequenas atividades da mesma natureza gerando emprego e utilizando tecnologia acessíveis e de fácil apoio pelo munícipe com vista a angariação de mais receitas para a sobrevivência e desenvolvimento dos munícipes e do seu município[7] (Cistac, 2012). As autarquias locais podem criar serviços autónomos ou empresas públicas autarquias para satisfação de necessidades coletivas das respetivas populações, quando tais necessidades sejam de interesse relevante para a coletividade e ou a gestão autónoma que se mostre a solução mais eficiente (Cistac, 2012).

Em suma, a autonomia financeira consagrada no nº3 do art. 7 da lei nº2/97, de 18 Fevereiro pressupõe que os municípios tenham um poder de decisão financeira de natureza a garantir-lhes uma autonomia de decisão em relação ao Estado e isto implica um poder de decisão do município, tanto em matéria de receitas, assim como de despesas (Cistac, 2012). A legislação aplicável para funcionamento e quadro jurídico das autarquias locais descreve que a principal função deste órgão descentralizado é de colocar a disposição aos utentes os serviços de utilidade pública de serviços públicos.

Portanto, nesta matéria de gestão e de funcionamento dos serviços públicos, a lei concede a liberdade de escolha dos modelos de gestão destes serviços, nos setores de desenvolvimento económico e social, ambiente, saúde, educação, cultura, urbanização, construção e habitação, abastecimento público, saneamento básico e qualidade de vida, polícia autárquica, tempos livres e desporto. No entanto, compete a assembleia municipal aprovar mediante proposta do executivo os modos de gestão nos serviços públicos autárquicos (gestão direta ou conceder a terceiros) nos termos previsto no artigo 45 da referida lei (Cistac, 2012).

2.1.3. Órgãos das autarquias locais

Nos termos previsto na constituição da república e a lei[8] base do funcionamento das autarquias locais, preconiza e cria órgãos de gestão e suas atribuições ou competências, denominados em poderes deliberativos e executivos. Nestes termos, as autarquias locais possuem dois (2) órgãos a) *assembleia autárquica* que são órgãos representativos com poderes deliberativos, constituído por membros eleitos por sufrágio universal, direto, igual, secreto,

[7] Lei nº2/97, de 18 Fevereiro

8

pessoal e periódico dos cidadãos eleitores residentes no respetivo círculo eleitoral (membros da assembleia municipal/autárquica);

b) C*onselho Autárquico* um órgão executivo que responde perante a assembleia autárquica, dirigido por um presidente da autarquia[9].

2.1.4 Competência do Presidente do Conselho Autárquico

No âmbito da criação das autarquias locais e consequentemente a eleição do presidente através do sufrágio universal que culmina com o voto, foram atribuídas competências aos presidentes do conselho municipal, sendo um órgão executivo singular do município com as seguintes competências[10]:

a) Dirigir a atividade corrente do município, coordenado, orientando e superintendendo a ação de todos os vereadores;

b) Dirigir e coordenar o funcionamento do conselho municipal; c) Exercer todos os poderes conferidos por lei ou por deliberação da Assembleia Municipal;

d) Representar o município em juízo e fora dele;

e) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal;

f) Escolher, nomear e exonerar livremente os vereadores do conselho municipal;

g) Coordenar e controlar a execução das deliberações do Conselho Municipal;

f) Orientar a elaboração e participar na execução do orçamento autárquico, autorizando o pagamento de despesas, quer resultem da decisão própria, entre outras atividades[11]

[9] Lei nº12/2023, de 25 de Agosto

[10] Nos termos da lei nº6/2018, de 3 de Agosto

[11] Lei nº6/2018, de 3 de Agosto

2.1.5 Competência do Conselho Autárquico

Conforme foi estatuído, a legitimidade democrática dos órgãos locais e no âmbito das suas atribuições, compete ao conselho municipal:

a. Realizar tarefas e programas económicos, culturais e sociais de interesse local definidas pela assembleia municipal, nos termos da lei:

b. Coadjuvar o presidente do conselho municipal na execução e cumprimento das deliberações da assembleia municipal;

c. Participar na execução do plano de atividades e do orçamento de acordo com os princípios da estrita disciplina financeira;

d. Apresentar a assembleia municipal propostas e pedidos de autorização e exercer as competências autorizadas no âmbito das matérias previstas;

e. Fixar um valor a partir do qual a aquisição de bens móveis depende de uma deliberação sua;

f. Deliberar sobre as formas de apoio as organizações não-governamentais e outros organismos que prossigam fins de interesse público no município[12].

2.1.6 Competência da Assembleia Autárquica

Na prossecução das suas atribuições e sendo um órgão representativo com poderes deliberativos e pronunciar-se sobre os assuntos e as questões fundamentais de interesse para o desenvolvimento económico, social e cultural da comunidade municipal, a satisfação das necessidades coletivas e a defesa dos interesses das respetivas populações, bem como acompanhar e fiscalizar a atividade dos demais órgãos e de serviços e empresas municipais[13]. A assembleia autárquica deve respeitar os princípios fundamentais como:

a) *Princípio de legalidade,* desenvolve sua atividade em estreita obediência com a constituição e a lei,

[12] lei nº6/2018, de 3 de Agosto

[13] art. 2 do decreto nº35/98 de 7 de Junho

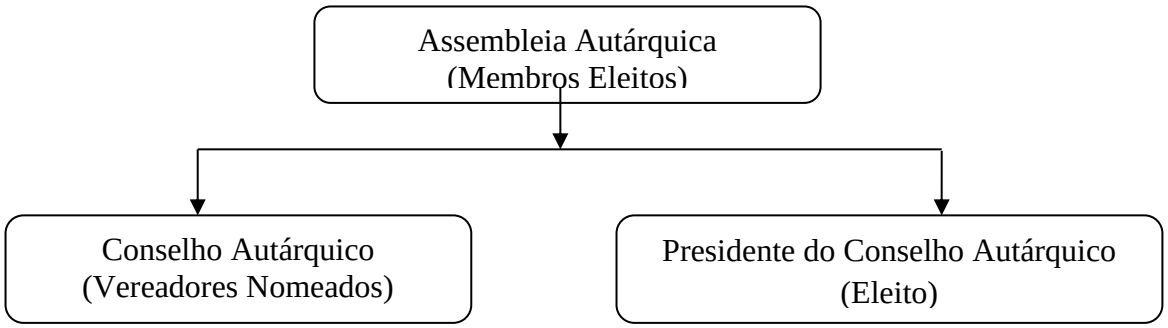
b) *Princípio da legitimidade democrática* do eleitor local, de acordo com o qual os membros da assembleia autárquica têm o direito a participar plenamente nos trabalhos do órgão representativo, até que exista uma causa legal de decisão de funções,

c) *Princípio de especialidade*, em conformidade com o qual os membros de assembleia autárquica só deliberam no âmbito da sua competência e para a realização das atribuições das autarquias locais,

d) *Princípio da participação* dos cidadãos moradores, que implica existirem mecanismos de apresentação de sugestões, queixas, reclamações ou petições por parte dos municípios[14]. Portanto, conforme a legislação atinente, compete *a assembleia autárquica* ou de povoação deliberar sobre a autonomização de serviços e a criação de empresas públicas autárquicas mediante proposta fundamentada do competente órgão executivo, devendo tal proposta ser acompanhada das necessárias demostrações da respetiva viabilidade nos aspetos económicos, técnico e financeiro e instruída com os pareceres que a lei tornar obrigatórios[15].

A assembleia autárquica ou de povoação pode autorizar a concessão de serviços públicos pelos órgãos executivos das autarquias locais, desde que o interesse público se mostre devidamente assegurado. A escolha do concessionário tem lugar mediante concurso público a realizar com observância de legislação em vigor[16]. A Figura 1 mostra a estrutura de funcionamento das autarquias locais e a composição dos seus órgãos.

Figura 1: Estrutura Orgânica das Autarquias Locais (Municípios)



Fonte: Adaptado pelo autor, lei 2/97 de 18 de Fevereiro

[14] art. 2 do decreto nº35/98 de 7 de Junho

[15] Lei nº11/97, de 31 de Maio

[16] Lei nº11/97, de 31 de Maio

A Figura 2 ilustra a organização dos órgãos de descentralização do Estado moçambicano, por um lado, do governo provincial (Órgãos do Estado, provinciais, distritais, posto administrativo, localidade e unidades comunais) e por outro, das autarquias locais (Governo, município, posto administrativo, bairros e quarteões).

Figura 2. Estrutura de descentralização/autarquias locais em Moçambique



Fonte: Zavale, 2011; Zavale & Rocha, 2015.

Portanto, a estrutura acima (Fig.2), revela que as autarquias locais (municípios) para além de gozar de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, são tuteladas por uma instituição do governo central (Ministério da Administração Estatal e Função Pública) que tem a responsabilidade de monitorar as atividades das autarquias locais e administração local e todos funcionários da função pública.

Capítulo III: Teorias do estudo

Este capítulo tem como objetivo enquadrar e descrever as teorias fundamentais que serviram de suporte deste trabalho, nomeadamente: a teoria institucional, de custo de transação e da escolha pública.

A teoria institucional defendida por North (1990), aponta questões das mudanças, que as instituições podem fazer para tornar mais célere tendo em conta os objetivos que se pretendem alcançar, e consiste em analisar como as instituições conseguem criar uma estrutura sólida para fortificar o desempenho e, consequentemente, alcançar os objetivos traçados. O uso desta teoria para análise da prestação de serviços de saneamento nas autarquias locais, baseia-se no pressuposto da abordagem da teoria institucional, que enfatiza a independência das organizações (March & Olsen, 1995; Brown & Potoski, 2003).

Portanto, de forma mais simplificada, as instituições devem definir regras do jogo e determinar o nível de custos de transação[17] em cada transação política, sendo que a governação política assume o papel de reduzir os custos de transação por intermédio de diferentes estruturas de hierarquia e de organização e essas regras devem ser vinculativas para permitir que os indivíduos possam realizar as suas atividades, onde com base nas regras ou padrões moldam o comportamento dos indivíduos que permitirá maior flexibilidade e maior produção assumindo que os custos de produção sejam reduzidos (Pereira, 2012). Portanto, a teoria institucional ganha espaço nos estudos organizacionais por fornecer maneiras de compreender padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações (Pereira, 2012).

Com base na construção teórica institucional defendido por North (1990), sugere que a mesma centra-se na estrutura e regras ou padrões que influenciam no comportamento dos indivíduos envolvidos dentro e fora das organizações. No caso particular das autarquias locais, é expetável que o seu funcionamento pleno baseiam-se nos documentos normativos das autarquias locais, tais como a Constituição da República, lei nº1/2018 de 12 de Junho, lei nº2/97 de 18 de Fevereiro, lei nº12/2023 de 25 de Agosto, que estabelecem normas, organização e funcionamento das autarquias locais.

[17] Coase (1937); Williamson (1985), afirmam que os custos de transição resultam da racionalidade limitada e oportunismo agente envolvido em acordos contratuais e variam de acordo com as características de serviço, incluindo a especificidade de ativos, mensurabilidade de serviços e a frequência das transações.

Por se tratar de entidades que dispõem de autonomia administrativa, financeira e patrimonial tem a liberdade de escolher as modalidades de gestão de serviços públicos municipais com vista a satisfazer os interesses coletivos dos cidadãos. Os dados do estudo, permitiram compreender e analisar as formas de gestão usadas nos serviços de saneamento nas cinco autarquias locais e permitiram compreender igualmente o nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços em estudo.

Em suma, a teoria institucional invoca a ideia de que as instituições e organizações são um meio para reduzir os custos de transação e obter uma maior eficiência no desempenho económico (Caballero & Soto Onate, 2016), se concentra com a hierarquia e reduz os custos de transação e salvaguarda ativos específicos na troca económica (Willianson, 1985, Caballero & SotoOnote, 2016). Por seu turno, a teoria de custos de transação considerados como custos associados a produção interna de serviço ou a compra de serviços por meio de contratação e os fatores que originam aos custos de transação, resultam de informações limitadas e incertezas (Williamson, 1995; Brown & Potoski, 2003).

A análise dos custos de transação, são aplicadas à decisão de empresas privadas sobre a produção interna e terceirização, ela também pode ajudar a aplicar as decisões de produção de serviços dos governos (Brown & Potoski, 2003). Portanto, o uso da estrutura dos custos de transação tem como finalidade minimizar os riscos associados a prestação de serviços sob arranjos institucionais alternativos (Brown & Potoski, 2003).

De forma generalizada, na produção interna, os governos são responsáveis por todas as fases da prestação de serviços, incluindo financiamento, produção e distribuição do serviço aos cidadãos e, na produção externa por meio de contratação completa, um governo celebra um contrato com um ator externo para a produção e distribuição de um serviço, embora o governo financie o serviço e mantenha o controle regulatório sobre a prestação final do serviço (Brown & Potoski, 2003). Esta pretensão do uso cada vez mais dos servidores externos para a produção de serviços é motivada pela indisponibilidade ou insuficiência dos governos em produzir serviços internamente. Neste aspeto, Coase (1937) gerou uma abordagem micro analítica de organizações que deu origem a economia de custos de transação (Williamson, 1985) e gerou uma abordagem macro analítica que estudou as relações entre as instituições e o desempenho económico, bem como os processos de mudança institucional abordados por (Coase, 1960; North, 1990; Caballero & Soto-Oñate, 2016).

Portanto Coase (1937), justifica na sua tese, que as empresas criam mecanismo de evitar que os custos de transação sejam maiores através da planificação das hierarquias (Verga et al., 2017). A literatura sobre custos de transação procura fundamentar e entender os custos envolvidos ou associados para efetivação de atividades. A ideia central da teoria é procurar minimizar o tempo e custos com um determinado serviço. Neste caso e por força de legislação, as autarquias podem escolher as formas de gestão mais viáveis, procurando a eficiência e redução de custos. Os resultados apontam que os custos envolvidos na terceirização são reduzidos comparando com a internalização de serviços. A internalização sugere a compra ou aquisição de todo equipamento, meios circulantes, aquisição de combustíveis, lubrificantes e a contratação de mão-de-obra. Embora a terceirização sugere redução de custos com os serviços de saneamento, os resultados revelam que maior parte das autarquias locais preferem a internalização de serviços por falta de empresas provedoras destes serviços, optando pela criação de empresas municipais.

Em suma, a teoria de custos de transação se assenta no pensamento de procurar compreender por que as firmas são responsáveis pela própria produção de bens e serviços ou optam por sua terceirização visando obter eficiência na gestão dessas transações ou seja, visa à minimização dos custos (Verga et al., 2017). A teoria da escolha pública procura compreender a análise do mercado e as políticas aplicadas pelos políticos e aos serviços públicos visando diminuir gastos públicos e na racionalidade de recursos usados na prestação de serviços. Em sua análise Muller (1986); Dias (2009) descrevem que a teoria da escolha pública está preocupado com aplicação da microeconomia nas áreas políticas e sociais, que primava minimizar o papel do governo e torná-lo apenas um facilitador, promotor e regulador de poder gerar melhores resultados, assumindo que os indivíduos são auto-interessados, racionais e adotam estratégias que maximizam o seu benefício próprio nas escolhas.

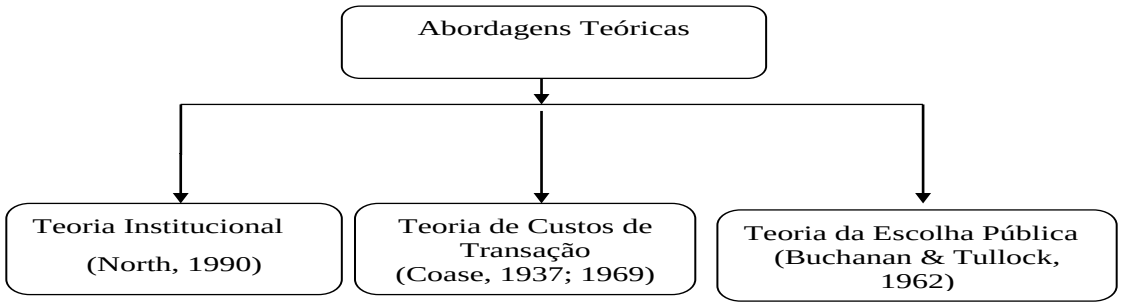
Evidentemente *a public choice* identificou que o perfil da burocracia é baseado em um comportamento egoísta, despreocupado com o bem da coletividade, com os direitos, com a justiça e com equidade e que tal comportamento é a fonte da ineficiência e do desrespeito de recursos do Estado (Downs, 1957) e ela analisa como motivações dos indivíduos afetam o resultado de sua tomada de decisão coletiva (Dias, 2009, p.204). Nesta senda, Downs (1957) um dos mentores desta teoria afirma que uma suposição-chave e tática da abordagem que as decisões políticas seriam tomadas de forma lógica e racional, por funcionários esclarecidos e imparciais, buscando o interesse público. Entretanto, a escolha pública quebrou essa suposição

aceitando que decisões coletivas são necessárias para algumas tarefas que inevitavelmente requerem ação comunitária e mostrou como o processo de tomada de decisão esta muito a quem do ideal assumido pelos economistas do bem-estar (Dias, 2009, p.204).

Buchanan & Tolluck (1962) considerados precursores da escolha pública, olha o sistema político e a evolução das constituições como um processo pelo qual indivíduos procuraram proteger seus próprios interesses, em vez de um que todos nos esforcemos para alcançar alguma conceção de interesse público, usando métodos e ferramentas de economia para explorar como política e o governo funcionam e analisar como as motivações dos indivíduos afetam o resultado de sua tomada de decisão coletiva (Pereira, 1997). A perspetiva da teoria da pública é que as decisões políticas e económicas dos governos estão sujeitas a um conjunto de poderes repartidos por diferentes agentes com funções diferentes no sistema político, tais como presidente, executivo, legislativo, sistema judicial, administração público, partidos políticos, grupos de interesse, todos eles interferem na possibilidade e capacidade de implementação dessas políticas (Pereira, 1997).

Portanto, olhando para o contexto do estudo, os resultados revelam que as autarquias locais optam pela produção interna de serviços em função da racionalidade dos recursos, procurando eficiência dos serviços. A viabilidade de escolha dos atores políticos, funcionários e gestores dos serviços públicos afetos aos governos, mostram-nos que os partidos políticos se comportam de forma oportunista, o que significa que eles estão apenas interessados em obter a maioria dos votos (Blankart & Koester, 2004, Blankart & Koester, 2006). A Figura 3 apresenta de foma resumida as abordagens teóricas usados na construção do presente estudo.

Figura 3: Abordagens teóricas



Elaborado pelo autor, 2023

3.1 Hipóteses de Investigação

Em função das abordagens teóricas, contextualização do estudo sustentadas pela revisão da literatura que permitiu analisar as diferentes formas de gestão de serviços públicos foram formuladas ase seguintes hipóteses:

3.1.1 Hipóteses relacionadas com a qualidade de serviços

H1: A qualidade, eficiência e eficácia de serviços está relacionada com a terceirização de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique.

- ✓ *H2. A produção interna de serviços tem a probabilidade de melhorar a qualidade de serviços de saneamento nas autarquias locais.*
- ✓ *H3. A produção de serviços de saneamento por meio de contratação conjunta é eficaz para melhoria da qualidade e redução de custos.*

As hipóteses apresentadas foram sustentadas pelas literaturas que abordam a redução de custos, qualidade e/ou eficiência de prestação de serviços, através da produção externa, interna ou contratação conjunta, com empresas privadas, organizações com ou sem fins lucrativos e com outros governos (Brown & Potoski, 2003). Estudo realizado por Vasauskaite & Gaspareniene (2014, p.473) revela que a maioria dos critérios para fazer contrato de terceirização em ambos os setores, ou seja, setor público e privado, são semelhantes e incluem eficiência de custos, redução de custos, gestão de riscos, melhoria da qualidade de serviços, aumento da eficiência, acesso de recursos e competências, melhoria de processos, padronização de processos, satisfação de cliente e agregação de valor de cadeia.

3.1.2 Hipótese relacionado com a redução de custos

- ✓ *H4: As autarquias locais que terceirizam os serviços de saneamento têm maior probabilidade de reduzir os custos.*

A formulação desta hipótese é justificada pelos estudos que provam que a realização de contratos de terceirização por meio de contratos pode reduzir significativamente os custos do setor público (Alonso et al. 2013). Na mesma linha de pensamento, Barnekov & Raffel (1990) destacam que a terceirização é baseada particularmente pela análise de produtividade e,

acredita-se que as ofertas competitivas das empresas que maximizam o lucro garantem que os serviços serão prestados com possível custo reduzido porque os provedores privados são menos dispendiosos e mais económicos do que agências ou entidades governamentais (Sun & Zhang, 2012).

Em suma, perante várias abordagens teóricas de produzir mais com menos recursos algumas evidências empíricas sugerem que quando os governos contratam serviços para o setor privado, as economias médias variam de 6% a 12% (Henry, 2010) e quando se adota pela produção interna de serviços, as economias variam entre 19 e 30% nas áreas de limpeza, manutenção e coleta de lixo. Hodge (2000) constatou que as maiores economias são de 19% a 30% nas áreas de limpeza, manutenção e coleta de lixo (Sun & Zhang, 2012), quando a produção interna e distribuição de bens e serviços e a terceirização de serviços por meio de contração completa é a melhor forma de redução de custos e aumento da eficiência e eficácia de serviços (Sun & Zhang, 2012).

3.3 Conclusão das hipóteses

Olhando no pressuposto da reforma da administração pública que incidia na descentralização administrativa que visava redefinir, restruturar o sistema administrativo do estado, garantir a eficiência nos serviços públicos e solucionar os problemas de forma célere, evidências de estudos empíricos e científicos demostram que a transferência de serviços públicos para o setor privado adotando as suas ferramentas de gestão através de um contrato de terceirização garante a qualidade (Hart, 2003; Gasparenienea & Vasauskaite, 2014).

Esta visão é descordado por alguns críticos que afirmam que os contratos de terceirização ou uso de fornecedores externos não garantem a alta qualidade de serviços e baixo custos (Pollitt & Bouckaert, 2000). Gasparenienea & Vasauskaite (2014) descrevem que qualquer oportunidade de redução de custos é um fenómeno positivo e consequentemente, fazer de contratos de terceirização no setor público é uma poderosa medida política para reduzir os custos governamentais e melhorar as atividades institucionais, embora haja risco de que a qualidade dos serviços prestados possa diminuir obedecendo os critérios até a decisão de terceirização por meio de contratação.

Portanto, uma questão fundamental sobre a implementação da produção interna e externa de serviços nos governos central e local é a qualidade e redução de custos operacionais nas empresas que operam no setor público, sendo uma solução racional que visa o aumento da atividade operacional nas diversas dimensões, uma vez que a diminuição dos custos de gestão, provoca menor pressão fiscal sobre as instituições governamentais (Gasparenienea & Vasauskaite, 2014).

Por fim, as abordagens de Brown & Potoski (2003), consideram que dentre os vários mecanismos de produção de serviços, como a produção externa, por meio de contratação conjunta, um governo contrata um fornecedor externo para prestação de serviços e retém uma parte da produção de serviço, ou contrata simultaneamente vários fornecedores para o mesmo ou diversos serviços.

No entanto, mesmo assim, ao se fazer o contrato de terceirização tanto a qualidade quanto a quantidade do serviço tem de ser comparadas; e por via disso as instituições do setor público devem preparar especificações detalhadas da atividade que se pretende terceirizar antes e depois do contrato de terceirização (Elinder & Jordahl, 2013; Vasauskaite & Gaspareniene, 2014).

Nas entrelinhas, as alternativas do setor privado podem ser atraentes quando um governo pensa em expandir um serviço ou adicionar uma nova função, particularmente em áreas nas quais a capacidade interna não foi desenvolvida (Barnekov & Raffel, 1990) e a prestação de um serviço interno ou terceirizado depende criticamente de uma análise de custos eficaz (Barnekov & Raffel, 1990, Zhang & Sun, 2012).

3.4. Relação entre objetivos da pesquisa, questões de investigação e hipóteses

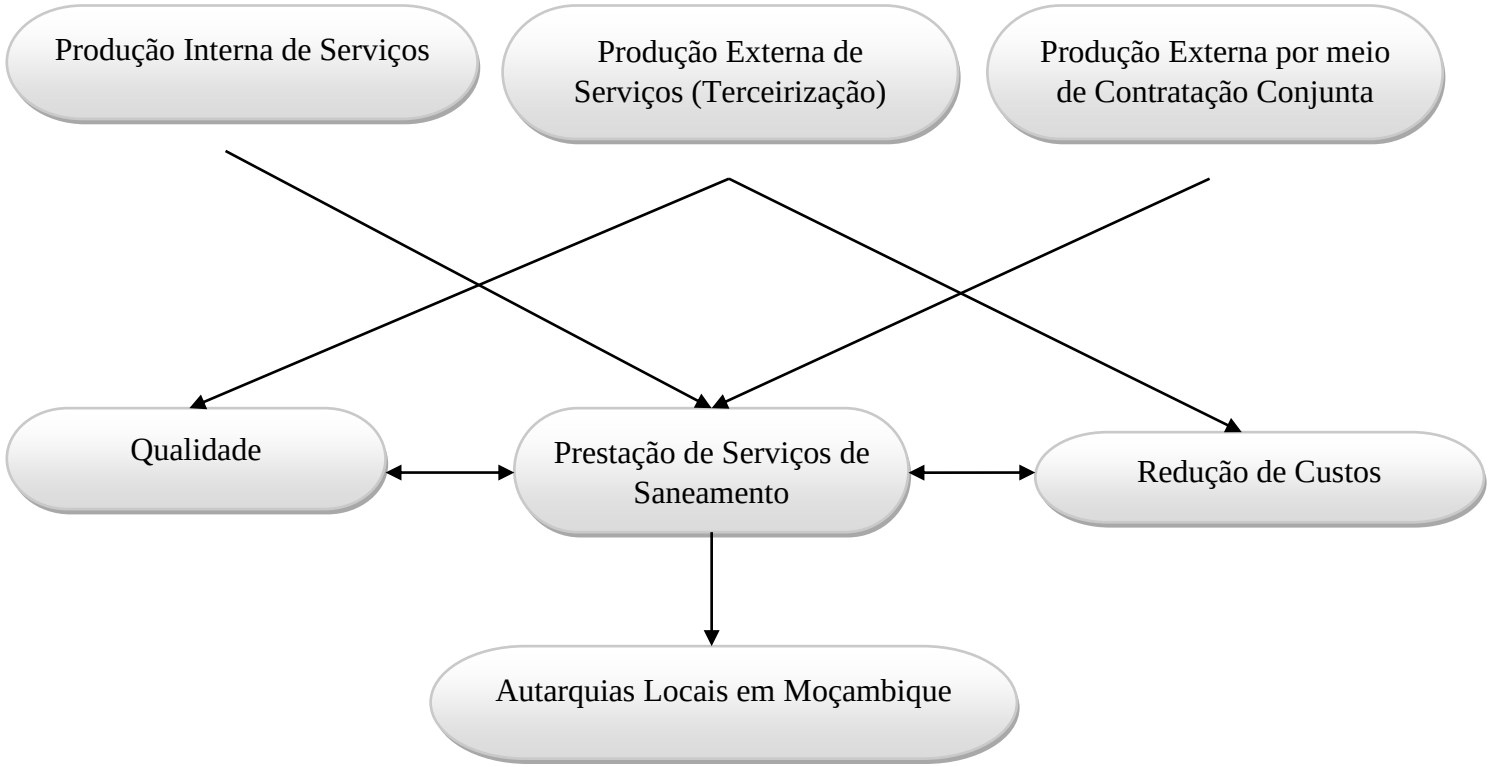
A tabela (1) apresenta a relação entre os objetivos, as questões de investigação e as hipóteses do estudo e, por sua vez, a Figura 4 representa a relação entre as hipóteses e as variáveis.

Tabela 1: Relação entre objetivos da pesquisa, questões de investigação e hipóteses

Objetivos	Questão de Investigação	Hipóteses do Estudo
Analisar como a terceirização pode ser alternativa de prestação de serviços sob ponto de vista de qualidade de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique.	Que relação existe entre a terceirização e a qualidade de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique?	H1: A qualidade, eficiência e eficácia de serviços está relacionada com a terceirização de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique.
Descrever as conceções dos gestores municipais e munícipes sobre os serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique;		H2. A produção de serviços através de mecanismos internos tem a probabilidade melhorar a qualidade de serviços de saneamento nas autarquias locais.
Analisar o nível de perceção e satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento nas autarquias locais.		H3. A produção de serviços de saneamento por meio de contratação conjunta é eficaz para melhoria da qualidade e redução de custos.
Comparar as formas de gestão dos serviços de saneamento em diferentes autarquias locais em Moçambique;		
Discutir através de abordagens empíricas e das conceções dos gestores e munícipes sobre o funcionamento dos serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique		H4: As autarquias locais que terceirizam os serviços de saneamento têm maior probabilidade de reduzir os custos.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 4: Relação entre as hipóteses do estudo, objeto da pesquisa e variáveis



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Capítulo IV: Metodologia

Tendo definido o modelo de análise, o contexto de estudo, os objetivos e hipótese, este capítulo apresenta de forma detalhada os caminhos usados para investigação científica, abordagens metodológicas, que nortearam a investigação. Este capítulo retrata a abordagem metodológica destacando o *design* de estudo, natureza, tipo de investigação, a unidade de análise, as técnicas de recolha de dados, o tratamento e análise dos dados, os métodos estatísticos, caracterização da amostra e as variáveis do estudo. Deste modo, apresentamos a seguir as fases da pesquisa.

4.1 Fases da investigação

O estudo decorreu no período entre Abril de 2022 a Dezembro de 2023 em (5) cinco autarquias locais de Moçambique: Maputo e Matola (região Sul) Quelimane e Chimoio (região Centro) e Nampula (região Norte) do país e compreendeu (7) oito fases, caraterizada da seguinte forma:

I. Fase preliminar: Terminada a conclusão das unidades curriculares do programa, iniciou-se o desenho do projeto de investigação que consistiu em apresentar o desenho de investigações orientadas através das abordagens técnicas e empíricas e que culminou com a defesa e aprovação do projeto pelo Conselho Cientifico da Escola[18].

II. Primeira fase: Após a aprovação e defesa do projeto, iniciou-se a revisão profunda da literatura geral e moçambicana sobre a terceirização e autarquias locais, respetivamente e, seguidamente a construção dos instrumentos de recolha de dados e entrega das credenciais a fim de recolher informações relativas a gestão e funcionamento e satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento nas cinco autarquias locais[19] em estudo. De referir que os dados foram recolhidos nas Empresas de Saneamento na Cidade de Quelimane e Nampula, Serviços de Saneamento na Autarquia de Chimoio e na Vereação de Salubridade e Meio Ambiente das Autarquias de Maputo e Matola.

[18] Comprovativo de aprovação do conselho científico.

[19] Despacho de autorização para recolha de dados.

III. Segunda fase: apos a autorização, procedeu-se à recolha de dados, inicialmente através de documentos normativos institucionais e entrevista aos gestores de serviços de saneamento e salubridade das (5) cinco autarquias para compreender o funcionamento e as formas de gestão dos serviços em análise.

IV. Terceira fase: Esta fase consistiu na identificação de um *focal point* nas (5) cinco autarquias locais, a fim de ajudar a partilhar o inquérito por questionário aos munícipes através de plataformas digitais (*e-mail e whatsapp*) nos diversos grupos das redes sociais. O *link* contendo questões foi concebido e aplicado online e produzido com recurso à plataforma do *Google forms*. Depois de se identificar os *focal points*, procedeu-se ao envio do *link* aos munícipes de forma aleatória. Igualmente, procedeu-se à entrevista aos munícipes usando o mesmo método, ou seja, o pesquisador questionava aos munícipes na rua, nos mercados, escolas e no campo de futebol, com a finalidade de aferir o nível de satisfação dos mesmos em relação à gestão dos serviços de saneamento nas autarquias locais.

V. Quarta fase: Depois da recolha de dados com base no inquérito por questionário, construímos a base dados com recurso ao *software* (*Statistical Package for the Social Sciences-SPSS*) com a finalidade de inserir os dados ou informações obtidas, igualmente, nesta fase procedeu-se à recolha de dados através de entrevista dirigida aos munícipes.

VI. Quinta fase: Esta fase estava reservada ao tratamento de dados quantitativos através de métodos estatísticos (estatística descritiva e inferência estatística) com recurso a um *software* (*Statistical Package for the Social Sciences-SPSS*), que permitiu a produção de dados estatísticos e a ferramenta *Microsoft* Excel 2003 usado para aplicar e configurar gráficos de barras.

VII. Sexta fase: nesta fase, fez-se a transcrição das informações obtidas através da entrevista dirigida aos gestores dos serviços saneamento e dos munícipes.

VIII. Sétima fase: Considerada a fase crucial, consistiu na apresentação e discussão dos resultados obtidos através do inquérito por questionário dirigida aos munícipes e entrevistas dirigida aos gestores dos serviços de saneamento e/ou salubridade.

4.2 Design de Estudo

As tarefas fundamentais desta pesquisa foram, por um lado, compreender o funcionamento e a forma de gestão dos serviços de saneamento nas autarquias locais e por outro lado, comparar o nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento nas diversas autarquias locais.

Tomando em consideração a natureza do estudo, adotou-se a *pesquisa experimental* que visava identificar uma amostra e poder generalizar para uma população, sendo que a intenção básica desta pesquisa é compreender como a terceirização por ser vista como alternativa de gestão dos serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique sob ponto de vista de qualidade e redução de custos. Entretanto, a pesquisa permitiu compreender se a terceirização é um fator *sine qua nom* para qualidade e redução de custos nos serviços de saneamento nas autarquias locais.

4.3 Característica da pesquisa

A natureza deste estudo configura-se com o estudo de caso, que se carateriza como reflexiva e profunda e que visa analisar como a terceirização pode ser alternativa de prestação de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique com recurso aos pressupostos teóricos sobre as formas de gestão de serviços públicos.

Portanto, o estudo de caso investiga um fenómeno atual no seu contexto real, quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes e no qual são utilizados muitas fontes de dados (Yin, 1988; Carmo & Ferreira, 2008)

Do ponto de vista da abordagem, adotou-se uma pesquisa mista, ou seja, dual, caraterizando-se pela pesquisa *qualitativa* e *quantitativa*, socorrendo-se de inquérito por questionário e entrevista. Esta modalidade de investigação, permitiu aprofundar os fenómenos ou factos relacionados com a gestão de serviços de saneamento e/ou salubridade nas autarquias locais. Por um lado, o recurso da abordagem *qualitativa* permitiu compreender os problemas, analisando os comportamentos e atitudes dos munícipes face a situação de ausência de recolha e limpeza de lixo, valas de drenagens e esgotos.

Nesta linha de pensamento, Zanella (2013, p.35) considera a abordagem qualitativa pelas análises qualitativas caraterizando-se em princípio, pela não utilização de instrumentos estatísticos de análise de dados e tem por base conhecimentos teóricos-empíricos, que permitem atribuir-lhe cientificidade preocupando-se em conhecer a realidade segundo a perspetiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise de dados. Neste tipo de pesquisa, não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com generalização de resultados, e não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos, como acontece com a investigação quantitativa (Baptista &Sousa, 2014).

Uma vez que a pesquisa é mista, considerando o foco da análise, a utilização da abordagem quantitativa permitiu descrever os dados estatísticos (percentagens, média, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão). Neste caso, o estudo usou as técnicas estatísticas, especificamente as percentagens, média, o coeficiente de correlação das variáveis) para aferir e comparar o nível de satisfação dos munícipes sobre os serviços de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos) nas autarquias locais em Moçambique. Com recurso a instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento de dados e tem como finalidade medir relações entre as variáveis, generalizar os dados a respeito de uma população, estudando somente uma pequena parcela dela e consiste em medir opiniões, atitudes e comportamentos (Zanella, 2013).

Em suma, neste estudo foi salvaguardado o uso de todas as caraterísticas de investigação (qualitativa e quantitativa) evidenciadas através dos resultados de inquérito por questionário dirigidos aos munícipes e por entrevista direcionado aos gestores de serviços de saneamento nas autarquias locais.

4.4 Unidade de Análise

Tomando em consideração a problemática, as questões orientadoras de investigação e os objetivos do estudo, é imprescindível especificar a unidade de análise. A seleção ou indicação da unidade de análise é considerada essencial, pois é o objeto ao qual será observado, descrito, analisado ou comparado. Neste estudo, os serviços de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos) nas autarquias locais é a unidade de análise.

4.5 Instrumento de recolha de dados

Em qualquer tipo investigação científica, o uso de instrumento de recolha de dados é fundamental para obter informações. O uso de inquérito por questionário e entrevista visava perceber e analisar o nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços e compreender o funcionamento e as formas de gestão usadas nas diferentes autarquias locais.

Neste contexto, Luísa (2015, p.24) enfatiza que a seleção das técnicas a utilizar durante o processo de pesquisa, constitui uma etapa que o investigador não pode minimizar, pois destas depende a concretização dos objetivos do trabalho de campo. Nas entrelinhas, Sousa & Baptista (2014, p.70), consideram técnicas de recolha de dados como sendo um conjunto de processos operativos que nos permite recolher os dados empíricos que são parte fundamental do processo de investigação.

4.5.1 Inquérito por questionário

Tendo em conta o enquadramento teórico, a contextualização do problema, as questões de investigação e os objetivos, recorreu-se ao inquérito por questionário como instrumento principal para a recolha de dados. Este instrumento permite auscultar um número significativo de pessoas em face a um determinado fenómeno social pela possibilidade de quantificar os dados obtidos e facilmente mensuráveis e de proceder-se a inferência e generalizações (Baptista et. al. 2021). Através deste instrumento, permitiu medir e comparar o sentimento dos munícipes face a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos.

A construção do inquérito por questionário baseia-se no modelo da rede COBRA (*Comparative Public Organization Data Base For Research and Analysis*) usado na pesquisa académica de gestão pública, que iniciou na Public Management Institute of Katholieke Universiteit Leuven dirigidos pelos Professores Geert Bouckaert and Guy Peters em 2001, que tinha objetivo de reunir estudiosos em gestão pública especificamente em organização do setor público na perspetiva internacional e discutir em conjunto as formas de coleta de dados em pesquisas quantitativas (Zavale, 2015)[20].

[20] https://soc.kuleuven.be/io/cost/about/cobra.htm

O inquérito por questionário foi dirigido aos munícipes partilhado aleatoriamente através de endereços eletrónicos e redes sociais (e-mails e grupo de *whatsapps*). O inquérito era composto por 23 (vinte e três) questões fechadas, algumas do tipo Likert[21], num parâmetro de 3 à 5 opções de resposta e outras dicotómicas (sim ou não), concebido e aplicado de forma *on-line*, com recurso a plataforma do *google forms*[22] e subdivide-se em (4) partes:

- ✓ A primeira apresenta dados sociodemográficos dos inquiridos, tais como, cidade em que reside, faixa etária, sexo, estado civil, ocupação e nível de formação;
- ✓ A segunda parte descreve os indicadores, variáveis ou dimensões de satisfação dos munícipes em recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, limpeza de valas de drenagens e esgotos, para compreender e comparar o nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços em análise nas cinco autarquias locais;
- ✓ A terceira parte aborda questões sobre a gestão participativa (inclusão) e consistia em perceber se existe auscultação aos munícipes em relação a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos;
- ✓ E por fim, a quarta parte visava compreender dos munícipes o desempenho das autarquias locais sobre aos serviços de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, limpeza de valas de drenagens e esgotos).

Portanto, o inquérito por questionário apresenta opções de respostas, aplicado com recurso à escala de Likert[23] com pontuação que variam de 1 (um) à 5 (cinco), com as seguintes descrições e variáveis:

1 - "*Excelente",* 2 -*"muito satisfeito",* 3 -*"satisfeito",* 4 -*"insatisfeito",*

5 -*"Pouco satisfeito";* 6 -*"Sim",* 7 -*"não",* 8 -*"as vezes";* 9 -*"positiva",*

10 -*"Negativa",* 11 -*"razoável";* 12 -*"má";* 13 -*"muito boa",*

14 -"Boa", "insuficiente", apenas no período eleitoral", entre outras conforme as questões de investigação e objetivos apresentados.

---

[21] Escala de Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários, usada em pesquisas de opinião.

[22] Google Forms é um aplicativo que pode criar formulários, por meio de uma planilha do google drive. Possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e analise dos resultados, quando respondido, as respostas aparecem imediatamente. (Mota, 2019).

[23] A escala de likert é definida como um tipo de escala de atitude na qual o respondente indica seu grau de concordância ou discordância em relação a determinado objeto (Apolinário, 2007; Braga et al, 2016). A escala de likert é constituída por questões que o respondente além de concordar ou não apresenta o grau de intensidade das respostas (Cunha, 2007; Braga et al, 2016, p.16).

A abrangência do inquérito por questionário aos munícipes nas autarquias em estudo garantiu obter informações relevantes que ajudaram nos resultados apesar da autarquia da Matola possuir menor número de participantes.

A utilização do inquérito por questionário, construído através da plataforma *google farms* permitiu fazer o controlo e/ou sondagens das respostas dos munícipes em relação ao senário de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, limpeza das valas de drenagens e esgotos) e permitiu também comparar o nível de satisfação dos munícipes nas (5) cinco autarquias locais.

4.5.2 Entrevista

A literatura metodológica, orienta o uso de instrumentos de recolha de dados que permitem obter resultados (dados) satisfatório para investigação científica, razão pela qual neste estudo, para além dos documentos normativos, o inquérito por questionário, usou-se entrevista. Este instrumento serviu para recolher de informações através dos munícipes e gestores dos serviços permitindo obter informações com mais detalhes sobre o funcionamento e de gestão dos serviços de saneamento e/ou salubridade de saneamento e/ou salubridade nas autarquias locais.

Os pontos centrais deste instrumento, permite obter dados de natureza qualitativa (opiniões, atitudes e significados), envolve todos os sentimentos da população, incluindo analfabetos e permite analisar atitudes, comportamentos, reações e gestos. Os dados podem ser analisados de forma quantitativa e qualitativa e dá maior flexibilidade ao entrevistador e pode ser desenvolvida individualmente e em grupo (Minayo, 1996; Zanella, 2013).

Neste estudo foram entrevistados (28) munícipes nas cinco autarquias locais com objetivo de aferir o sentimento e o nível de satisfação dos munícipes sobre os serviços de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos) e ainda entrevistou-se (10) gestores municipais afetos aos setores de Salubridade e Meio Ambiente, Salubridade, Jardins e Cemitérios, Saneamento e Águas Residuais, Resíduos Sólidos, Saneamento, nas autarquias de Maputo, Matola, Nampula, Quelimane e Chimoio, respetivamente.

A Tabela 2 apresenta a síntese das questões das da entrevista dirigida aos gestores de saneamento e/ou salubridade, que permitiu compreender organização, funcionamento e formas de gestão de serviços de saneamento e salubridade.

Tabela 2: Síntese das questões da entrevista aos gestores dos serviços de saneamento

Ord.	Dimensões	Síntese das Questões da Entrevista	Tipo de Questões
1	Gestão dos Serviços de Saneamento	Modalidades ou formas de gestão dos serviços de saneamento;	Perguntas abertas
		Número de empresas contratadas;	
		Disponibilidade ou acessibilidade dos contentores de lixo;	
		Período ou frequência na recolha ou limpeza de lixo e das valas de drenagens e esgotos.	
2	Recursos Humanos e Materiais	Número de meios circulantes;	Perguntas abertas
		Número de contentores alocados e disponíveis;	
		Número de funcionários afetos.	
3	Orçamento gasto para Saneamento	Orçamento gasto por mês para a recolha e limpeza de resíduos sólidos.	Perguntas abertas

Elaborado pelo autor, 2024

4.6 Variáveis da pesquisa

4.6.1. Variável dependente

- ✓ *Qualidade de serviços e redução de custos*. As (2) duas variáveis referenciadas nesta variável por um lado, serviu como base de análise e de suporte do objeto de estudo para validação das hipóteses e por outro lado, para a conclusão do estudo.

A variável *qualidade* e *redução de custos* nos serviços de saneamento está associada a hipótese 1 (*H1)* e hipótese 2 *(H2)*, que se descreve nos seguintes termos: o serviço de saneamento tem melhor qualidade nas autarquias locais que terceirizam os serviços, e as autarquias locais que terceirizam os serviços de saneamento tem maior probabilidade de reduzir os custos.

Em conformidade com a literatura empírica, a aplicação desta variável por um lado, apoia-se na abordagem de Tomé (1998), ao afirmar que as principais razões que têm estimulado a opção pela terceirização são *objetivos operacionais* (redução de custos, melhoria da relação custo/benefícios, concentração em serviços não rotineiros e aumento da velocidade de resposta), *objetivos táticos* (serviços específicos cuja execução não há disponibilidade de recursos, redução de quadro de pessoal, redução de encargos e redução de problemas de trabalhadores) e *objetivos estratégicos* (eliminação de atividade secundárias, foco no *core business* e aumento da velocidade de decisão).

A hipótese apresentada se fundamenta ainda por vários estudos sobre terceirização realizados na América e Europa, que mostram que a terceirização faz parte de uma estratégia mais ampla de gestão de mercado para garantir a escolha social e o equilíbrio entre o mercado e os interesses do cidadão. Para além deste fator, a eficiência de custos foram destacados com os principais motivos para a decisão dos municípios em fazer ou comprar serviços (Johansson, 2008; Johansson & Siverbo, 2018). Portanto, sendo a teoria de mercado um dos fatores de decisão de terceirização, relança a ideia que existindo competição incita os fornecedores de serviços privados a oferecer serviços de maior qualidade a preços baixos (Williamson, 197; Johansson & Siverbo, 2018).

Resumidamente podemos considerar que a terceirização influencia para a qualidade de serviços e a economia promovendo a eficiência, alinha melhor os objetivos dos cidadãos e promover o desenvolvimento económico local (Bel & Fageda, 2009; Heftz & Warner, 2011).

4.6.2 Variável independente

- ✓ *Terceirização.* É uma das formas de prestação dos serviços públicos adotados desde os finais da década de 70 e no âmbito da reforma do setor público em muitos países da OCDE, e destacou-se na administração de Thatcher, no Reino Unido (Heffernan, 2005; Hefetz & Warner, 2011).

A terceirização é um modelo de gestão de serviços é considerado como reforço para melhorar e reorientar a ação governativa do Estado, para se tornar catalizadora de uma nova estrutura e formas de políticas públicas que privilegiam a intervenção de outros atores do setor privado (Simione, 2014), que se tornou notável depois da reforma de administração pública em particular com o surgimento do modelo gestionário, onde os governos passaram a contratar por

exemplo os serviços educacionais, policiamento, coleta de lixo, serviços sociais e tecnologia da informação como alternativa de prestação de serviços, justificando pressão fiscal, restrições de anexação, forças políticas, rotinas burocráticas e condições de mercado (Hirsch, 1995; Brown & Potoski, 2003).

A variável independente permitiu fazer comparação da gestão dos serviços de recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos adotados nas autarquias locais em estudo. Portanto, este posicionamento que a terceirização é o modelo de gestão que influencia na qualidade de serviços e redução de custos é fortemente justificado por Elder & Jordahl (2011, p.3) enfatizando que a terceirização governamental varia entre os serviços financiados pelo governo e entre municípios, bem como ao longo do tempo, e isso é uma melhoria considerável em comparação com estudos anteriores, que careciam da dimensão do tempo ou limita a único serviço (coleta de lixo).

Neste ponto de vista, Petersen, Hjelmar & Vrangbaek (2018) revelaram que em estudos empíricos publicados nos anos 70 a 90 confirmam a obtenção de custos na terceirização em serviços técnicos como a recolha e limpeza de lixo. Este pensamento, destacou-se também no estudo realizado por Brown, Potoski & Slyke (2016) ao considerarem que a terceirização ocorre em ambientes com valores múltiplos, muitas vezes conflitantes, como eficácia, qualidade e capacidade de resposta, que podem enquadrar diferentes estratégias e motivações para contratação.

4.7 Descrição dos métodos de estudo e caraterização das autarquias locais

O foco principal do estudo é analisar como a terceirização pode ser alternativa de prestação de serviços sob ponto de vista de redução de custos e qualidade de serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique.

Para a materialização deste estudo, foi adotado uma abordagem qualitativa-quantitativa utilizando a correlação de dados, posteriormente analisou-se os dados quantitativos de forma descritiva a fim de obter dados estatísticos da perceção dos munícipes em relação a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos, e de seguida procedeu-se a análise de conteúdo através de dados da entrevista dirigido aos munícipes e gestores dos serviços de saneamento e/ou salubridade. Além dos métodos estatísticos descritivos foi

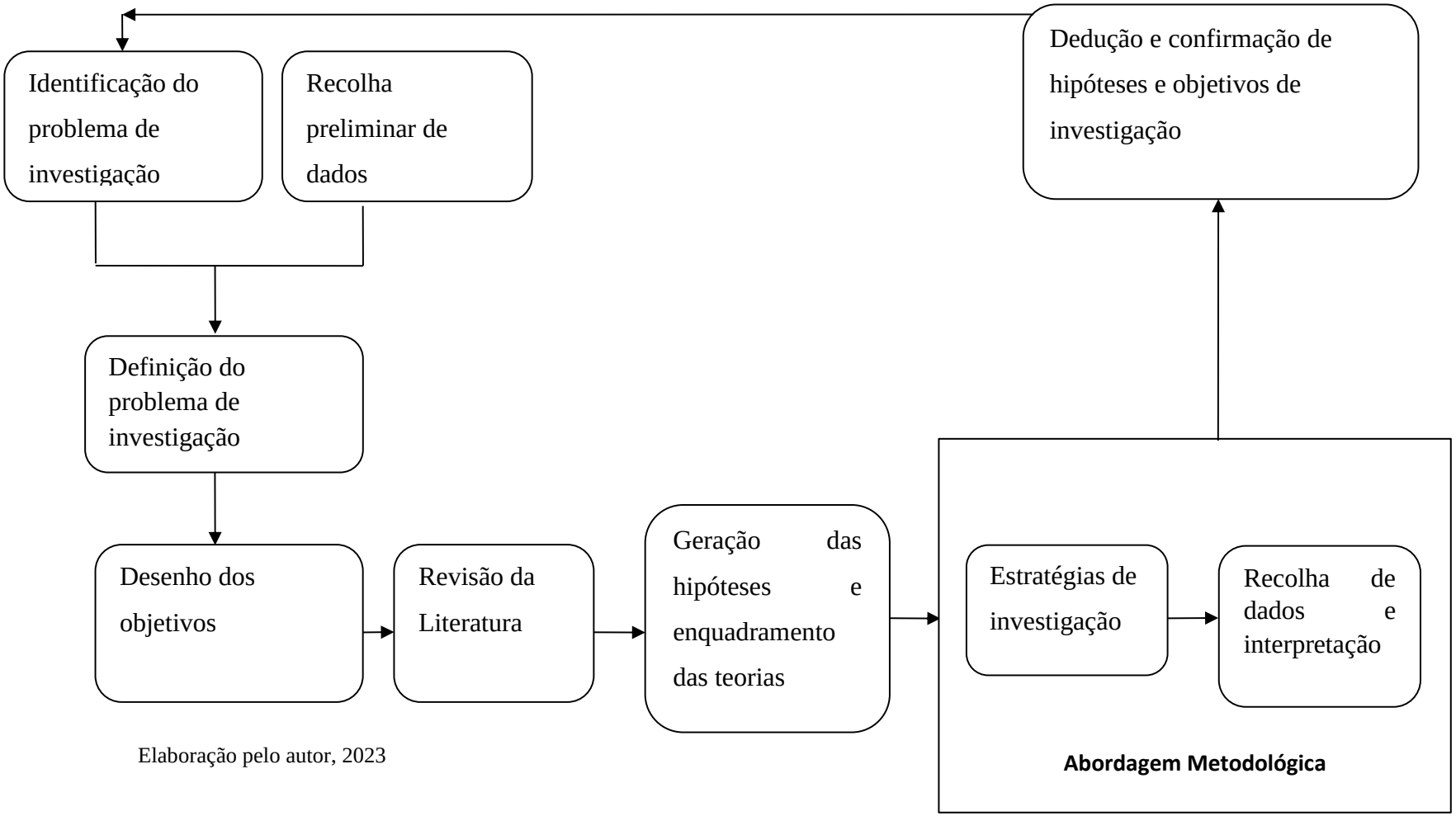
necessário usar às técnicas de inferência estatística (que extrapolam os resultados da amostra para a população geral).

Tendo em conta os objetivos do estudo, a análise de dados consistiu em:

a) A análise descritiva: Centrada na identificação de indicadores baseados em medidas estatísticas de tendência central e dispersão, tais como percentagens, média aritmética e desvio padrão;

b) Diferenças significativas: esta análise consistiu em destacar as autarquias locais que apresentam de forma diferenciada as formas de gestão de serviços de saneamento e o grau de satisfação dos munícipes em relação aos serviços em análise.

Figura 5: Resumo da abordagem metodologia



Elaboração pelo autor, 2023

4.8 Caraterização e localização geográfica das autarquias locais em estudo

A autarquia local é são entidades administrativas criadas pelo governo para resolver problemas de um determinado região ou município. É gerido por um presidente é eleito através de um sufrágio e, como tal, a sua credibilidade junto dos cidadãos é fundamental para a consolidação de uma base de governação e democracia no País, iniciadas em 1998.

Sendo entidade administrativa local, elas tem a função de fornecer os serviços locais, como parques, estradas, segurança pública, iluminação pública, policiamento municipal, gerir resíduos sólidos, entre outros (Banco Mundial, 2019).

Nesta senda, pretende-se nesta seção apresentar a localização geográfica, suas características e contexto histórico das (5) cinco autarquias locais em estudo, sendo Maputo, Matola, Nampula, Quelimane e Chimoio.

4.8.1 Autarquia local da cidade de Maputo

Esta autarquia, situa-se na baía do mesmo nome, a norte do estuário do rio Maputo, ocupa uma superfície de cerca de 283Km2 que se distribuem entre o norte e o sul da baía, onde desaguam os rios Tembe, Matola, Umbeluze e Infulene. Localiza-se a sul do País, e é a capital do país. Por ser a capital do País e de maior dimensão enquadra-se na categoria da classe A, sendo a única até o ano de 2023. Possui uma população estimada de 112 0867 habitantes (Censo, 2017), distribuídos por 7 distritos municipais[24] em 63 bairros municipais, e foi criada e elevada a cidade, a 10 de Novembro de 1887[25] e em 1980, a cidade de Maputo foi atribuída o estatuto de província[26].

[24] Lei nº3/94, de 13 de Setembro

[25] Nelson Dias (2015), Orçamento Participativo de MAPUTO – Manual Metodológico, Banco Mundial/ DFID

[26] Resolução nº7/87 de 25 de Abril

4.8.2 Autarquia local da cidade da Matola

Localiza-se na Província de Maputo, confinando com a Cidade de Maputo e tem como limites a Norte e Nordeste do distrito de Moamba, a Nordeste o distrito de Marracuene e a Este e Sudoeste a Cidade de Maputo, a sul com o distrito de Boane e o distrito municipal da Catembe. Possuí cerca de 375 Km2 e uma população estimada em 1.032.197 habitantes, organizando-se em 3 postos administrativos e 42 bairros municipais[27] e foi elevada a categoria municipal em 5 de Fevereiro de 1955 e em 2 de Outubro de 2007, foi enquadra a categoria B[28].

4.8.3 Autarquia local da cidade de Nampula

Considerada a capital do norte, localiza-se no interior de Moçambique, considerada a "*Capital de Norte*". Fundada com fins de controlo militar da penetração colonial para o interior, sendo um importante cruzamento de eixos de ligação entre o litoral e o interior e entre o centro e o extremo norte do país. Situa-se aproximadamente, no centro do espaço geográfico do distrito que leva o mesmo nome (distrito de Nampula), ocupando uma área de 402km2. Possui uma população estimada em 663212, residente em 8[29] postos administrativos e 25 bairros[30].

Historicamente, a primeira penetração portuguesa no interior do território da atual da província de Nampula remonta a 1896, com o objetivo de ocupar e colonizar os reinos de Macuana, Maurosa e Mongole. Durante vários anos de ocupação militar portuguesa até 1934, foi elevada a categoria de vila a 19 de Dezembro de 1934 e a 22 de Agosto de 1956 foi elevada a categoria de cidade (Araújo, 2005:210), enquadrada na categoria B através da resolução n°7/87 de 25 de Abril.

---

[27] https://cmcmatola.gov.mz/sobre-nos/

[28] https://www.pmaputo.gov.mz/por/A-Provincia/Perfis-Distritais/Matola

[29] Lei nº 28/2013, publicada no Boletim da República nº 101, I Série, de 18 de Dezembro de 2013, pág. 1062

[30] http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017

4.8.4 Autarquia local da cidade de Quelimane

A autarquia local da cidade de Quelimane, localiza-se geograficamente na região centro de Moçambique, é a capital da Província da Zambézia, com uma superfície de 142Km2, estando a sudeste da mesma Província, numa zona costeira e faz fronteira com o Distrito de Nicoadala ao Norte e a este com o distrito de Inhassunge a Sul, com Oceano Índico a leste, estando a margem norte do Rio dos Bons Sinais e a cerca de 20km da costa do Oceano índico[31]. Após a chegada dos portugueses em 1498, Quelimane desempenhava um centro de convergência comercial, maioritariamente ocupada pelos Suaíles e, veio a ser totalmente ocupada pelos Portugueses em 1530.

Entretanto, em 1763 foi criada como vila, sendo posteriormente elevada à categoria de Cidade em 21 de Agosto de 1942 através do diploma ministerial nº1/42, de 21 de Agosto. E finalmente depois da independência nacional foi atribuída a categoria de cidade de nível C com base na resolução nº7/87 de 25 de Abril. Com base nos dados do Censo Populacional de 2017, a cidade de Quelimane possui uma população de 246.915, 5 postos administrativos e 59 bairros[32].

4.8.5 Autarquia Local da Cidade de Chimoio

A autarquia local da cidade de Chimoio, situa-se na Província de Manica com uma superfície de 174km2, situada a 33º e 30 no corredor da Beira, a cerca de 200Km da cidade da Beira e a 100Km da fronteira com o Zimbabwe.

É limitada pelo distrito de Vanduzi através dos rios Nhamahocha, Tewé até ao marco (3) do farol, monte Chizombero e o círculo Matolé, a Norte; o distrito de Macate pelos riachos Toa e Munetse, os círculos Chiongo e Ndemguene e a localidade de Zembe a Sul, o distrito de Gondola e Macate. Possui uma população estimada em 363 336, residentes em 4 postos administrativos e em 33 bairros[33].

---

31 https://www.uccla.pt/membro/quelimane

32 Instituto Nacional de Estatística-Censo da População - 2017

33 https://pt.wikipedia.org/wiki/Chimoio

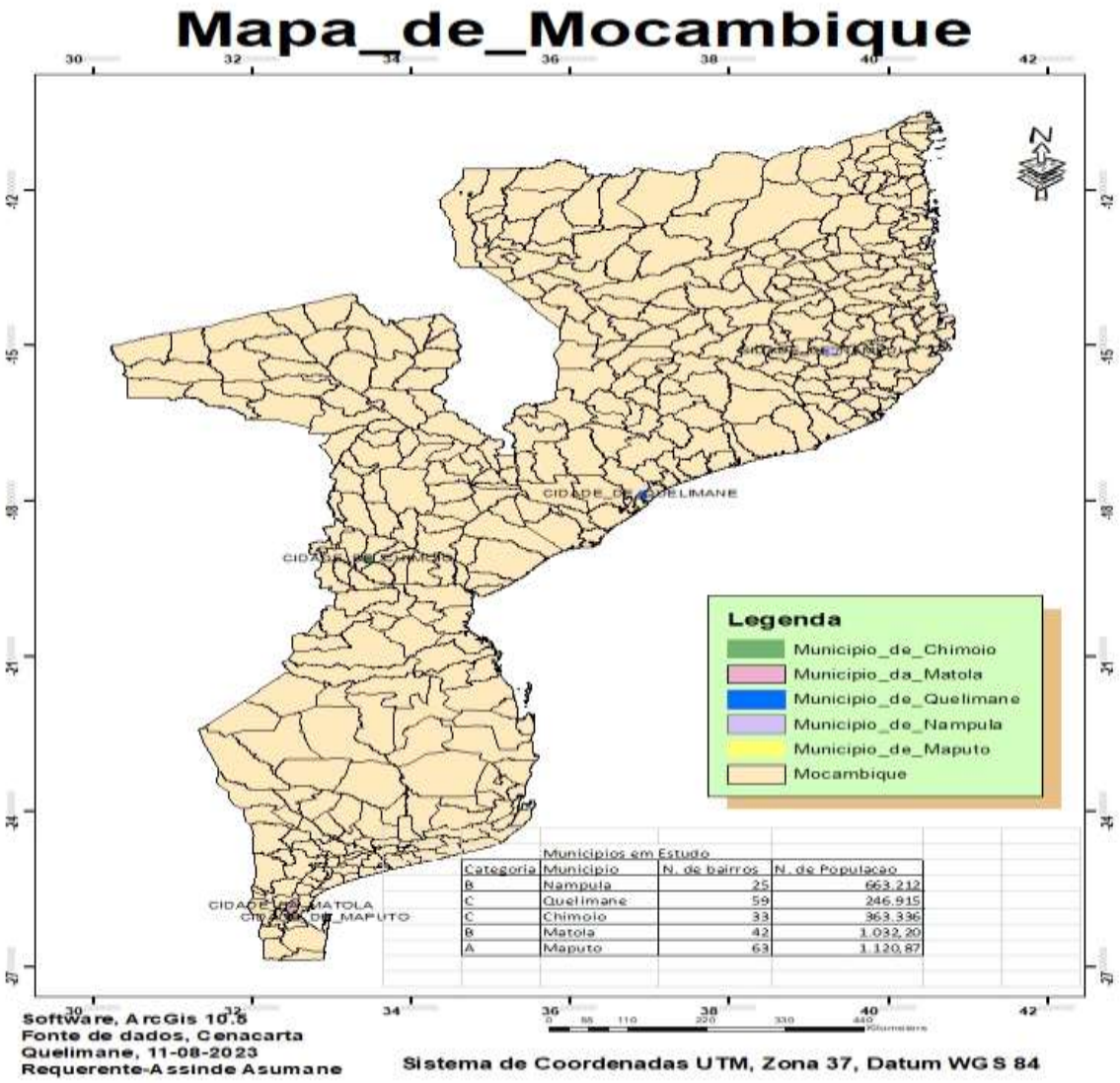
De acordo com Lima et al. (2020, p.108), a cidade de Chimoio surge num passado longínquo quando a região de Quiteve, onde se localiza a cidade, foi de passagem nas comunicações entre oceano índico e o interior, usando-se o rio Revué. A povoação foi criada oficialmente pela ordem nº25 de 30 de Outubro de 1895 da Companhia de Moçambique, que administrou o território até 1942.

Entretanto, a 15 de Julho de 1916, a pedido dos agricultores da região, a povoação de Mandigos passou a designar-se Vila Pery, em homenagem a João Pery da Lind, o então governador da Companhia de Moçambique (Lima et al. 2020).

Com o desenvolvimento das suas infraestruturas em 1969 pela portaria nº22258, de 17 de Julho de 1969, foi elevada a categoria de Cidade e em 1978, a Câmara Municipal foi transformada em Conselho Executivo ao abrigo da lei nº7/87, de 25 de Abril e a resolução nº8/56 de 25 de Junho categoriza-a com o nível C. (Lima et, al. 2020).

O mapa da Figura 6 mostra a localização geográfica das autarquias locais em estudo apresentando o número da população, categoria municipal e número de bairros.

Figura 6. Localização Geográfica das Autarquias Locais



A Tabela (3) apresenta dados sobre número da população[34], número de postos administrativos e/ou distritos municipais, bairros, categoria[35], representação partidária na gestão municipal (2013 e 201836).

[34] Censo Populacional de 2017-INE-2017

[35] Lei 2/97 de 18 de Fevereiro; resolução nº7/87 de 25 de Abril

[36] 2013-2018, são anos que decorreram as eleições autárquicas em Moçambique

A informação patente na tabela acima, mostra que a cidade de Maputo, enquadra-se na categoria A[37], com uma população estimada em 1.120.86738, constituída por em 63 bairros, 7 distritos municipais e é gerida pelo partido Frelimo desde a sua criação. A autarquia da cidade da Matola, esta enquadrada na categoria B, possui uma população estimada em 1.032,197, 3 postos administrativos e 42 bairros e é gerido pelo partido Frelimo desde a sua criação.

A autarquia local da cidade de Nampula, enquadra-se na categoria B, possui uma população estimada de 663.212, residente em 25 bairros e possui 8 postos administrativos. Importa referir que desde as primeiras eleições autarquias, 1998, esta autarquia foi gerida por (3) três partidos políticos (FRELIMO, MDM e RENAMO), este último desde as eleições, em 2018.

Tabela 3: Caracterização das autarquias locais e sua divisão administrativa

Autarquia Local	População	Categoria Municipal	Nº de Postos Administrativos	Bairros	Partido na Gestão Municipal (2013)	Partido na Gestão Municipal (2018)
Maputo	1120867	A	7	63	Frelimo	Frelimo
Matola	1032197	B	3	42	Frelimo	Frelimo
Nampula	663212	B	8	25	MDM	Renamo
Quelimane	246915	C	5	59	MDM	Renamo
Chimoio	363336	C	4	33	Frelimo	Frelimo

Fonte: INE-2017; Lei 2/97 de 18 de Fevereiro; CNE-2013-2018; ANAMM-2019

Elaborado pelo autor, 2023

Ainda a tabela 3, revela que a autarquia local da cidade de Quelimane, enquadra-se na categoria C, possui uma população estimada em 246.915, residentes em 5 postos administrativos distribuídos em 59 bairros. De referir que esta autarquia foi gerido por (3) três partidos políticos (FRELIMO, MDM e RENAMO). A autarquia da cidade de Chimoio, enquadra-se na categoria C, possui uma população estimada em 363.336, residente em 4 postos administrativos e em 33 bairros. Portanto, a tabela (3) mostra ainda o número de votantes nas eleições autárquicas de 2013 e 2018, os partidos políticos que concorreram para a gestão das autarquias locais. Como se pode ver nas eleições de 2013, concorreram vários candidatos nas

[37] Resolução nº7/87 de 25 de Abril

[38] Instituto Nacional de Estatística- Censo Populacional -2017

autarquias locais em estudo, sendo David Simango (Partido Frelimo) para Cidade de Maputo, Calisto Cossa (Partido Frelimo) para a Cidade da Matola, Mahamudo Amurane (partido MDM) para a cidade de Nampula, Manuel de Araújo (partido MDM) para Cidade de Quelimane e Raúl Conde (partido Frelimo) para a Cidade de Chimoio. Neste período eleitoral, concorreram igualmente outros partidos e candidatos, mas os candidatos acima supracitados, foram os vencedores das eleições porque tiveram maior número de votos[39].

Nas eleições autárquicas de 2018, concorreram para a função do presidente do Conselho Autárquico, Eneias Comiche (Partido Frelimo) para Cidade de Maputo, Calisto Cossa (Partido Frelimo) para Cidade da Matola, Paulo Vanhale (Partido Renano) para Cidade de Nampula, Manuel de Araújo (Renamo) para Cidade de Quelimane e João Ferreira (Partido Frelimo) para Cidade de Chimoio.

Deste modo e com base nos resultados eleitorais, pode-se ver na tabela acima que, nas cidades de Chimoio, de Maputo e da Matola, os cidadãos (munícipes) optaram pela continuidade do partido Frelimo e nos candidatos propostos pelo partido para a gestão municipal. Para a cidade de Nampula, os resultados das eleições de 2013 e 2018, mostram que os munícipes votaram em 2013 no candidato do partido MDM, o Mahamudo Amurane ora falecido e em 2018[40] obrigando a realização das eleições intercalares, e nesta senda os munícipes optaram pela alternância do partido na gestão da autarquia, optando em votar no candidato do partido Renamo, Paulo Vanhale. E para cidade de Quelimane, os munícipes votaram em Manuel de Araújo nas eleições de 2013 e 2018 que concorreu as eleições suportado pelo partido MDM e RENAMO, respetivamente.

A apresentação destes dados relativos ao número de votantes, partidos concorrentes a eleições autárquicas, número da população e diferenças de eleitores nas eleições de 2013 e 2018, consistia em perceber a intenção, tendência e valorização do voto dos eleitores residentes nas autarquias locais. A tendência e valorização dos votos válidos in dica neste caso a confiança que os munícipes depositam em partidos e seus candidatos para a gestão das autarquias locais em todas áreas. Por seguindo com a caraterização das autarquias locais, Tabela 4 descreve os gastos com os serviços de saneamento/salubridade (recolha e limpeza de lixo e limpeza de estradas) para as cidades de Maputo e Matola e (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estadas,

[39] CNE-Resultados definitivos eleitorais de 2013-2018

[40] O nº4 do artigo 45 da lei nº7/2013 de 22 de Fevereiro

valas de drenagens e esgotos) para a cidade de Quelimane. Importa realçar que não tivemos acesso a informação das despesas com os serviços de saneamento nas autarquias locais de Nampula e Chimoio.

Tabela 4: Despesas com serviço de saneamento

Autarquia Local	Despesas com os serviços (Recolha e limpeza de lixo, limpeza de valas de drenagens e esgotos)	Serviços/ Empresa Municipal
Maputo	< > 40.000,000,00mts	Terceirizado
Matola	< > 15.000.000,00mts	Parceria Público-Privado
Nampula	----------	Público
Quelimane	< > 18.000 000,00mts	Público
Chimoio	----------	Público

Elaborado pelo autor, 2023: Fonte: Gestores municipais entrevistados.

Capítulo V: Apresentação dos resultados

Este capítulo incide na apresentação dos resultados obtidos com base no inquérito por questionário e entrevista dirigido aos munícipes e gestores dos serviços de saneamento. Apresentamos ainda neste capítulo a análise descritiva e comparativa do nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços em análise e dados relativos sobre o funcionamento e formas de gestão dos serviços de saneamento das cinco (5) autarquias locais em estudo.

5.1. Caracterização da Amostra

A precisão dos resultados da investigação seria, superior se fosse analisada toda a população em vez de uma pequena parcela representativa, denominada amostra. Estudar toda a população é impraticável na maior parte dos casos, por vários motivos, dentre os quais se destaca a distância, o custo, a exiguidade do tempo, questões logísticas, de forma geral, por falta de meios, entre outros.

Deste modo, a semelhança de vários estudos científicos, a tarefa importante é escolher uma amostra ou um grupo de indivíduos que representam a população de um determinado estudo, de tal forma que as observações que dele fizerem possam ser generalizadas a toda a população (Sousa & Baptista, 2014). É com estes argumentos e outros que nesta pesquisa, procurou-se identificar uma parte da população que pode-se constituir a amostra e se considerar representativa, tendo em conta o tipo de estudo.

Procurando compreender a sua definição, Gil (2002, p.90) considera amostra como um subconjunto do universo da população por meio do qual estabelecem-se ou estimam-se as caraterísticas desse universo ou da população. Este ponto de vista foi secundado por Lakatos & Marconi (2003, p.223) ao descreverem que a amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); e é considerado como um subconjunto do universo, sendo "n" o número de elementos da amostra, e esta pode ser representado pela letra latina maiúscula X, tal que Xn=X1; X2; onde Xn <XN e n≤N, justificando-se da seguinte forma: por um lado, a impossibilidade de ter acesso a todos os elementos do grupo alvo, e, por outro lado, haverá inexistência de condições para garantir que todos os munícipes tenham a mesma oportunidade de participar no estudo, recorrendo-se a amostragem por *bola de neve*[41],

[41] O método de amostragem em bola de neve pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma (Faugier & Sargeant, 1997)

por forma a garantir que a maior parte dos participantes (munícipes) tivesse acesso ao instrumento (inquérito por questionário e entrevista), não pela entrega direta dos pesquisadores, mas pelo *link* e pela afinidade com outros participantes.

Contudo, os resultados do estudo foram obtidos através do tamanho de amostra aleatória simples[42], sendo (408) munícipes que responderam o inquérito por questionário e 28 que responderam as questões da entrevista. Nesta ordem de ideia, podemos considerar que este número é razoável e reflete as opiniões de um grupo significativo, com as quais pode-se formar linhas orientadoras e reflexão em torno do estudo e das conclusões. Deste modo, para assegurar a fiabilidade deste tipo de amostra, Mann (1970), descreve que amostra aleatória simples é a escolha de um individuo, entre a população, e acontece ao acaso (aleatório), ou seja, por acessibilidade; quando cada membro da população tem a mesma probabilidade de ser escolhido (Lakatos & Marconi, 2003) e neste estudo estão representados por sexo, faixa etária, nível de formação académica, estado civil e ocupação.

A utilização deste tipo de amostra, permitiu inquirir (408) munícipes, que consistiu em analisar e comparar o nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento nas autarquias locais. Esta investigação também utilizou a amostragem por conveniência, que permitiu entrevistar 10 gestores afetos aos serviços de saneamento e/ou salubridade das autarquias locais.

Em suma, a amostra foi constituído por 436 munícipes, dos quais 408 inquiridos e 28 entrevistados e 10 gestores afetos aos serviços de saneamento/salubridade das cinco autarquias locais, totalizando 446 participantes.

5.1.1.Caraterísticas sócio-demográficas dos participantes inqueridos

A Tabela 5 apresenta o número de inquiridos por sexo. Do total de munícipes que acederam e responderam o inquérito por questionário (408), maior parte são do sexo masculino (270), correspondente a 66,2% e os restantes (138) são do sexo feminino, equivalente a 33,8%. Estes dados revelam que os homens tiveram maior acessibilidade e interesse em responder o inquérito em relação as mulheres.

[42] É o processo de seleção de uma amostra de tal forma que todos os indivíduos na população tenham uma chance igual e diferente de zero de serem selecionados para a amostra (Braga & Martins, 2015:44).

Tabela 3: Local de residência & Sexo dos participantes

		Município em que reside					Total
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	
Sexo	1. Masculino	59	29	50	71	61	270
		64,80%	54,70%	64,90%	64%	80,30%	66,20%
	2. Feminino	32	24	27	40	15	138
		35,20%	45,30%	35,10%	36%	19,70%	33,80%
Total		91	53	77	111	76	408
		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Os dados da Tabela 5 leva-nos a concluir que os homens na sua maioria são os portadores de *smartphones*, razão pela qual facilmente responderam o inquérito. Estes dados corroboram com os resultados do estudo realizado em 2022 pelo Instituto Nacional de Comunicação de Moçambique, através da Autoridade Reguladora de Comunicações em parceria com o Instituto Nacional de Estatística sobre a utilização e portadores de telemóvel aos cidadãos maiores de 16 anos, do qual mostra que do total de 12.510.571 pessoas inquiridas, 59,2% são homens e 40,8% são mulheres[43] que são portadores de telemóveis.

Relativamente a faixa etária, a Tabela 6 mostra o número e dados percentuais dos munícipes inquiridos por faixa etária. A tabela apresenta resultados interessentes, mostrando que maior parte dos munícipes estão na faixa etária entre (34-41 anos), num total de 129, correspondente à 31,6%, seguido da faixa etária de (26-33anos) num total de 125, correspondente a 30,6%.

[43] https://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/563-divulgados-resultados-do-inquerito-sobre-utilizacao-de-telefonia-movel-em-mocambique

Tabela 4: Local de residência & faixa etária dos participantes

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Faixa Étaria	18-25	23	20	20	14	18	95
		25,3%	37,7%	26%	12,6%	23,7%	23,3%
	26-33	21	9	21	49	25	125
		23,1%	17%	27,3%	44,1%	32,9%	30,6%
	34-41	32	9	27	36	25	129
		35,2%	17%	35,1%	32,4%	32,9%	31,6%
	42-49	6	11	5	10	7	39
		6,6%	20,8%	6,5%	9,0%	9,2%	9,6%
	+49 anos	9	4	4	2	1	20
		9,9%	7,5%	5,2%	1,8%	1,3%	4,9%
Total		91	53	77	111	76	408
		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Discriminadamente pode-se verificar na tabela 6, que a cidade de Maputo, maior parte dos munícipes está na faixa etária de 34-41anos, correspondente a 35,2%, na cidade da Matola maior parte dos munícipes está na faixa etária de 18-25 anos, equivalente a 37,7%, na cidade de Nampula maior parte dos munícipes inquiridos esta na faixa etária de 34-41 anos, correspondente a 35,1%, na cidade de Quelimane o grande número de inquiridos esta representado na faixa etária de 26-33anos, correspondente a 44,1% e na cidade de Chimoio, maior número de munícipes esta na faixa etária entre 26-33anos e 34-41anos, correspondente a 32,9%, respetivamente.

Conforme se pode ver na tabela 6, maior parte dos munícipes inquiridos, é relativamente jovem (125), equivalente a 30,6% e adulto (129) correspondente a 31,6% nos termos dos parâmetros que compreendem as fases da vida humana. Esta pretensão e acessibilidade em responder o inquérito por questionário pode ser justificada porque maior parte dos moçambicanos é relativamente adolescente e jovem (INE-2017), razão pela qual são os que têm maior acessibilidade e interesse em serem portadores de telemóveis e usuários das carteiras móveis, serviços de voz, dados e internet[44].

[44] https://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/563-divulgados-resultados-do-inquerito-sobre-utilizacao-de-telefonia-movel-em-mocambique

Neste caso, conclui-se que, maior parte de munícipes que acompanham, intervém e se preocupam com o desenvolvimento e crescimento das autarquias locais, em particular nos serviços públicos são os jovens e adultos, e preocupam-se em adquirir os *Smartphones*, por ser um instrumento tecnológico que funciona como um pequeno computador que facilita a realizar trabalhos em qualquer lugar e a qualquer momento, aceder as várias plataformas digitas e obter informações ou correspondências de forma flexível e fácil.

Relativamente ao nível de formação dos inquiridos, os dados da tabela 7 mostram que maior parte dos munícipes inquiridos possui o nível superior, num total de 314, perfazendo 77% e em número menor, apresenta o nível básico. Estes dados podem ser apresentados detalhadamente em municípios, destacando que na cidade de Maputo, num total dos inquiridos, 2 correspondente a 2,2%, possuem o nível básico, 19 perfazendo 20,9% possuem o nível médio, 70 correspondente a 76,9% possuem o nível superior.

Tabela 5: Local de residência & nível de formação dos participantes

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Nível de formação	1. Básico	2	3	0	1	0	6
		2,2%	5,7%	0,0%	0,9%	0,0%	1,5%
	2. Médio	19	17	14	12	26	88
		20,9%	32,1%	18,2%	10,8%	34,2%	21,6%
	3. Superior	70	33	63	98	50	314
		76,9%	62,3%	81,8%	88,3%	65,8%	77%
Total		91	53	77	111	76	408
		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na cidade da Matola, 3 perfazendo 5,7% possui o nível básico, 17 correspondente a 32,1% tem o nível médio, 33 equivalente a 62,3% possuem o nível superior. Para a cidade de Nampula, 14 equivalente a 18,2% com o nível médio, 63, equivalente a 81,8% tem o nível superior. Na cidade de Quelimane, 1 equivalente a 0,9% possui o nível básico, 12 correspondente a 10,8% possuem o nível médio, 98 equivalente a 88,3% possuem o nível superior e na cidade de Chimoio, 26 equivalente a 34,2% possuem o nível médio e 50, perfazendo 65,8% possuem o nível superior.

Os dados apresentados separadamente por autarquia local, mostra que maior parte dos munícipes que participou no inquérito esta na cidade de Quelimane, com 88,3%, seguido da autarquia de Maputo com 76,9% embora em termos percentuais a cidade de Nampula esteja em segundo lugar com 81%. Este dado percentual entre a cidade de Maputo e Nampula justifica-se pela ausência de respondentes com nível básico em Nampula.

Olhando as diversas variáveis da amostra interessantes, foi importante nesta pesquisa percebermos o nível de satisfação dos munícipes em relação ao estado civil. Conforme se pode ver na Tabela 8, num total dos munícipes inquiridos, na cidade de Maputo, 53, equivalente a 58,2% são solteiros, 36, perfazendo 39,6% são casados, 1 equivalente a 1,1% é separado, 1 correspondente a 1,1% é divorciado.

Na cidade da Matola, 35 correspondente a 66% são solteiros, 16 equivalente a 30,2% são casados, 2 perfazendo a 3,8% são divorciados. Na cidade de Nampula, 45 compreendo a 58,4% são solteiros, 30 equivalente a 39% são casados, 1 equivalente a 1,3% é divorciado ou viúvo, respetivamente. Na cidade de Quelimane, 84 equivalente a 75,7% são solteiros, 26 correspondente a 23,4% são casados, 1 equivalente a 0,9% é divorciado e na cidade de Chimoio, 52 equivalente a 68,4% são solteiros, 23 perfazendo 30,3% são casados, 1 equivalente 1,3% é separado.

Tabela 6: Local de residência & estado civil dos participantes

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Estado Civil	1. Solteiro(a)	53	35	45	84	52	269
		58,2%	66%	58,40%	75,7%	68,4%	65,9%
	2. Casado(a)	36	16	30	26	23	131
		39,6%	30,2%	39%	23,4%	30,3%	32,1%
	3. Separado(a)	1	0	0	0	1	2
		1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	0,5%
	4. Divorciado(a)	1	2	1	1	0	5
		1,1%	3,8%	1,3%	0,9%	0,0%	1,2%
	5. Viúvo(a)	0	0	1	0	0	1
		0,0%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	0,2%
Total		91	53	77	111	76	408
		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Os resultados revelam ainda que a maior parte dos inquiridos são solteiros (269), correspondente a 65,9%, sendo a cidade de Quelimane com maior número 84, correspondentes a 75,7% e viúvos 1, correspondente a 2% considerado o estado civil com menor representatividade.

Em relação a ocupação dos munícipes que representam a amostra neste estudo, os resultados da Tabela 9 mostram que maior parte dos munícipes que participaram no inquérito são trabalhadores (249), equivalente a 61%, sendo a cidade de Quelimane representado com maior número (76), correspondente a 68,5% e a menor representação é dos desempregados, num total de 14, correspondente a 3,4%, sendo as cidades de Maputo e Matola com menor número 1, correspondente a 1,1% e 1,9% respetivamente.

Tabela 7: Local de residência & ocupação dos participantes

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Ocupação	1. Estudante	27	24	21	16	30	118
		29,7%	45,3%	27,3%	14,4%	39,5%	28,9%
	2. Trabalhador(a)	53	25	52	76	43	249
		58,2%	47,2%	67,5%	68,5%	56,6%	61%
	3. Desempregado(a)	1	1	2	8	2	14
		1,1%	1,9%	2,6%	7,2%	2,6%	3,4%
	5. Autónomo(a)	10	3	2	11	1	27
		11%	5,7%	2,6%	9,9%	1,3%	6,6%
Total		91	53	77	111	76	408
		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Um dado não menos importante é o número de estudantes representados na amostra, onde a cidade de Chimoio teve maior número 30, correspondente a 39,5% e o menor número incide na cidade de Quelimane, num total de 16, correspondente a 14,4%. Observando os dados da Tabela 10 verifica-se que temos diversificadas informações dos munícipes inquiridos, que são suficientes para a analisar as perceções ou conceções dos mesmos em relação a recolha de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos nas autarquias em estudo. Pode-se ver ainda na tabela, que maior parte dos inquiridos são homens, jovens e adultos, trabalhadores, solteiros e com nível de formação superior. Com base nos dados podem demostrar que existe idoneidade das respostas dos munícipes em relação as questões sobre os serviços de saneamento.

Tabela 8: Descrição geral dos participantes

Indicadores/Variáveis			Município em que reside					Total
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	
I. Sexo	1. Masculino	Contagem	59	29	50	71	61	270
		%	64,8%	54,7%	64,9%	64%	80,3%	66,2%
	2. Feminino	Contagem	32	24	27	40	15	138
		%	35,2%	45,3%	35,1%	36%	19,7%	33,8%
II.Faixa Etária	18-25	Contagem	23	20	20	14	18	95
		%	25,3%	37,7%	26,0%	12,6%	23,7%	23,3%
	26-33	Contagem	21	9	21	49	25	125
		%	23,1%	17%	27,3%	44,1%	32,9%	30,6%
	34-41	Contagem	32	9	27	36	25	129
		%	35,2%	17%	35,1%	32,4%	32,9%	31,6%
	42-49	Contagem	6	11	5	10	7	39
		%	6,6%	20,8%	6,5%	9,0%	9,2%	9,6%
	Mais de 49 anos	Contagem	9	4	4	2	1	20
		%	9,9%	7,5%	5,2%	1,8%	1,3%	4,9%
III. Nível de formação	2. Básico	Contagem	2	3	0	1	0	6
		%	2,2%	5,7%	0,0%	0,9%	0,0%	1,5%
	3. Médio	Contagem	19	17	14	12	26	88
		%	20,9%	32,1%	18,2%	10,8%	34,2%	21,6%
	4. Superior	Contagem	70	33	63	98	50	314
		%	76,9%	62,3%	81,8%	88,3%	65,8%	77%
IV. Estado Civil	1. Solteiro(a)	Contagem	53	35	45	84	52	269
		%	58,2%	66%	58,4%	75,7%	68,4%	65,9%
	2. Casado(a)	Contagem	36	16	30	26	23	131
		%	39,6%	30,2%	39%	23,4%	30,3%	32,1%
	3. Separado(a)	Contagem	1	0	0	0	1	2
		%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	0,5%
	4. Divorciado(a)	Contagem	1	2	1	1	0	5
		%	1,1%	3,8%	1,3%	0,9%	0,0%	1,2%

	5. Viúvo(a)	Contagem	0	0	1	0	0	1
		%	0,0%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	0,2%
V. Ocupação	1. Estudante	Contagem	27	24	21	16	30	118
		%	29,7%	45,3%	27,3%	14,4%	39,5%	28,9%
	2. Trabalhador(a)	Contagem	53	25	52	76	43	249
		%	58,2%	47,2%	67,5%	68,5%	56,6%	61%
	3. Desempregado(a)	Contagem	1	1	2	8	2	14
		%	1,1%	1,9%	2,6%	7,2%	2,6%	3,4%
	5. Autónomo(a)	Contagem	10	3	2	11	1	27
		%	11%	5,7%	2,6%	9,9%	1,3%	6,6%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

5.1.2. Caraterísticas sócio demográficas dos participantes entrevistados

A tabela abaixo, apresenta a descrição social, académica e faixa etária dos munícipes entrevistados nas diferentes autarquias locais em estudo, como forma de perceber os sentimentos dos munícipes nas diferentes variáveis.

Os dados da Tabela 11 e os Gráficos 1 e 2 ilustram o número de munícipes entrevistados por sexo nas autarquias locais. Os resultados indicam que, do total dos munícipes entrevistados na cidade de Maputo, 2 são homens e 3 mulheres, na cidade da Matola, 3 são homens e 2 mulheres, na Cidade de Nampula, 3 são homens e 3 mulheres, na cidade de Quelimane, 3 são homens e 4 mulheres e na cidade de Chimoio, 2 são homens e 3 são mulheres. Os dados mostram que maior parte dos munícipes entrevistados são mulheres, sendo a cidade de Quelimane com maior número, seguida da cidade de Nampula.

Tabela 9: Local de residência & sexo dos participantes

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Sexo	1. Masculino	2	3	3	3	2	13
	2. Feminino	4	2	2	4	3	15
Total		6	5	5	7	5	28

Elaborado pelo autor, 2023

Gráfico 1. Participantes por Sexo (% Dados percentuais) – Masculino

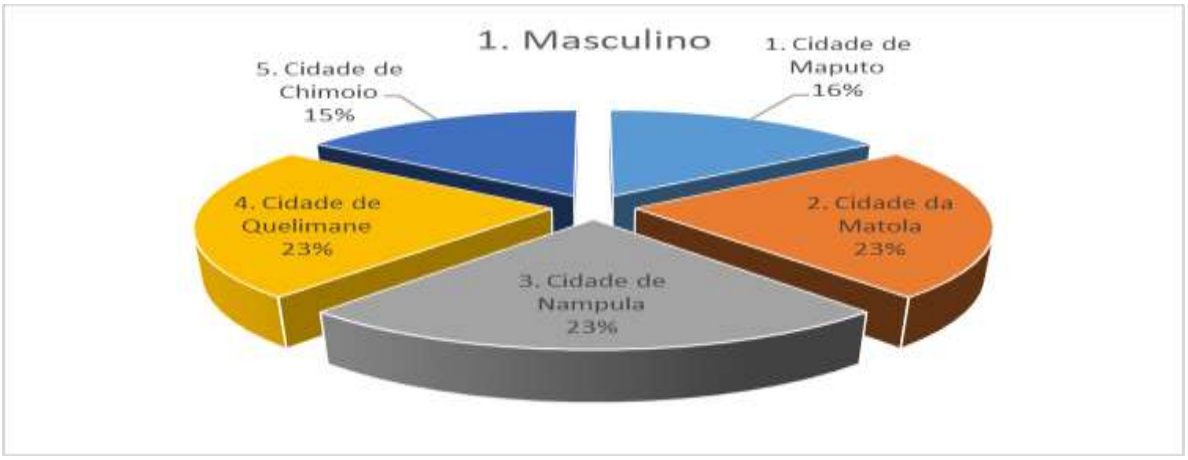
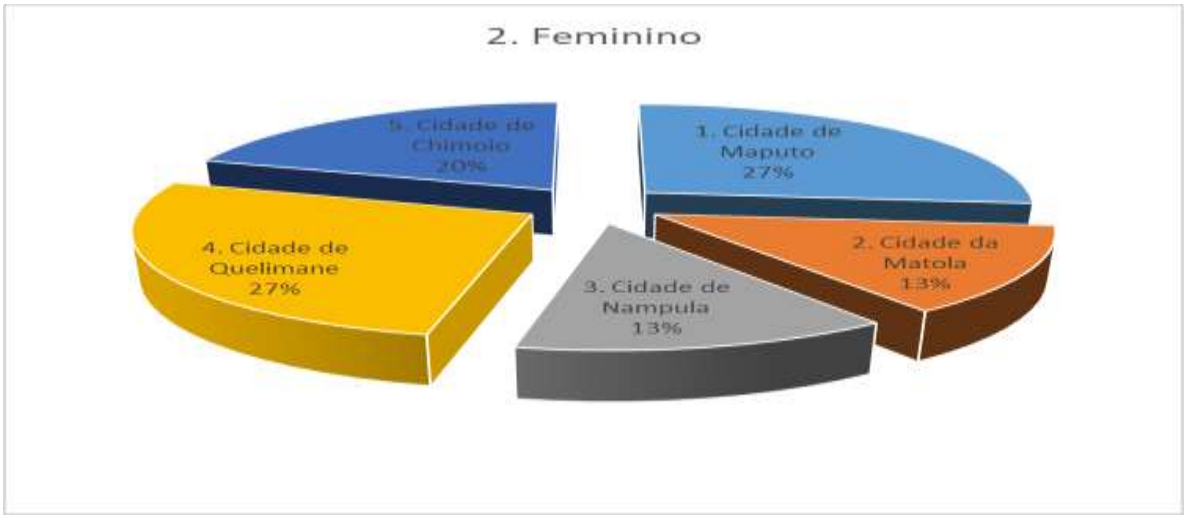


Gráfico 2. Munícipes entrevistados por Sexo (% Dados percentuais) – Feminino



Elaborado pelo autor, 2023

Os dados da Tabela 12 mostram que, na cidade de Maputo, maior parte dos munícipes entrevistados esta na faixa etária de 42-49 anos e a faixa etária de 26-33 anos são os que apresentam menor representação. Na cidade da Matola, maior parte dos munícipes entrevistados esta assente na faixa etária entre 23-33 e 42-49 anos de idade, respetivamente.

Na cidade de Nampula, maior parte dos munícipes entrevistados estão na faixa etária entre 34-41 anos. Na cidade de Quelimane, maior parte dos munícipes entrevistados esta na faixa etária entre 26-33 e 34-41 anos de idade, respetivamente e, por fim, para a cidade de Chimoio, maior parte dos munícipes estam na faixa etária de 26-33 anos. De forma geral, os dados indicam que a cidade de Quelimane teve maior número de munícipes entrevistados.

Tabela 10: Local de residência & faixa etária

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Faixa Étaria	18-25	0	0	0	0	0	0
	26-33	1	2	2	3	3	13
	34-41	2	1	3	3	2	11
	42-49	3	2	0	1	0	4
	+49 anos	0	0	0	0	0	0
Total		6	5	5	7	5	28

Elaborado pelo autor, 2023

Os dados da Tabela 13 indicam que de um total de 28 munícipes entrevistados, na cidade de Maputo, 4 são do nível superior e 2 do nível médio. Na cidade da Matola, 3 são do nível médio e 2 são do nível superior. Na cidade de Nampula, 2 são do nível médio e 3 do nível superior. Na cidade de Quelimane, 4 possuem o nível médio e 3 do nível superior, e na cidade de Chimoio, 2 possuem o nível médio e 3 do nível superior. Estes dados revelam que maior parte dos munícipes entrevistados possuem o nível superior, num total de 25, comparativamente ao nível médio, com 13.

Tabela 11: Local de residência & nível de formação dos participantes

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Nível de formação	2. Básico	0	0	0	0	0	0
	3. Médio	2	3	2	4	2	13
	4. Superior	4	2	3	3	3	15
Total		6	5	5	7	5	28

Elaborado pelo autor, 2023

Relativamente ao estado civil dos munícipes entrevistados, os dados da Tabela 14 mostram que na cidade de Maputo, 4 munícipes são casados e 2 munícipes solteiros. Na cidade da Matola, 2 pessoas solteiras e 3 casados. Na cidade de Nampula, 3 munícipes solteiros e 2 casados. Na cidade de Quelimane, 5 munícipes são solteiros e 2 casados e na cidade de Chimoio, 2 munícipes são solteiros e 3 casados.

Tabela 12: Local de residência & estado civil dos participantes

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Estado Civil	1. Solteiro(a)	2	2	3	5	2	14
	2. Casado(a)	4	3	2	2	2	14
	3. Separado(a)	0	0	0	0	1	0
	4. Divorciado(a)	0	0	0	0	0	0
	5. Viúvo(a)	0	0	0	0	0	0
Total		6	5	5	7	5	28

Elaborado pelo autor, 2023

Os dados da Tabela 15 mostram que na cidade de Maputo, 2 participantes são estudantes, 2 trabalhadores, 1 desempregado e 1 autónomo. Na cidade da Matola, foram entrevistados 2 estudantes, 2 trabalhadores e 1 munícipe que trabalha por conta própria. Na cidade de Nampula, participaram 3 estudantes e 2 trabalhadores. Na cidade de Quelimane, foram entrevistados 3 estudantes, 2 trabalhadores e 2 munícipes por conta própria e na cidade de Chimoio, foram

entrevistados 2 estudantes, 3 trabalhadores. Os dados mostram que maior parte dos munícipes entrevistados são estudantes, num total de 12.

Tabela 13: Local de residência & ocupação dos participantes

		Município em que reside					
		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Ocupação	1. Estudante	2	2	3	3	2	12
	2. Trabalhador(a)	2	2	2	2	3	11
	3. Desempregado(a)	1	0	0	0	0	1
	5. Autónomo(a)	1	1	0	2	0	4
Total		6	5	5	7	5	28

Elaborado pelo autor, 2023

5.3. Caraterísticas sócio profissionais dos gestores entrevistados

A Tabela 16 abaixo descreve as fontes de recolha de dados das diferentes autarquias locais e o instrumento de recolha de dados usado para a recolha de informação. Apresentam aspetos socioprofissionais e demográficas dos gestores de serviços de saneamento, salubridade das cinco autarquias locais; destacando a função ou cargo que ocupa, setor em que esta afeto, sexo e a autarquia local. Foram entrevistados dez gestores de saneamento e/ou salubridade e meio ambiente, sendo cinco do sexo masculino e igualmente cinco (5) do sexo feminino.

Tabela 16: Caracterizações socio profissionais dos gestores dos serviços de saneamento

Instrumento de Recolha de Dados	**Fonte/Unidade de Análise**		**Vereação/Direção/ Empresa**	**Sexo**		**Autarquia de Local**
				M	**F**	
Entrevista por Questionário	Conselho Autárquico	Técnico afeto a repartição de Administração e Finanças.	Direção Municipal de Salubridade e Ambiente	1		Maputo
		Técnico afeto a repartição de gestão de recursos Humanos.			1	

		Técnico afeto a repartição de gestão de contratos		1		
		Técnico afeto a Vereação de Salubridade, ambiente, parques e jardins municipais.	Vereação de Salubridade, Ambiente, Parques e Jardins Municipais	1		Matola
		Técnico afeto a Vereação de Salubridade, ambiente, parques e jardins municipais.			1	
		Técnico afeto a direção de água e saneamento.	EMUSANA		1	Nampula
		Técnico afeto a direção de Resíduos Sólidos.			1	
		Técnico da EMUSA	EMUSA	1		Quelimane
		Técnico da EMUSA			1	
		Técnico dos Serviços de Saneamento.	Direção de Saneamento	1		Chimoio
				5	5	
Total				10		

Elaborado pelo autor, 2023

Na cidade de Maputo, foram entrevistados três gestores, dos quais dois homens e uma mulher. Todos entrevistados estão afetos a Vereação de Salubridade e Meio Ambiente. Na cidade da Matola, foram entrevistados dois gestores, sendo um por cada sexo. Os entrevistados nesta autarquia local, estão afetos a Vereação de Salubridade, Ambiente, Parques e Jardins Municipais.

Na cidade de Nampula, foram entrevistados duas gestoras, afetas a Empresa Municipal de Saneamento. Na cidade de Quelimane, foram entrevistados dois gestores, sendo um em cada sexo. Os dois gestores entrevistados estão afetos da Empresa Municipal de Saneamento e na cidade de Chimoio, entrevistou-se, apenas um gestor, afeto a Direção de Saneamento.

5.4 Análise descritiva dos resultados do inquérito

Conforme referenciamos no terceiro capítulo (metodologia), os dados foram obtidos através das questões do inquérito por questionário visando analisar e compreender o nível de satisfação dos munícipes em relação as formas de prestação dos serviços de saneamento nas autarquias locais em estudo.

Relativamente a questão sobre alocação de contentores de lixo, os dados da Tabela 17 mostram que do total dos munícipes que acederam e responderam o inquérito por questionário. Na cidade de Maputo, 67% dos munícipes afirmam que (sim) foram alocados contentores de lixo e 33% afirmam que (não) foi alocado contentor.

Para a cidade da Matola, 17% dos munícipes consideram que (sim) foi alocado contentores e 83% dos munícipes afirmam que (não) foi alocado contentores. Na cidade de Nampula, 35,1% dos munícipes consideram que (sim) foi alocado contentor de lixo e 64,9% afirmam que (não) foi alocado contentor.

Tabela 14: Alocação de contentores de lixo

			Município em que reside					
Questão	Variaveis de Respostas		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Foi alocado contentor de lixo na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	1. Sim	Contagem	61	9	27	78	40	215
		%	67%	17%	35,1%	70,3%	52,6%	52,7%
	2. Não	Contagem	30	44	50	33	36	193
		%	33%	83%	64,9%	29,7%	47,4%	47,3%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade de Quelimane, 70,3% dos munícipes revelam que (sim) foram alocados contentores de lixo e 29,7% dos inquiridos consideram que (não) foi alocado contentores de lixo e na cidade de Chimoio, 52,6% dos munícipes consideram que (sim) foi alocado contentores e 47,4% afirmam que (não) foi alocado contentor de lixo. Com base nos resultados, pode-se considerar que maior parte dos munícipes (52,7%) dos munícipes, afirma que os conselhos autárquicos tem alocado contentores de lixo.

No que diz respeito a distribuição e acessibilidade dos contentores de lixo, os dados da Tabela 18 mostram que na Cidade de Maputo, 26,9% dos inquiridos afirmam que (sim) os contentores de lixo estão acessíveis e disponíveis e 20,4% dos munícipes afirmam que os contentores (não) estão disponíveis e acessíveis, 19% dos munícipes consideram que as (vezes) os contentores de lixo estão acessíveis e disponíveis aos munícipes para deitar lixo.

Tabela 15: Distribuição, acessibilidade de contentores de lixo

			Município em que reside					
Questão	Variaveis de Respostas		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Os contentores de lixo estão disponíveis em lugares fixos e de maior acessibilidade para os munícipes?	1. Sim	Contagem	39	5	10	57	34	145
		%	42,9%	9,4%	13,0%	51,4%	44,7%	35,5%
	2. Não	Contagem	28	33	33	21	22	137
		%	30,8%	62,3%	42,9%	18,9%	28,9%	33,6%
	3. Às vezes	Contagem	24	15	34	33	20	126
		%	26,4%	28,3%	44,2%	29,7%	26,3%	30,9%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na cidade da Matola, 3,4% dos respondentes consideram que (sim) os contentores de lixo estão disponíveis e acessíveis, 24,1% dos munícipes afirmam que os contentores de lixo (não) estão disponíveis e acessíveis e 11,9% dos munícipes afirmam que (as vezes) os contentores de lixo estão disponíveis e acessíveis para depósito de lixo.

Para a Cidade de Nampula, do total dos munícipes participantes 6,9% dos respondentes consideram que os contentores de lixo estão disponíveis e acessíveis, 24,1% dos inquiridos afirmam que os contentores de lixo não estão disponíveis e acessíveis e 27% dos munícipes afirmam que as vezes os contentores de lixo estão disponíveis e acessíveis para o depósito de lixo.

Na cidade de Quelimane, do total dos munícipes 39,3% dos munícipes consideram que (sim) os contentores de lixo estão acessíveis e disponíveis, 15,3% dos respondentes descrevem que os contentores de lixo (não) estão disponíveis e acessíveis e 26,2% dos inquiridos consideram que (as vezes) os contentores estão disponíveis e acessíveis para depósito de lixo.

Na Cidade de Chimoio, do total dos inquiridos envolvidos no inquérito por questionário, 23,4% dos respondentes afirmam que (sim), os contentores de lixo estão disponíveis e acessíveis, 16,1% dos inquiridos afirmam que os contentores de lixo (não) estão disponíveis e 15,9% dos inquiridos consideram que (as vezes) os contentores estão disponíveis e acessíveis para depósito de lixo.

Relativamente a questão sobre a existência de recolha e limpeza de lixo, os dados provam através da Tabela 19 que 53,8% dos munícipes envolvidos no inquérito na Cidade de Maputo, consideram que (sim) tem havido recolha e limpeza de lixo, 15,4% dos munícipes consideram que (não) não se procede a recolha e limpeza de lixo, 29,7% dos munícipes consideram que (as vezes) se procede a recolha e limpeza de lixo e 1,1% dos munícipes mostram-se indiferentes.

Tabela 16: Recolha e limpeza de lixo

			Município em que reside					
Questão	Variaveis de Resposta		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Tem havido recolha de lixo na cidade, bairro, avenida ou rua onde reside?	1. Sim	Contagem	49	6	20	59	47	181
		%	53,8%	11,3%	26%	53,2%	61,8%	44,4%
	2. Não	Contagem	14	24	22	11	12	83
		%	15,4%	45,3%	28,6%	9,9%	15,8%	20,3%
	3. Às vezes	Contagem	27	19	32	39	17	134
		%	29,7%	35,8%	41,6%	35,1%	22,4%	32,8%
	4. Indiferente	Contagem	1	4	3	2	0	10
		%	1,1%	7,5%	3,9%	1,8%	0,0%	2,5%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade da Matola, 11,3% dos inquiridos consideram haver recolha e limpeza de lixo, 45,3% dos munícipes afirmam (não) haver recolha e limpeza de lixo, 35,5% dos munícipes consideram que (as vezes) tem havido recolha e limpeza de lixo e 7,5% dos munícipes mostram-se indiferentes. Na Cidade de Nampula, 26% dos munícipes participantes no estudo, afirmam (sim) existir recolha e limpeza de lixo, 28,6% dos munícipes afirmam que (não) existe recolha

e limpeza de lixo, 41,6% dos munícipes responderam que (as vezes) procede-se a recolha e limpeza de lixo e 3,9% mostram-se indiferentes.

Na Cidade de Quelimane, 53,2% dos munícipes inquiridos afirmam que (sim) existe recolha e limpeza de lixo, 9,9% dos munícipes consideram (não) existir recolha e limpeza de lixo, 35,1% afirma que (as vezes) procede-se a recolha e limpeza de lixo e 1,8% mostram-se indiferentes. Na cidade de Chimoio, 61,8% dos inqueridos consideram que existe recolha e limpeza de lixo, 15,% dos munícipes afirmam que (não) procede-se recolha e limpeza de lixo, 22,4% dos munícipes consideram que (as vezes) procede-se a recolha e limpeza de lixo.

Relativamente a questão sobre o período ou frequência na recolha e limpeza de lixo, os resultados da Tabela 20 mostram que na Cidade de Maputo, 27,5% dos munícipes que participaram no inquérito consideram que se procede a recolha e limpeza de (todos os dias), 25,3% afirmam que a recolha e limpeza de lixo é realizado (duas vezes) por semana, 22% dos inquiridos descrevem que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez por semana), 5,5% dos munícipes retratam que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez a cada 15 dias), e 2,2% dos inquiridos afirmam que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez por mês) e 17,6% dos munícipes descrevem que (não se procede a recolha de lixo).

Tabela 17: Período ou frequência de recolha e limpeza de lixo

Questão	Variaveis de Resposta		Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Com que frequência o Conselho Municipal recolhe o lixo na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	(a). Todos os dias	Contagem	25	1	5	24	23	78
		%	27,5%	1,9%	6,5%	21,6%	30,3%	19,1%
	(b) (2) Duas vezes por semana	Contagem	23	1	10	26	9	69
		%	25,3%	1,9%	13%	23,4%	11,8%	16,9%
	(c) (1) Uma vez por semana	Contagem	20	9	10	22	11	72
		%	22%	17%	13%	19,8%	14,5%	17,6%
	(d) (1) Uma vez a cada 15 dias	Contagem	5	2	9	10	7	33
		%	5,5%	3,8%	11,7%	9%	9,2%	8,1%
	(e) (1) Uma vez por mês	Contagem	2	6	12	10	10	40
		%	2,2%	11,3%	15,6%	9%	13,2%	9,8%
	(f) Não se procede a recolha de lixo	Contagem	16	34	31	19	16	116
		%	17,6%	64,2%	40,3%	17,1%	21,1%	28,4%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade da Matola, 1,9% dos munícipes descrevem que o lixo é recolhido (todos os dias), 1,9% dos inquiridos afirmam que a recolha e limpeza de lixo é realizado (duas vezes por semana), 17% dos munícipes revelaram que procede a recolha e limpeza de lixo (uma vez por semana), 3,8% dos munícipes afirmam que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez a cada 15 dias), 11,3% dos inquiridos afirmam que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez por mês) e 64,2% dos munícipes afirmam categoricamente que (não se procede) a recolha e limpeza de lixo.

Na Cidade de Nampula, 6,5% dos envolvidos no inquérito no questionário consideram que a recolha e limpeza de lixo é realizado (todos os dias), 13% dos inquiridos consideram que a recolha e limpeza de lixo é realizado (duas vezes por semana), 13% dos munícipes afirmam que a recolha e limpeza é realizado (uma vez por semana), 11,7% dos respondentes consideram que a recolha e limpeza é realizado (uma vez a cada 15 dias), 15,6% dos munícipes consideram que se procede a recolha e limpeza de lixo (uma vez por mês) e 40,3% dos inquiridos consideram que (não se procede) a recolha e limpeza de lixo.

Na Cidade de Quelimane, 21,6% consideram que a recolha e limpeza é realizado (todos os dias), 23,4% dos inquiridos consideram que a recolha e limpeza de lixo é realizado (duas vezes por semana), 19,8% dos munícipes responderam que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez por semana), 9% dos inquiridos consideram que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez a cada 15 dias), 9% dos munícipes descrevem que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez por mês) e 17,1% dos inquiridos consideram que (não se procede) a recolha e limpeza de lixo.

Para Cidade de Chimoio, 30,3% dos munícipes afirmam que a recolha e limpeza de lixo é realizado (todos os dias), 11,8% dos respondentes consideram que a recolha e limpeza de lixo é realizado (duas vezes por semana), 14,5% dos inquiridos revelaram que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez por semana), 9,2% dos inquiridos consideram que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez a cada 15 dias), 13,2% dos munícipes consideram que a recolha e limpeza de lixo é realizado (uma vez por mês) e 21,1% dos respondentes afirmam categoricamente que (não se procede) a recolha e limpeza de lixo.

Relativamente a questão sobre a satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento, os dados da Tabela 21 mostra que na Cidade de Maputo, 47,3% dos munícipes afirmam que estão satisfeitos com a período ou frequência na recolha e limpeza de lixo e 52,7% munícipes não estão satisfeitos com o período ou frequência da recolha e limpeza de lixo.

Tabela 18: Satisfação do período ou frequência na recolha e limpeza de lixo

			Município em que reside					
Questão	Variaveis de Resposta		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Está satisfeito com o período de recolha de lixo na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	1. Sim	Contagem	43	4	17	45	41	150
		%	47,3%	7,5%	22,1%	40,5%	53,9%	36,8%
	2. Não	Contagem	48	49	60	66	35	258
		%	52,7%	92,5%	77,9%	59,5%	46,1%	63,2%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade da Matola, 7,5% dos munícipes inquiridos estão satisfeitos com o período ou frequência de recolha de lixo e 92,5% munícipes inquiridos não estão satisfeitos. Na Cidade de Nampula, 22,1% dos munícipes estão satisfeitos com o período ou frequência de recolha e limpeza de lixo e 77,9% dos munícipes afirmam não estar satisfeitos.

Na Cidade de Quelimane, 40,5% dos munícipes estão satisfeitos com o período ou frequência de recolha de lixo e 59,5% munícipes não estão satisfeitos com o período ou frequência. Na Cidade de Chimoio, 53,9% dos munícipes mostram-se estar satisfeitos com o período ou a frequência na recolha de lixo e 46,1% dos munícipes não estão satisfeitos com o período ou frequência na recolha e limpeza de lixo.

No concernente a questão sobre o nível de satisfação dos munícipes em relação a qualidade na recolha e limpeza de lixo, os dados da Tabela 22 mostra que na Cidade de Maputo, 4,4% dos inquiridos descrevem que a recolha e limpeza de lixo é excelente, 4,4% dos inquiridos revelam que a coleta e limpeza de lixo é muito boa, 20,9% dos inquiridos descrevem que a coleta e limpeza de lixo é boa, 42,9% dos inquiridos consideram que recolha e limpeza têm sido suficiente, 27,5% dos munícipes consideram que a coleta e limpeza do lixo são insuficientes.

Na Cidade da Matola, 1,9% dos inquiridos consideram que a recolha e limpeza de lixo é muito boa, 3,8% dos inquiridos descrevem que a coleta e limpeza de lixo é boa, 20,8% dos munícipes afirmam que a recolha e limpeza de lixo é razoável e 73,6% dos munícipes consideram que a recolha e limpeza de lixo são insignificantes.

Tabela 19: Nível de satisfação de recolha e limpeza de lixo

Questão de Respostas	Variaveis de Resposta		Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
A recolha de lixo na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	1. Excelente	Contagem	4	0	1	5	6	16
		%	4,4%	0,0%	1,3%	4,5%	7,9%	3,9%
	2. Muito Boa	Contagem	4	1	0	7	7	19
		%	4,4%	1,9%	0,0%	6,3%	9,2%	4,7%
	3. Boa	Contagem	19	2	11	26	24	82
		%	20,9%	3,8%	14,3%	23,4%	31,6%	20,1%
	4. Razoavel	Contagem	39	11	30	39	24	143
		%	42,9%	20,8%	39%	35,1%	31,6%	35%
	5. Insignificante	Contagem	25	39	35	34	15	148
		%	27,5%	73,6%	45,5%	30,6%	19,7%	36,3%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade de Nampula, do total dos inquiridos, 1,3% dos munícipes consideram que a recolha e limpeza de lixo é excelente, 14,3% afirmam que a recolha e limpeza de lixo é boa, 39% dos respondentes consideram que a recolha e limpeza de lixo é suficiente e 45,5% dos inqueridos consideram que a coleta e limpeza de lixo são insignificantes.

Na Cidade de Quelimane, do total dos munícipes, 4,5% dos respondentes consideram que a coleta e limpeza de lixo é excelente, 6,3% dos inquiridos revelaram que a recolha e limpeza de lixo é muito boa, 23,4% dos munícipes consideram que é boa, 35,1% dos munícipes afirmam que a recolha e limpeza é a razoável e 30,6% dos inquiridos consideram que a recolha e limpeza são insuficientes.

Na Cidade de Chimoio, 7,9% do total dos inquiridos consideram que a recolha de lixo é excelente, 9,2% dos munícipes revelaram que é muito boa, 31,6% dos respondentes afirmam que a limpeza de lixo é boa, 31,6% dos respondentes afirmam que a recolha e limpeza de lixo é razoável e 19,7% afirmam que a coleta e limpeza de lixo são insignificantes.

Em relação a satisfação dos munícipes sobre acessibilidade e/ou alocação dos contentores de lixo, os dados da Tabela 23 mostram que, na cidade de Maputo, 20,9% dos

munícipes consideram que os contentores de lixo são suficientes e 79,1% dos munícipes descrevem que os contentores de lixo não são suficientes.

Na cidade da Matola, 100% dos munícipes que acederam e responderam o inquérito por questionário consideram que os contentores de lixo não são suficientes. Na Cidade de Nampula, 3,9% dos munícipes consideram que os contentores de lixo são suficientes e 96,1% dos munícipes revelaram que os contentores não são suficientes para o depósito de lixo.

Tabela 20: Satisfação sobre alocação de contentores de lixo

			Município em que reside					
Questão	Variaveis de Respostas		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Os contentores de lixo alocados/disponíveis na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside são suficientes?	1. Sim	Contagem	19	0	3	8	8	38
		%	20,9%	0,0%	3,9%	7,2%	10,5%	9,3%
	2. Não	Contagem	72	53	74	103	68	370
		%	79,1%	100%	96,1%	92,8%	89,5%	90,7%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na cidade de Quelimane, 7,2% munícipes envolvidos no estudo consideram que os contentores de lixo são suficientes e 92,8% afirmam que os contentores de lixo não são suficientes. Na cidade de Chimoio, 10,5% dos munícipes consideram que os contentores de lixo são suficientes e 89,5% afirmam que os contentores não são suficientes para o depósito de lixo.

Relativamente a questão de controlo e fiscalização das autoridades municipais nos locais de depósito de lixo, os resultados da Tabela 24 indicam que na cidade de Maputo, 30,8% dos munícipes afirmam que existe controlo das autoridades municipais e 69,2% dos munícipes consideram que não existe controlo das autoridades municipais nos locais de depósito de lixo. Na cidade da Matola, 7,5% dos munícipes que acederam e responderam o inquérito afirmam que não existe controlo das autoridades municipais e 92,5% dos munícipes consideram não existir controlo das autoridades municipais nos lugares de depósito de lixo.

Tabela 21: Controle e fiscalização nos locais de depósito de lixo

Questão	Variaveis de Respostas		Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Tem havido controle das autoridades municipais nos locais de depósito de lixo?	1. Sim	Contagem	28	4	16	31	27	106
		%	30,8%	7,5%	20,8%	27,9%	35,5%	26%
	2. Não	Contagem	63	49	61	80	49	302
		%	69,2%	92,5%	79,2%	72,1%	64,5%	74%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na cidade de Nampula, do total dos munícipes, 20,8% dos munícipes consideram que existe controlo das autoridades municipais e 79,2% dos munícipes afirmam que não existe controlo das autoridades municipais. Na Cidade de Quelimane, 27,9% dos munícipes consideram que existe controlo das autoridades municipais e 72,1% dos munícipes consideram que não existe controlo das autoridades municipais. Na cidade de Chimoio, 35,5% dos munícipes afirmam que existe controlo das autoridades municipais e 64,5% dos munícipes afirmam que não existe controlo das autoridades municipais nos lugares de depósito de lixo.

Relativamente a questão sobre a realização de limpeza de estradas nas autarquias locais, os dados da Tabela 25 mostra que, na Cidade de Maputo, 29,7% dos munícipes afirmam que tem havido limpeza de estradas, 29,7% dos inquiridos consideram que não tem havido limpeza, 38,5% dos inquiridos afirmam que as vezes têm havido limpeza e 2,2% dos respondentes mostraram indiferentes.

Na Cidade da Matola, 15,1% dos munícipes afirmam que tem havido limpeza de estradas, 34% dos respondentes consideram que não tem havido limpeza, 26,4% dos inquiridos afirmam que as vezes têm havido limpeza de estradas e 24,5% dos munícipes mostraram-se indiferentes.

Tabela 22: Limpeza de estradas

Questão	Variaveis de Respostas		Munícipio em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Tem havido limpeza das estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	1. Sim	Contagem	27	8	24	40	42	141
		%	29,7%	15,1%	31,2%	36%	55,3%	34,6%
	2. Não	Contagem	27	18	17	22	10	94
		%	29,7%	34%	22,1%	19,8%	13,2%	23%
	3. Às Vezes	Contagem	35	14	27	46	23	145
		%	38,5%	26,4%	35,1%	41,4%	30,3%	35,5%
	4. Indifferente	Contagem	2	13	9	3	1	28
		%	2,2%	24,5%	11,7%	2,7%	1,3%	6,9%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade de Nampula, 31,2% dos munícipes afirmam que tem havido limpeza, 22,1% dos inquiridos consideram que não tem havido limpeza de estradas, 35,1% afirmam que as vezes têm havido limpeza e 11,7% dos respondentes mostraram-se indiferentes. Na Cidade de Quelimane, 36% dos respondentes consideram que tem havido limpeza nas estradas, 19,8% dos munícipes afirmam que não tem havido limpeza nas estradas, 41,4% dos inquiridos revelaram que as vezes têm havido limpeza de estradas e 2,7% dos respondentes mostram-se indiferentes.

Na cidade de Chimoio, 55,3% dos munícipes consideram que tem havido limpeza nas estradas, 13,2% dos respondentes consideram que não tem havido limpeza, 30,3% dos munícipes consideram que as vezes têm havido limpeza e 1,3% dos respondentes mostram-se indiferentes. Em relação a questão sobre o nível de satisfação dos munícipes em relação ao período ou frequência de limpeza de estradas, os dados da Tabela 26 mostram que na Cidade de Maputo, 20,7% dos respondentes consideram que todos os dias se procede a limpeza de estradas, 17,1% dos munícipes afirmam que a limpeza é realizado duas vezes por semana, 8,5% dos inquiridos consideram que a limpeza de estradas é realizada uma vez por semana, 7,3% dos respondentes afirmam que a limpeza é realizada uma vez a cada 15 dias, 13,4% dos munícipes consideram que a limpeza é realizada uma vez por mês e 32,9% dos inquiridos responderam que não se procede a limpeza de estradas.

Tabela 23: Período/frequência de limpeza de estradas

Questão	Variaveis de Respostas		Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Com que frequência o Conselho Municipal faz a limpeza das estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	a) Todos os dias	Contagem	17	3	21	23	31	95
		%	20,7%	7,1%	31,8%	23,7%	43,7%	26,5%
	b) (2) Duas vezes por semana	Contagem	14	2	4	18	4	42
		%	17,1%	4,8%	6,1%	18,6%	5,6%	11,7%
	c) (1) Uma vez por semana	Contagem	7	1	7	10	11	36
		%	8,5%	2,4%	10,6%	10,3%	15,5%	10,1%
	d) (1) Uma vez a cada 15 dias	Contagem	6	1	3	13	6	29
		%	7,3%	2,4%	4,5%	13,4%	8,5%	8,1%
	e) (1) Uma vez por mês	Contagem	11	11	7	12	8	49
		%	13,4%	26,2%	10,6%	12,4%	11,3%	13,7%
	f) Não se procede a limpeza nas estradas	Contagem	27	24	24	21	11	107
		%	32,9%	57,1%	36,4%	21,6%	15,5%	29,9%
Total		Contagem	82	42	66	97	71	358
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade da Matola, 7,1% dos respondentes consideram que a limpeza de estrada é realizado todos os dias, 4,8% dos respondentes afirmam que a limpeza é realizada duas vezes por semana, 2,4% dos munícipes revelaram que a limpeza de estrada é realizado uma vez por semana, 2,4% dos respondentes consideram que a limpeza é realizado uma vez a cada 15 dias, 26,2% dos munícipes descrevem que a limpeza de estrada é realizado uma vez por mês e 57,1% dos respondentes afirmam que não se procede a limpeza de estradas.

Na cidade de Nampula, 31,8% dos respondentes consideram que a limpeza de estradas é realizada todos os dias, 6,1% dos inquiridores afirmam que a limpeza é realizada duas vezes por semana, 10,6% dos respondentes justificam que a limpeza é realizada uma vez por semana, 4,5% dos inquiridos descrevem que a limpeza é realizada uma vez a cada 15 dias, 10,6% dos munícipes afirmam que a limpeza é realizada uma vez por mês e 36,4% dos respondentes consideram que não se procede a limpeza de estradas.

Na Cidade de Quelimane, 23,7% dos inqueridos consideram que a limpeza de estradas é realizada todos os dias, 18,6% dos respondentes afirmam que a limpeza é realizado duas vezes por semana, 10,3% dos munícipes que responderam o inquérito afirmam que a limpeza é realizada uma vez por semana, 13,4% dos respondentes retrataram que a limpeza é realizada uma vez a cada 15 dias, 12,4% dos respondentes destacam que a limpeza é realizada uma vez por mês e 21,6% dos munícipes afirmam que não se procede a limpeza de estrada.

Na Cidade de Chimoio, 43,7% dos munícipes consideram que a limpeza de estradas é realizada todos os dias, 5,6% dos inquiridos responderam que a limpeza é realizada duas vezes por semana, 15,5% dos inquiridos afirmam que a limpeza de estradas é realizada uma vez por semana, 8,5% dos inquiridos revelaram que a limpeza de estrada é realizada uma vez a cada 15 dias, 11,3% dos munícipes responderam que a limpeza é realizada uma vez por mês e 15,5% dos munícipes consideram que não se procede a limpeza de estradas.

Relativamente a questão sobre o nível de satisfação dos munícipes em relação ao período ou frequência de limpeza de estradas, os resultados da Tabela 27 mostra que na Cidade de Maputo, 29,7% dos munícipes afirmam que estão satisfeitos com o período ou frequência de limpeza de estradas e 70,3% dos respondentes não estão satisfeitos. Na Cidade da Matola, 13,2% dos munícipes envolvidos no estudo estão satisfeitos com o período ou frequência de limpeza de estradas e 86,8% dos respondentes não estão satisfeitos. Na cidade de Nampula, 24,7% dos inquiridos estão satisfeitos com o período ou frequência de limpeza de estradas e 75,3% dos respondentes não.

Tabela 24: Satisfação do período ou frequência de limpeza de Estradas

			Município em que reside					
Questão	Variaveis de Resposta		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Está satisfeito com o período de limpeza e manutenção da estrada na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	a) Sim	Contagem	27	7	19	38	39	130
		%	29,7%	13,2%	24,7%	34,2%	51,3%	31,9%
	b) Não	Contagem	64	46	58	73	37	278
		%	70,3%	86,8%	75,3%	65,8%	48,7%	68,1%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na cidade de Quelimane, 34,2% dos munícipes revelaram estar satisfeitos com o período ou frequência de limpeza de estradas e 65,8% dos inquiridos não estão satisfeitos. Na cidade de Chimoio, 51,3% dos munícipes revelaram que estão satisfeitos com o período ou frequência de limpeza de estradas e 48,7% dos respondentes não estão satisfeitos com o período de limpeza de estradas.

A Tabela 28 mostra resultado do nível de satisfação dos munícipes em relação a limpeza de estradas nas autarquias locais. Os resultados mostram que na Cidade de Maputo, 3,3% dos munícipes consideram que a limpeza é "excelente", 2,2% dos munícipes consideram que a limpeza de estradas é muito boa, 23,1% dos munícipes afirmam que a limpeza é boa, 30,8% dos munícipes afirmam que a limpeza de estradas é razoável e 40,7% dos munícipes revelaram que a limpeza de estrada é péssima.

Tabela 25: Satisfação de limpeza de estradas - variável qualitativa

			Município em que reside					
Questão	Variaveis de Respostas		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
A limpeza e manutenção das estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	a) Excelente	Contagem	3	1	3	3	10	20
		%	3,3%	1,9%	3,9%	2,7%	13,2%	4,9%
	b) Muito Boa	Contagem	2	0	4	8	8	22
		%	2,2%	0,0%	5,2%	7,2%	10,5%	5,4%
	c) Boa	Contagem	21	2	6	20	16	65
		%	23,1%	3,8%	7,8%	18%	21,1%	15,9%
	d) Razoável	Contagem	28	16	33	54	36	167
		%	30,8%	30,2%	42,9%	48,6%	47,4%	40,9%
	e) Péssima	Contagem	37	34	31	26	6	134
		%	40,7%	64,2%	40,3%	23,4%	7,9%	32,8%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade da Matola, 1,9% dos munícipes consideram que a limpeza de estradas é excelente, 3,8% dos munícipes afirmam que a limpeza de estrada é boa, 30,2% dos munícipes consideram que a limpeza é razoável e 64,2% dos munícipes afirmam categoricamente que a limpeza de estrada é péssima.

Na Cidade de Nampula, 3,9% dos munícipes consideram que a limpeza é excelente, 5,2% dos munícipes afirmam que a limpeza de estrada é muito boa, 7,8% dos munícipes descrevem que a limpeza de estrada é boa, 42,9% dos munícipes revelaram que a limpeza de estrada é razoável e 40,3% dos munícipes responderam que a limpeza de estrada é péssima.

Na Cidade de Quelimane, 2,7% dos munícipes consideram que a limpeza de estradas é excelente, 7,2% dos munícipes responderam que a limpeza é muito boa, 18% dos munícipes descrevem que a limpeza de estradas é boa, 48,6% dos respondentes revelaram que a limpeza de estrada é razoável e 23,4% dos inquiridos consideram que a limpeza de estradas é péssima

Na Cidade de Chimoio, 13,2% dos munícipes consideram que a limpeza de estrada é excelente, 10,5% dos munícipes afirmam que a limpeza de estrada é muito boa, 21,1% dos respondentes caracterizam que a limpeza de estrada é boa, 47,4% dos munícipes revelaram que a limpeza é razoável e 7,9% dos munícipes consideram que a limpeza de estrada é péssima.

Relativamente a questão sobre a existência de limpeza de valas de drenagens e esgotos, os dados da Tabela 29 mostra a tendência da perceção e satisfação dos munícipes. Verifica-se que na Cidade de Maputo, do total dos inquiridos 16,7% dos munícipes descrevem que tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos, 50% dos munícipes afirmam que não existe limpeza de valas de drenagens e esgotos e 33,3% dos munícipes responderam que às vezes tem havido limpeza de drenagens e esgotos.

Na Cidade da Matola, 1,9% dos munícipes revelaram que tem havido limpeza, 71,7% dos munícipes afirmam que não tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos e 26,4% dos munícipes afirmam que às veze tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos. Na Cidade de Nampula, 10,4% dos munícipes consideram que tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos, 58,4% dos munícipes consideram não haver limpeza e 31,2% dos munícipes afirmam que às vezes tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos.

Tabela 26: Limpeza das valas de drenagens e esgotos

Questão	Variaveis de Resposta		Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Tem havido limpeza das valas de drenagens, esgotos na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	a) Sim	Contagem	15	1	8	33	22	79
		%	16,7%	1,9%	10,4%	29,7%	28,9%	19,4%
	b) Não	Contagem	45	38	45	32	25	185
		%	50%	71,7%	58,4%	28,8%	32,9%	45,5%
	c) Às vezes	Contagem	30	14	24	46	29	143
		%	33,3%	26,4%	31,2%	41,4%	38,2%	35,1%
Total		Contagem	90	53	77	111	76	407
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade de Quelimane, 29,7% dos munícipes consideram que tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos, 28,8% dos respondentes consideram que não tem havido limpeza e 41,4% dos munícipes consideram que as veze tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos e na Cidade de Chimoio, 27,8% dos munícipes consideram que tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos, 13,5% dos inqueridos consideram que não tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos e 20,3% dos munícipes que responderam o inquérito consideram que as vezes tem havido limpeza de valas de drenagens e esgotos.

Relativamente a questão sobre o nível de satisfação dos munícipes em relação a limpeza das valas de drenagens e esgotos, os resultados que mostram na Tabela 30 descrevem que na cidade de Maputo, 14,2% dos munícipes estão satisfeitos com a limpeza das valas de drenagens e esgotos e 85,7% dos respondentes não estão satisfeitos. Na Cidade da Matola, 3,8% dos munícipes estão satisfeitos com a limpeza das valas de drenagens e esgotos e 96,2% dos inquiridos não estão satisfeitos.

Na Cidade de Nampula, 9,1% dos munícipes estão satisfeitos com a limpeza das valas de drenagens e esgotos e 90,9% dos inquiridos não estão satisfeitos. Na Cidade de Quelimane, 26,1% dos respondentes estão satisfeitos com a limpeza das valas de drenagens e esgotos e 73,9% dos munícipes não estão satisfeito e na Cidade de Chimoio, 42,1% dos inquiridos estão satisfeitos com a limpeza e 57,9% não estão satisfeitos com a limpeza das valas de drenagens e esgotos.

Tabela 27: Satisfação sobre limpeza das valas de drenagens e esgotos

Questão	Variaveis de Resposta		Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Está satisfeito com a limpeza das valas de drenagens, esgotos na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	a) Sim	Contagem	13	2	7	29	32	83
		%	14,3%	3,8%	9,1%	26,1%	42,1%	20,3%
	b) Não	Contagem	78	51	70	82	44	325
		%	85,7%	96,2%	90,9%	73,9%	57,9%	79,7%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Relativamente a questão sobre a satisfação dos munícipes em relação a qualidade de limpeza das valas de drenagens e esgotos, os dados da Tabela 31 mostram que na cidade de Maputo, do total dos inquiridos 1,1% dos munícipes afirmam que a limpeza das valas de drenagens e esgotos é excelente, 2,2% dos munícipes afirmam que a limpeza é muito boa, 11% dos inquiridos consideram que a limpeza é boa, 36,3% dos munícipes afirmam que a limpeza é razoável e 49,5% dos respondentes consideram que a limpeza das valas de drenagens e esgotos é péssima.

Tabela 28: Satisfação em relação a limpeza de valas de drenagens e esgotos

Questão	Variaveis de Respostas		Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
A limpeza das valas de drenagens, esgotos na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	a) Excelente	Contagem	1	0	0	4	6	11
		%	1,1%	0,0%	0,0%	3,6%	7,9%	2,7%
	b) Muito Boa	Contagem	2	0	1	6	8	17
		%	2,2%	0,0%	1,3%	5,4%	10,5%	4,2%
	c) Boa	Contagem	10	1	5	10	11	37
		%	11%	1,9%	6,5%	9%	14,5%	9,1%
	d) Razoável	Contagem	33	12	31	51	36	163
		%	36,3%	22,6%	40,3%	45,9%	47,4%	40%
	e) Péssima	Contagem	45	40	40	40	15	180
		%	49,5%	75,5%	51,9%	36,0%	19,7%	44,1%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade da Matola, 1,9% dos munícipes consideram que a limpeza é boa, 22,6% dos respondentes afirmam que a limpeza é razoável e 75,5% dos inquiridos consideram que a limpeza é péssima. Na cidade de Nampula, 1,3% dos respondentes consideram que a limpeza das valas de drenagens e esgotos é muito boa, 6,5% dos inquiridos consideram que a limpeza é boa, 40,3% dos inqueridos afirmam que a limpeza é razoável e 51,9% dos respondentes revelaram que a limpeza é péssima.

Na Cidade de Quelimane, 3,6% dos respondentes consideram que a limpeza das valas de drenagens e esgotos é excelente, 5,4% dos respondentes consideram que a limpeza é muito boa, 9% dos inquiridos afirmam que a limpeza é boa, 45,9% dos respondentes revelaram que a limpeza é razoável, 36% dos munícipes que acederam o inquérito por questionário consideram que a limpeza é péssima.

Na cidade de Chimoio, 7,9% dos respondentes consideram que a limpeza das valas de drenagens e esgotos é excelente, 10,5% dos inquiridos afirma que a limpeza é muito boa, 14,5% dos munícipes consideram que a limpeza é boa, 47,4% dos munícipes afirmam que a limpeza é razoável e 19,% dos respondentes consideram que a limpeza é péssima.

No que se refere a questão de inclusão ou participação dos munícipes na gestão dos serviços de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, das valas de drenagens e esgotos), os dados da Tabela 32 mostram que na cidade de Maputo, do total dos munícipes, 7,7% dos munícipes consideram que tem havido inclusão ou participação do munícipes, 31,9% dos munícipes afirmam não existir inclusão ou participação, 16,5% dos munícipes consideram que as vezes tem havido abertura ou inclusão ou auscultação, 16,5% dos inqueridos mostram-se indiferentes e 27,5% dos respondentes consideram que tem havido inclusão apenas no período eleitoral.

Na Cidade da Matola, 9,4% dos munícipes afirmam haver abertura para os munícipes apresentarem preocupações ou sugestões em relação a recolha e limpeza de lixo, 20,8% dos munícipes revelaram que não tem havido inclusão, 13,2% dos inqueridos consideram que às vezes os munícipes são solicitados a participar na reunião de auscultação, 11,3% dos inqueridos mostraram-se indiferentes e 45,3% dos respondentes afirmam que tem havido abertura apenas no período eleitoral.

Tabela 29: Participação e ou inclusão dos munícipes (gestão participativa)

Questão	Variaveis de Respostas		Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Tem havido abertura para os munícipes apresentarem preocupações sobre os serviços de saneamento público (recolha de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos)?	a) Sim	Contagem	7	5	4	20	27	63
		%	7,7%	9,4%	5,2%	18%	35,5%	15,4%
	b) Não	Contagem	29	11	19	34	10	103
		%	31,9%	20,8%	24,7%	30,6%	13,2%	25,2%
	c) Às vezes	Contagem	15	7	23	20	27	92
		%	16,5%	13,2%	29,9%	18%	35,5%	22,5%
	d) Indiferente	Contagem	15	6	15	16	4	56
		%	16,5%	11,3%	19,5%	14,4%	5,3%	13,7%
	e) Apenas no período eleitoral	Contagem	25	24	16	21	8	94
		%	27,5%	45,3%	20,8%	18,9%	10,5%	23%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na cidade de Nampula, 5,2% dos munícipes consideram que tem havido participação para auscultação e divulgação das atividades da edilidade, 24,7% dos munícipes afirmam não existir inclusão, 29,9% dos respondentes consideram que às vezes o conselho autárquico solicita participação dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre saneamento, 19,5% dos munícipes mostram-se indiferentes e 20,8% dos respondentes revelaram que tem havido inclusão apenas no período eleitoral.

Na cidade de Quelimane, 18% dos respondentes consideram haver abertura, 30,6% dos munícipes consideram não haver abertura, 18% dos inquiridos afirmam que às vezes existe inclusão dos munícipes para melhoramento dos serviços de saneamento, 14,4% dos munícipes envolvidos no estudo mostraram-se indiferentes e 18,9% dos munícipes afirmam que existe inclusão apenas no período eleitoral.

Na cidade de Chimoio, 35,5% dos respondentes consideram haver inclusão dos munícipes, 13,2% dos munícipes afirmam não haver inclusão, 35,5% dos respondentes consideram que às vezes tem havido inclusão dos munícipes no processo de tomada de decisão sobre dos serviços de saneamento, 5,3% dos respondentes ao inquérito mostram-se indiferentes e 10,5% dos munícipes consideram que tem havido inclusão apenas no período eleitoral.

Tendo em conta a importância dos serviços de saneamento (recolha de lixo, limpeza de estradas, limpeza de valas de drenagens e esgotos), julgamos importante compreender dos munícipes inquiridos o que consideram como prioridade nos serviços de saneamento e ou salubridade. No entanto, os dados da Tabela 33 descrevem que na cidade de Maputo, os munícipes inquiridos indicam como prioridade o seguinte: (1) a recolha e limpeza de lixo (41,8%), (2) limpeza de estradas (35,2%), (3) limpeza das valas de drenagens e esgotos (22%) e (4) limpeza de jardins públicos (1,1%).

Na cidade da Matola, os munícipes descrevem como prioridade (1) Recolha e limpeza de lixo (60,4%), (2) limpeza de estradas (32,1%), (3) limpeza das valas de drenagens e esgotos (5,7%) e por fim a limpeza dos jardins públicos (1,9%). Na Cidade de Nampula, os munícipes consideram como prioridade (1) limpeza de estradas (46,8%), (2) recolha e limpeza de lixo (39%), (3) limpeza das valas de drenagens e esgotos (10,4%) e limpeza de jardins públicos (3,9%).

Tabela 30: Prioridades nos serviços de saneamento/salubridade

		Município em que reside					
Questão	Variaveis de Respostas	1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
O que considera como prioridade nos serviços de saneamento na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside.	a) Recolha e Limpeza de lixo	38	32	30	41	35	176
		41,8%	60,4%	39%	36,9%	46,1%	43,1%
	b) Limpeza de estradas	32	17	36	36	35	156
		35,2%	32,1%	46,8%	32,4%	46,1%	38,2%
	c) Limpeza de valas de drenagem e esgotos	20	3	8	33	6	70
		22%	5,7%	10,4%	29,7%	7,9%	17,2%
	d) Limpeza de jardins públicos	1	1	3	1	0	6
		1,1%	1,9%	3,9%	0,9%	0,0%	1,5%
Total		91	53	77	111	76	408
		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

Na Cidade de Quelimane, os munícipes indicam como prioridade (1) recolha e limpeza de lixo (36,9%), (2) limpeza de estradas (32,4%), (3) limpeza das valas de drenagens e esgotos (29,7%) e limpeza de jardins públicos (0,9%). Na Cidade de Chimoio, os munícipes indicam como prioridades (1) a recolha e limpeza de lixo (46,1%), (2) limpeza de estradas (46,1%) e (3)

limpeza e manutenção de valas de drenagens e esgotos (7,9%). Conforme se pode ver, os munícipes apresentam preocupações ou indicam prioridades diferenciadas em todas autarquias locais.

Entretanto, os munícipes em grande parte foram unânimes em afirmar que consideram prioridade a recolha e limpeza de lixo, considerado como um problema ambiental mundial declarado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no rio de Janeiro em 1992, indicando como da solução dos problemas ambientais a redução de produção de resíduos na fonte geradoras, recolha e limpeza de lixo, enceramento de lixo e criação de aterros (Langa, 2014).

No entanto, no caso de Moçambique, o problema de lixo é tido como um problema ambiental e social tendo Conselho Municipal como responsável do poder público e que deve pensar na estratégia para a gestão de resíduos sólidos urbanos, considerado como centro de todas as demandas deste setor, organizando, licenciando, controlando e ou fiscalizando e garantindo o transporte e deposição final aconteçam de forma segura e sustentáveis (Langa, 2014).

Relativamente a questão do desempenho do setor que vela pelo saneamento/salubridade (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, limpeza das valas de drenagens e esgotos), os dados da Tabela 34 mostram que, na cidade de Maputo, 8,8% dos respondentes consideram que o desempenho é positivo, 14,3% afirmam que o desempenho dos serviços de saneamento/salubridade é negativa, 52,7% dos munícipes revelaram ser razoável, 24,2% dos munícipes mostram-se indiferente.

Na cidade da Matola, do total dos munícipes que responderam o inquérito por questionário, 3,8% descrevem que o desempenho é positivo, 28,3% consideram que o desempenho dos serviços de salubridade é negativo, 34% dos munícipes afirmam que o desempenho é razoável e 34% dos munícipes mostram-se indiferentes. Na Cidade de Nampula, 10,4% dos munícipes consideram que o desempenho da empresa municipal de saneamento (EMUSANA) é positivo, 20,8% dos munícipes consideram que o desempenho é negativo, 53,2% dos munícipes caracterizam que o desempenho é razoável e 15,6% dos munícipes mostram-se indiferente.

Na cidade de Quelimane, do total dos munícipes envolvido no estudo, 21,6% do total dos munícipes consideram que o desempenho da empresa municipal de saneamento (EMUSA) é positivo, 9,0% dos munícipes descrevem o desempenho é negativo, 62,2% dos munícipes

consideram que o desempenho é razoável e 7,2% mostram-se indiferentes em relação ao desempenho da empresa municipal de saneamento. Na cidade de Chimoio, do total dos munícipes, 48,7% dos munícipes descrevem que o desempenho da direção de saneamento é positivo, 6,6% dos munícipes consideram que é negativo e 44,7% dos munícipes indicam que o desempenho é razoável.

Tabela 31: Desempenho do sector/empresa de saneamento/salubridade

			Município em que reside					
Questão	Variaveis de Respostas		1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Que avaliação faz sobre os serviços de saneamento público (recolha de lixo, limpeza de estradas, limpeza das valas de drenagens e esgotos) realizado pelo Conselho Municipal na sua cidade.	a) Positiva	Contagem	8	2	8	24	37	79
		%	8,8%	3,8%	10,4%	21,6%	48,7%	19,4%
	b) Negativa	Contagem	13	15	16	10	5	59
		%	14,3%	28,3%	20,8%	9%	6,6%	14,5%
	c) Razoável	Contagem	48	18	41	69	34	210
		%	52,7%	34%	53,2%	62,2%	44,7%	51,5%
	d) Indiferente	Contagem	22	18	12	8	0	60
		%	24,2%	34%	15,6%	7,2%	0,0%	14,7%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaborado pelo autor, 2023

No entanto, embora os dados ilustrem de forma generalizada que o desempenho dos serviços de saneamento é razoável, os resultados indicam que na Chimoio, os munícipes tem uma visão contrária aos outros, indicando estarem satisfeitos em aos serviços de recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos e os munícipes da cidade da Matola estão totalmente agastados com o desempenho dos serviços de recolha e limpeza de lixo.

De forma geral, os dados da Tabela 34 permitem aferir que do total dos munícipes que acederam e responderam o inquérito por questionário, maior parte dos munícipes (51,5%) consideram que o desempenho do setor dos serviços de recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgoto é razoável e todas autarquias locais. Os resultados do estudo, indicam que a satisfação dos munícipes em relação aos serviços de recolha e limpeza

de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos é categoricamente visível na autarquia da cidade de Chimoio enquanto a insatisfação é visivelmente notada nos munícipes da autarquia da Matola.

5.3 Correlação das variáveis

Esta seção apresenta a correlação das variáveis do estudo apresentados com base nas dimensões ou indicadores de saneamento nas autarquias com as variáveis sociais dos munícipes que participaram no estudo. A análise da correlação das variáveis permitiu identificar e quantificar as diferentes percepções dos munícipes em relação aos serviços de saneamento. As tabelas a seguir, apresentam inputs das percepções dos inqueridos em diversos aspectos.

5.3.1 Relação entre faixa etária e ocupação

A análise da relação entre faixa etária e ocupação que constam na Tabela 35 foi considerado como um aspeto importante para entender as trajetórias de vida e ocupação dos indivíduos. Nesta tese, exploramos a correlação entre essas variáveis, destacando a tendência crescente que emerge à medida que os indivíduos progridem em seus *status* social e profissionais, simultaneamente com o envelhecimento. Além disso, examinaremos as evidências estatísticas que sustentam essa correlação, com base no coeficiente de correlação de Pearson associado.

A análise de correlação das variáveis visa compreender que com o tempo e ao longo da vida, as pessoas adquirem ou tendem a aumentar as suas experiências profissionais e status sociais. Essa tendência crescente sugere que existe uma correlação positiva entre ocupação e faixa etária.

Em outras palavras, à medida que os indivíduos ganham experiência profissionalmente, também tendem a envelhecer, e vice-versa. Essa correlação reflete as mudanças naturais que ocorrem ao longo da vida e as diferentes fases pelas quais os indivíduos passam em suas carreiras, desenvolvimento pessoal e social em todas faixa etárias.

Tabela 32: Correlações das variáveis faixa etária e ocupação - serviços de saneamento

Variáveis		I. Sexo	II. Idade	III. Nível de formação	V. Ocupação	A recolha de lixo na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	A limpeza e manutenção das estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	A limpeza das valas de drenagens, esgotos na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:
I. Sexo	Correlação de Pearson	1	-,124*	-,036	-,072	,038	,033	,023
	Sig. (2 extremidades)		,012	,474	,149	,440	,503	,638
	N	408	408	408	408	408	408	408
II. Idade	Correlação de Pearson	-,124*	1	,156**	,402**	,050	,153**	,129**
	Sig. (2 extremidades)	,012		,002	,000	,313	,002	,009
	N	408	408	408	408	408	408	408
III. Nível de formação	Correlação de Pearson	-,036	,156**	1	,113*	-,065	-,072	-,052
	Sig. (2 extremidades)	,474	,002		,023	,189	,145	,294
	N	408	408	408	408	408	408	408
V. Ocupação	Correlação de Pearson	-,072	,402**	,113*	1	-,013	,089	,022
	Sig. (2 extremidades)	,149	,000	,023		,801	,073	,654
	N	408	408	408	408	408	408	408
A recolha de lixo na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	Correlação de Pearson	,038	,050	-,065	-,013	1	,579**	,532**
	Sig. (2 extremidades)	,440	,313	,189	,801		,000	,000
	N	408	408	408	408	408	408	408
A limpeza e manutenção das estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	Correlação de Pearson	,033	,153**	-,072	,089	,579**	1	,658**
	Sig. (2 extremidades)	,503	,002	,145	,073	,000		,000
	N	408	408	408	408	408	408	408
A limpeza das valas de drenagens, esgotos na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	Correlação de Pearson	,023	,129**	-,052	,022	,532**	,658**	1
	Sig. (2 extremidades)	,638	,009	,294	,654	,000	,000	
	N	408	408	408	408	408	408	408

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Elaborado pelo autor, 2023

A análise estatística, incluindo o coeficiente de correlação de Pearson, fornece evidências significativas da relação entre ocupação e faixa etária. Ao examinar os dados apresentados na tabela acima, podemos afirmar categoricamente que o coeficiente de correlação é significativo entre a faixa etária e ocupação dos munícipes que representaram a nossa amostra, o que indica que há uma associação consistente entre essas duas variáveis. Essas evidências estatísticas validam a tendência crescente observada na correlação entre ocupação e faixa etária dos inquiridos das autarquias locais em análise.

Assim, afirmamos que a correlação positiva moderada entre duas variáveis (faixa etária e ocupação) como indicado na tabela (35), onde o coeficiente de correlação de Pearson é 0,402, acompanhado por p-valor significativo (p-valor = 0,00), fornecendo evidências substanciais para essa relação.

Portanto, a correlação positiva entre duas variáveis sugere que, conforme uma variável aumenta, a outra também tende a aumentar, e vice-versa. No caso em questão, o coeficiente de correlação de Pearson de 0,402 indica uma correlação positiva moderada entre as variáveis em estudo. Isso significa que há uma associação significativa entre elas, mas não é extremamente forte.

Deste modo, pode-se ver que o p-valor associado à correlação entre as variáveis, sendo menor que 0,05 (p-valor=0,00), fornece evidências estatísticas suficientes para afirmar que a correlação observada não é devido ao acaso. Portanto, um p-valor tão baixo sugere uma probabilidade muito pequena de que a associação entre as variáveis seja explicada por flutuações aleatórias nos dados.

A análise estatística da correlação entre variáveis acima em referência, descrito na tabela acima, fornece *insights* valiosos para entender as relações em diferentes contextos. Esta compreensão estatística é essencial para fundamentar decisões e políticas informadas em diversas áreas, desde a economia até a saúde pública, especificamente na recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos.

5.3.2 Correlação entre faixa etária e recolha e limpeza de lixo

Os resultados da análise descritiva que constam na Tabela 35 revelaram que, de forma geral, houve um aumento gradual no nível de exigência na recolha e limpeza de lixo, ou seja, à medida que a faixa etária dos participantes evolui a exigência para os serviços de saneamento com qualidade também aumenta. Observou-se uma distribuição mais concentrada de respostas de alta exigência entre os participantes mais velhos, enquanto os mais jovens tendiam a apresentar uma distribuição mais uniforme entre os diferentes níveis de exigência em relação aos serviços de saneamento.

A análise de correlação demonstrou ainda uma correlação positiva significativa entre idade e nível de exigência e satisfação em relação a recolha e limpeza de lixo ($r = 0,68$, $p < 0,05$), indicando que à medida que a idade aumenta, há uma tendência correspondente ao aumento da exigência em relação à limpeza urbana. Os resultados desta análise estatística corroboram a hipótese inicial de que existe uma associação entre idade e nível de exigência em limpeza de lixo em ambientes urbanos.

A tendência observada sugere que os indivíduos mais velhos tendem a ser mais exigentes em relação à limpeza pública em comparação com os mais jovens. Essa maior exigência por parte dos munícipes mais velhos pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo uma maior sensibilidade às questões ambientais, uma acumulação de experiências ao longo dos anos e uma possível mudança de prioridades à medida que a idade evolui.

Com base nos resultados desta análise estatística, pode-se afirmar que há uma relação significativa entre idade e nível de exigência em relação a recolha e limpeza de lixo em ambientes urbanos, sugerindo que os munícipes mais velhos tendem a ser mais exigentes em relação à limpeza pública.

5.3.3 Correlação entre a ocupação e a recolha e limpeza de lixo

Após análise dos dados da tabela (35), encontramos um coeficiente de correlação de Pearson de 0,801 entre ocupação dos munícipes e perceção dos mesmos em relação a recolha e limpeza de lixo nas autarquias locais. Este valor indica uma forte correlação positiva entre as duas variáveis, sugerindo que, à medida que as pessoas se ocupam profissionalmente ou

academicamente se torna mais elevada ou qualificada e a perceção sobre a recolha e limpeza de lixo tende a ser exigente.

Em outras palavras, quanto maior o nível educacional ou posição profissional de um indivíduo, mais exigente tende a ser em relação à limpeza urbana. A correlação observada entre ocupação e perceção da recolha e limpeza de lixo na cidade é consistente conforme os resultados do estudo ao se constatar que as mulheres tendem a ser mais exigente em relação aos serviços de saneamento. Além disso, é razoável perceber que munícipes com ocupações mais elevadas tenham uma sensibilidade maior em relação à qualidade do ambiente urbano, dada a sua influência e exposição a padrões de vida mais elevados.

Em suma, com base nos resultados desta análise estatística, podemos afirmar que existe uma forte associação entre ocupação e ou nível educacional e perceção da recolha e limpeza de lixo na cidade. A correlação positiva identificada sugere que a melhoria na educação e na posição ocupacional de um munícipe está associado a uma perceção mais crítica e exigente em relação à limpeza urbana.

Portanto, as políticas e estratégias de gestão de resíduos devem considerar não apenas aspetos técnicos da recolha e limpeza de lixo, mas também o contexto social e educacional dos cidadãos, visando promover uma maior conscientização e engajamento em práticas sustentáveis de gestão de resíduos sólidos.

Tabela 33: Correlação entre limpeza de estradas e valas de drenagens e esgotos

Variáveis		Tem havido limpeza das estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	A limpeza de estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	Está satisfeito com a limpeza das valas de drenagens, esgotos na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	Município em que reside
Tem havido limpeza das estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	Correlação de Pearson	1	,483**	,244**	-,144**
	Sig. (2 extremidades)		0	0	0,003
	N	408	408	408	408
A limpeza de estradas na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside tem sido:	Correlação de Pearson	,483**	1	,439**	-,264**
	Sig. (2 extremidades)	0		0	0
	N	408	408	408	408
Está satisfeito com a limpeza das valas	Correlação de Pearson	,244**	,439**	1	-,253**

de drenagens, esgotos na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside?	Sig. (2 extremidades)	0	0		0
	N	408	408	408	408
Município em que reside	Correlação de Pearson	-,144**	-,264**	-,253**	1
	Sig. (2 extremidades)	0,003	0	0	
	N	408	408	408	408

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Elaborado pelo autor, 2023

Os dados da Tabela 36 mostra a correlação entre os níveis de satisfação e perceção dos munícipes sobre os serviços de saneamento (limpeza de estradas e limpeza de valas de drenagens e esgotos). Os dados coletados em diversos municípios do presente estudo sugerem uma correlação positiva forte entre a limpeza das estradas e a limpeza das valas de drenagem e esgotos. Isso significa que quando a limpeza das estradas é negligenciada, há uma tendência de que a limpeza das valas de drenagens e esgotos também seja afetada, e vice-versa.

Essa correlação implica que a falta de manutenção em uma área pode resultar em problemas correlatos em outra, aumentando os riscos de enchentes, danos ambientais e até mesmo acidentes na via publica afetada. Face a este cenário, o p-valor é uma medida estatística que indica a significância de uma relação entre duas variáveis. No caso da correlação entre a limpeza das estradas e das drenagens, o p-valor inferior a 0,05 indica que existe uma probabilidade muito baixa de que a correlação observada seja devido ao acaso e isso fortalece a evidência de que, de fato, há uma relação significativa entre a limpeza das estradas e das drenagens e esgotos.

Compreender a correlação entre a limpeza de estradas e valas de drenagens e esgotos permite aos gestores públicos direcionar recursos e esforços de forma mais eficaz. É crucial implementar políticas e programas de manutenção que abordem simultaneamente ambas as áreas, garantindo uma abordagem integrada para a gestão urbana. Além disso, a conscientização pública dos munícipes sobre a importância da conservação desses elementos também desempenha um papel fundamental.

A correlação entre a limpeza de estradas e valas de drenagens urbanas e esgotos é um aspeto significativo da gestão urbana, com implicações diretas na qualidade de vida dos cidadãos e na sustentabilidade ambiental. A análise estatística, especialmente quando o p-valor é inferior a 0,05, fornece uma base sólida para compreender e abordar essas questões de maneira

eficaz e é imperativo que os municípios reconheçam e ajam sobre essa correlação, implementando medidas preventivas e de manutenção para garantir um ambiente urbano seguro, limpo e sustentável para todos.

Os resultados ainda indicam o teste de correlação de Pearson descrevendo um coeficiente de correlação de 0,483 que indica existir uma correlação positiva moderada de satisfação de limpeza de estradas e a perceção dos munícipes sobre a dimensão de qualidade dos serviços nas autarquias locais. Face aos resultados da tabela (36), pode-se ver que o "P" valor associado é indica um coeficiente de 0 um indicativo de que existe diferença significativa entre as duas variáveis. Ainda relativamente análise das variáveis entre a existência de limpeza de estradas e limpeza das valas de drenagens e esgotos, o teste de Pearson indica um coeficiente de 0,244 indicando existir uma correlação positiva fraca entre a existência de limpeza de estradas e a satisfação dos munícipes sobre a qualidade de limpeza de valas de drenagens e esgotos e indicam um P valor associado com um coeficiente de 0 um indicativo que mostra existir uma diferença significativa entre as variáveis em análise.

Os resultados apresentados indicam ainda que existe correlação entre a existência de limpeza de estradas nas autarquias locais. Deste modo, os resultados do teste de Pearson mostram um coeficiente de -144 indicando existir uma corelação negativa muito fraca entre a limpeza de estradas nas autarquias locais e o P valor associado indica um coeficiente de 0,003, um indicativo que mostra existir uma diferença significativa entre as duas variáveis em um nível de confiança de 95%.

Portanto, com base nos resultados, compreende-se que existe diferença significativa de satisfação dos munícipes sobre a limpeza de estradas e limpeza de valas de drenagens e esgotos nas autarquias locais tendo em conta aos tipos de serviços prestados e/ou usados, a dimensão territorial e as características pessoais dos inqueridos. Os resultados mostram a diferença significativa entre as variáveis de limpeza de estradas, limpeza de valas de drenagens e esgotos entre a satisfação dos munícipes inqueridos por questionário nas diferentes autarquias locais embora os munícipes apresentem nível de satisfação diferenciados nas autarquias locais em relação a limpeza de estradas e valas de drenagens e esgotos.

A diferença significativa que se refere pode ser confirmadas nas tabelas (22-33) que ilustra o nível de satisfação elevado dos munícipes da cidade C1 em relação as outras autarquias locais em estudo, e se diferencia em todas as variáveis pessoais dos inquiridos (sexo, faixa etária, nível de formação, estado civil e ocupação).

5.3.4 Correlação entre níveis de formação, faixa etária e exigência de serviços de saneamento

A relação entre níveis de formação, faixa etária e a exigência por serviços de saneamento verificados na tabela (36) é um aspeto crucial para compreender as necessidades e expectativas da população em relação à infraestrutura urbana.

Nesta pesquisa, exploramos a correlação entre esses fatores, destacando uma forte correlação positiva crescente entre a faixa etária dos indivíduos e sua exigência por serviços de saneamento, com um nível de confiança de 95%. Isso significa que à medida que os indivíduos crescem, eles tendem a se tornar mais exigentes em relação à qualidade e disponibilidade dos serviços de saneamento nas comunidades.

Essa correlação sugere que a maturidade e a experiência de vida podem aumentar a consciência e a importância atribuída aos aspetos relacionados ao saneamento básico. Além da faixa etária, a educação, formação e ocupação desempenha um papel significativo na exigência por serviços de saneamento nas autarquias locais. Isto significa que indivíduos mais educados, formados e ocupados profissionalmente tendem a ser mais conscientes dos impactos do saneamento na saúde pública, no meio ambiente e na qualidade de vida dos munícipes.

Essa relação é intrinsecamente ligada à busca por uma melhor qualidade de vida e ao entendimento dos direitos básicos de cidadania. Entretanto, a afirmação de uma forte correlação positiva crescente entre faixa etária, níveis de educação ou formação e exigência por saneamento é suportada por um nível de confiança de 95%. Isso significa que há uma probabilidade de 95% de que a relação observada entre as variáveis seja verdadeira e não seja resultado de flutuações aleatórias nos dados.

Em suma, a correlação positiva crescente entre faixa etária, níveis de educação e ou formação e exigência por saneamento reflete a complexidade das necessidades e expectativas da sociedade moderna. Assim, ao reconhecer e compreender essa correlação, os formuladores de políticas públicas podem tomar medidas proactivas para atender às demandas crescentes por serviços de saneamento, contribuindo assim para o bem-estar e a saúde pública de comunidades em todo o mundo.

Os dados da Tabela 37 revelam uma correlação estatisticamente significativa entre a indicação de prioridade dos munícipes sobre os serviços de saneamento e o nível de escolaridade e ou formação dos munícipes. Com o p-valor associado de 0,006, há evidências

estatísticas robustas que sustentam a relação entre essas variáveis. Isso sugere que os munícipes que consideram os serviços de saneamento como prioridade tendem a ter níveis mais altos de escolaridade ou de formação. O nível de confiança de 95% indica a certeza estatística de que a relação observada entre a priorização dos munícipes em relação ao saneamento e o nível de escolaridade não ocorreu por mero acaso.

Com alto nível de confiança, podemos afirmar com segurança que as análises estão corretas e que a correlação identificada é significativa e real. Entretanto, a correlação entre priorização dos munícipes sobre os serviços de saneamento e nível de escolaridade tem implicações importantes para a planificação e implementação de políticas públicas e, em particular na gestão e recolha de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos. Por conseguinte, munícipes mais escolarizados podem estar mais conscientes dos impactos do saneamento na saúde pública e no meio ambiente, o que os leva a valorizar e priorizar esses serviços e a exigência plena das autoridades locais em relação aos serviços em análise.

Tabela 34: Prioridade nos serviços de saneamento e nível de formação

Variáveis/indicadores		I. Sexo	II. Faixa etária	III. Nível de formação	V. Ocupação	Tem havido abertura para os munícipes apresentarem preocupações sobre os serviços de saneamento público (recolha de lixo, limpeza e manutenção de estradas, valas de drenagens e esgotos)?	O que considera como prioridade nos serviços de saneamento na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside.	Como tem sido o desempenho do município ou cidade em que reside.
I. Sexo	Correlação de Pearson	1	-,124*	-,036	-,072	,041	-,061	,002
	Sig. (2 extremidades)		,012	,474	,149	,411	,218	,974
	N	408	408	408	408	408	408	408
II. Faixa Etária	Correlação de Pearson	-,124*	1	,156**	,402**	-,007	,028	,131**
	Sig. (2 extremidades)	,012		,002	,000	,888	,577	,008
	N	408	408	408	408	408	408	408
III. Nível de formação	Correlação de Pearson	-,036	,156**	1	,113*	,048	,135**	,007
	Sig. (2 extremidades)	,474	,002		,023	,330	,006	,884
	N	408	408	408	408	408	408	408
V. Ocupação	Correlação de Pearson	-,072	,402**	,113*	1	,016	,084	-,025
	Sig. (2 extremidades)	,149	,000	,023		,742	,089	,608
	N	408	408	408	408	408	408	408
Tem havido abertura para os munícipes apresentarem preocupações sobre os serviços de saneamento público (recolha de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos)?	Correlação de Pearson	,041	-,007	,048	,016	1	,039	,135**
	Sig. (2 extremidades)	,411	,888	,330	,742		,426	,006
	N	408	408	408	408	408	408	408

O que considera como prioridade nos serviços de saneamento na cidade, bairro, avenida ou rua em que reside.	Correlação de Pearson	-,061	,028	,135**	,084	,039	1	-,023
	Sig. (2 extremidades)	,218	,577	,006	,089	,426		,647
	N	408	408	408	408	408	408	408
Como tem sido o desempenho do município ou cidade em que reside.	Correlação de Pearson	,002	,131**	,007	-,025	,135**	-,023	1
	Sig. (2 extremidades)	,974	,008	,884	,608	,006	,647	
	N	408	408	408	408	408	408	408

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Elaborado pelo autor, 2023

Assim, os formuladores de políticas devem considerar essa correlação ao desenvolver estratégias para melhorar e expandir os serviços de saneamento em suas comunidades nas autarquias locais. Assim, melhoria, expansão e promoção dos programas educacionais e campanhas de sensibilização, é possível aumentar o entendimento e a valorização dos serviços de saneamento em todas as camadas da sociedade e isso, por sua vez, pode levar a uma maior participação da comunidade e ao apoio a iniciativas para melhorar a infraestrutura de saneamento.

A correlação entre a priorização dos munícipes em relação aos serviços de saneamento e o nível de escolaridade dos munícipes, comprovada por evidências estatísticas significativas, destaca a importância da educação e da conscientização na promoção de melhores práticas de saneamento. Porém, os dados da tabela (37) mostram ainda que o teste de Pearson que apresenta um coeficiente de correlação de 0,041, que indica uma correlação positiva moderada entre o sexo e a inclusão ou participação dos munícipes para o processo de tomada de decisões sobre a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos.

O P-valor associado de 0,411 indica não haver diferença significativa entre as duas variáveis a um nível de confiança de 95% e revela que não se provou que o sexo influencia para o grau de satisfação dos munícipes em relação a inclusão ou participação dos munícipes no processo de tomada de decisões para a recolha de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos.

Os resultados da Tabela 38 apresenta o teste de corelação de Pearson que apresenta um coeficiente de 0,039 que indica existir uma correlação positiva fraca entre a existência de abertura/inclusão ou participação dos munícipes no processo de tomada de decisões na implementação de políticas de melhoria dos serviços de saneamento/salubridade e a preferência dos munícipes em relação a vários serviços de saneamento/salubridade nas autarquias locais.

Tabela 35: Satisfação dos munícipes (desempenho dos serviços de saneamento)

Variáveis/Indicadores		Tem havido abertura aos munícipes apresentarem preocupações sobre os serviços de saneamento	O que considera como prioridade nos serviços de saneamento	Como avalia os serviços de saneamento	Município em que reside
Tem havido abertura aos munícipes apresentarem preocupações sobre os serviços de saneamento	Correlação de Pearson	1	0,039	,243**	-,225**
	Sig. (2 extremidades)		0,426	0	0
	N	408	408	408	408
O que considera como prioridade nos serviços de saneamento	Correlação de Pearson	0,039	1	0,062	0,003
	Sig. (2 extremidades)	0,426		0,213	0,949
	N	408	408	408	408
Como avalia os serviços de saneamento	Correlação de Pearson	,243**	0,062	1	-,327**
	Sig. (2 extremidades)	0	0,213		0
	N	408	408	408	408
Município em que reside	Correlação de Pearson	-,225**	0,003	-,327**	1
	Sig. (2 extremidades)	0	0,949	0	
	N	408	408	408	408
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).					

Elaborado pelo autor, 2023

Os resultados indicam ainda que o P valor associado é de 0,426, o que significa não haver diferença significativa entre as variáveis e um nível de confiança de 95% entre as variáveis de satisfação dos munícipes e avaliação de desempenho do setor que garante os serviços de saneamento. E isso significa que existe evidências que a inclusão e ou participação dos munícipes no processo de tomada de decisão das políticas de saneamento e salubridade influenciam de certa forma para a satisfação dos munícipes.

Os dados ainda mostram que o teste de correlação de Pearson apresenta um coeficiente de 0,243 que indica existir uma corelação positiva fraca entre a abertura e ou inclusão dos munícipes no processo de tomada de decisão e o desempenho do setor.

Os resultados da correlação das variáveis acima descritas indicam que o P valor associado é de 0 que significa haver diferença significativa das médias e um nível de confiança de 95%. De forma geral, os resultados indicam que existe uma correlação entre a inclusão ou abertura aos munícipes no processo de tomada decisão sobre aos serviços de saneamento e salubridade. Portanto, pode-se afirmar que o desempenho destes serviços estão intrinsecamente ligados a auscultação em alguns casos com a inclusão ou a gestão transparente e inclusiva.

Os indicadores, mostram o grau de (in) satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento e ou salubridade. É possível ver na Tabela 39 que maior parte dos munícipes que acedeu e respondeu o inquérito por questionário estão inconfortáveis com a qualidade de serviços de recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas e valas de drenagens e esgotos.

Conforme os resultados, os munícipes das cidades de A, B e B1, mostram categoricamente que estão totalmente insatisfeitos qualidade de serviços de recolha de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos, enquanto os munícipes da cidade de C, sentem-se pouco satisfeitos com a limpeza de estradas e recolha e limpeza de lixo e na cidade de C1, os munícipes estão satisfeitos com a recolha e limpeza de lixo, a limpeza de estradas e inclusão dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

Tabela 36: Variáveis/Indicadores/parâmetro de (in) satisfação dos munícipes

Autarquia Local	Variáveis/Indicadores/parâmetro de satisfação		
	Baixos	**Intermédio**	**Altos**
A	-Recolha e Limpeza de lixo; -Limpeza de estradas e valas de drenagens e esgotos; -Ineficiência de serviços	_____	Limpeza de estradas
B	-Recolha e Limpeza de lixo; -Limpeza das estradas, valas de drenagens e esgotos; -Eficácia e eficiência de serviços; -Inclusão/Auscultação dos munícipes no processo de gestão municipal.	_____	_____
B1	-Recolha e limpeza de lixo, -Eficiência e eficácia de serviços	-Limpeza da vala de drenagens e esgotos	_____
C		-Limpeza de estradas -Recolha e Limpeza de lixo	Limpeza da vala de drenagens e esgotos
C1	-Limpeza das valas de drenagens e esgotos	_____	-Recolha e limpeza de lixo, Limpeza de estradas Inclusão/Auscultação dos munícipes no processo de gestão municipal

Elaborado pelo autor, 2023

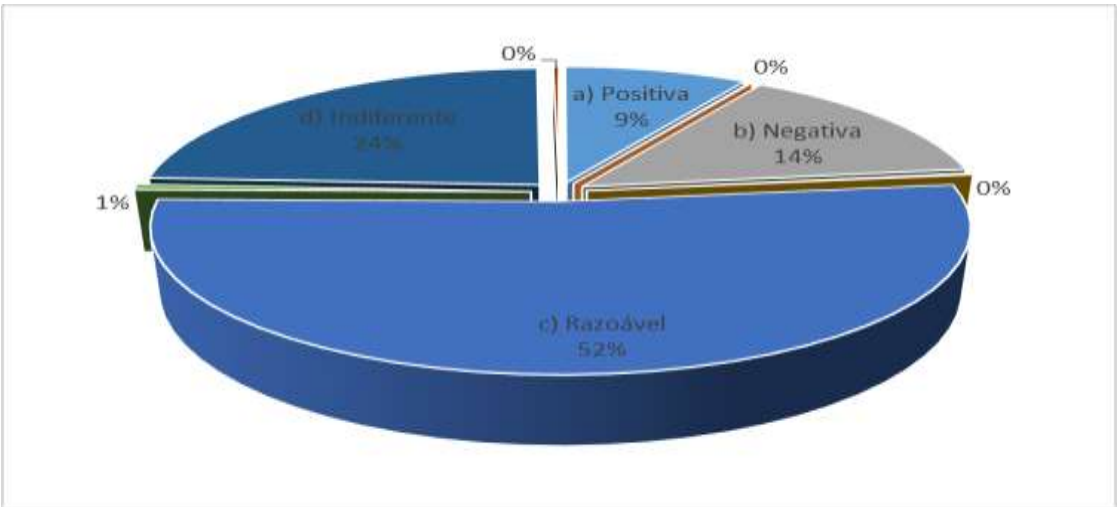
As variáveis de resposta (positiva, negativa, razoável e indiferente), os resultados da Tabela 40 mostram que o nível de satisfação dos munícipes em relação ao desempenho dos serviçs de saneamento. Por um lado, aglutinando os dados percentuais das variáveis de resposta (negativa e indiferente), destaca-se que os munícipes das cidades de Matola e Maputo apresentam maior nível de insatisfação em relação aos serviços, com 62,3% e 38,5%, respetivamente.

Tabela 37: Avaliação dos munícipes em relação ao desempenho dos serviços de saneamento

			Município em que reside					
			1. Cidade de Maputo	2. Cidade da Matola	3. Cidade de Nampula	4. Cidade de Quelimane	5. Cidade de Chimoio	Total
Qual é avaliação dos serviços de saneamento público (recolha de lixo, limpeza e manutenção das estradas, limpeza das valas de drenagens e esgotos) realizado pelo Conselho Municipal na sua cidade.	a) Positiva	Contagem	8	2	8	24	37	79
		%	8,8%	3,8%	10,4%	21,6%	48,7%	19,4%
	b) Negativa	Contagem	13	15	16	10	5	59
		%	14,3%	28,3%	20,8%	9,0%	6,6%	14,5%
	c) Razoável	Contagem	48	18	41	69	34	210
		%	52,7%	34%	53,2%	62,2%	44,7%	51,5%
	d) Indiferente	Contagem	22	18	12	8	0	60
		%	24,2%	34%	15,6%	7,2%	0,0%	14,7%
Total		Contagem	91	53	77	111	76	408
		%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Por outro lado, conforme a variável de resposta (positiva), os resultados evidenciam que os munícipes da cidade de Chimoio apresentam maior nível de satisfação, com os serviços de saneamento. Embora os resultados tenham destacados o nível de satisfação e insatisfação dos munícipes nas diferentes autarquias locais mencionados acima, a figura abaixo mostra que de forma generalizada os munícipes mostram-se razoavelmente satisfeitos em relação a recolha de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos (saneamento).

Gráfico 3: Avaliação dos munícipes em relação ao desempenho dos serviços de saneamento



Os resultados do gráfico (3), mostram a avaliação generalizada dos munícipes sobre os serviços de saneamento nas autarquias locais em moçambique. Entretanto, conforme os dados, mostram que do total dos munícipes (408) que responderam o inquérito por questionário, 52% estão razoavelmente satisfeitos com os serviços, 24% mostram-se indiferentes, 14% fazem uma avaliação negativa, 9% estão satisfeitos com os serviços de saneamento.

5.4 Apresentação dos resultados da entrevista aos munícipes

Esta seção apresenta os resultados da entrevista dirigida aos munícipes residentes nas autarquias locais em estudo. Pretendia-se com entrevista compreender o nível de satisfação dos munícipes em relação a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos nas autarquias locais.

5.4.1 Recolha e limpeza de lixo

Em relação a questão de existência de recolha e limpeza de lixo, maior parte dos entrevistados na cidade de Maputo (M1, M2, M3, M4, M5) afirma que "*a recolha e limpeza de lixo não é satisfatória pelo fato das empresas provedoras dos serviços não garantirem de forma plena a recolha e limpeza de lixo. Verifica-se por vezes lixo acumulado. Os munícipes descrevem ainda que existem ruas, avenidas ou bairros em que o lixo é depositado fora do lugar apropriados por falta de contentores de lixo*".

Em alguns bairros, a recolha lixo é realizado através de txovas[45] e depositado nos contentores de lixo ou próximo aos contentores. Os munícipes entrevistados destacados acima, foram unânimes em afirmar que as empresas não estão a conseguir recolher o lixo devidamente. Afirmam ainda que todos os meses pagam a taxa de lixo, mas não entendem a razão deste pagamento, uma vez que o lixo permanece acumulado um longo período.

Na mesma questão, o munícipe *(M6)* respondeu que "*existe recolha e limpeza de lixo embora regista-se demora em alguns dias, e cria transtornos para os utentes na via pública. Por vezes verifica-se lixo nos passeios criando dificuldade na transitabilidade para os peões*". Em relação a demora da recolha e limpeza de lixo, os munícipes *(M2, M3, M4, M5, M6*) afirmam que "*tem havido demora na recolha de lixo, sobretudo nos bairros Xipamanini e*

[45] São carinhos de 2 rodas, movidas a mão.

Mercados de Xipamanini, Bairro e Mercado de Zimpeto, Bairro de Hulene, 25 de Junho, e outros lugares com maior frequência das pessoas". Em outro desenvolvimento, os munícipes (M1, M3, M5, M6) descrevem "*que por vezes, o lixo fica espalhado no passeio e fora dos contentores, a recolha e limpeza não tem sido regular em alguns bairros. As empresas provedoras de serviços de recolha e limpeza de lixo preocupam-se apenas no centro da cidade e nas principais avenidas da cidade*"."[46].

Relativamente a mesma questão, na Cidade da Matola, os munícipes (M1, M2, M3, M4, M5) descrevem que "*o município não alocou os contentores de lixo em todos os bairros, ruas ou avenidas, não se sabendo ao certo em que lugar pode-se depositar o lixo*." "*As pessoas percorrem longas distâncias para deitar lixo nos lugares apropriados, os contentores de lixo não são suficientes, existe demora na recolha e limpeza de lixo pelo município e pelos privados*".

Os munícipes entrevistados (M2, M3, M5) descrevem que, por exemplo, os residentes do bairro de Boquiço descrevem que "*muitas ruas não dispõem de contentores de lixo e por vezes somos obrigados a queimar-o nas residências e em lugares inapropriados*". Os entrevistados afirmaram ainda "*que tem pago regularmente a taxa de lixo, a taxa de saneamento, mas não se sabe por que razão município não coloca contentores e não recolhe lixo*"[47].

Constatou-se que "*os residentes do bairro Boquiço usam viaturas particulares para recolha e limpeza de lixo e depositam nos contentores de lixo nos bairros circunvizinhos"*[48]. Os munícipes (M1, M2, M3, M5), foram unânimes ao afirmar "*que o lixo fica exposto e por vezes a recolha é ineficiente; por vezes o lixo fica 2 a 4 meses sem a devida remoção*[49]".

O munícipe (M4) afirma categoricamente que "*não existe recolha de lixo nos bairros, avenidas ou ruas na cidade*". Os munícipes (M1, M2, M3, M4 e M5) afirmam ainda que "*a situação da cidade da Matola, é insuportável, muita demora na recolha de lixo, inexistência de contentores de lixo, lixo acumulado e fora do lugar apropriado*".

---

[46] Ver foto em apêndice (Foto 1)

[47] Fonte: Soíco Televisão (STV) dia 14 de Abril de 2023

[48] Fonte: Soíco Televisão (STV) dia 14 de Abril de 2023

[49] Ver foto em apêndice (Foto 2)

No que concerne a mesma questão, os munícipes (M1, M2, M3, M4, M5,) da cidade de Nampula, foram unânimes em afirmar que "*praticamente não existe recolha e limpeza de lixo diariamente, na cidade é possível ver lugares, como por exemplo na rua das flores*[50]*, em que o lixo fica vários permanece semanas ou meses; o município não está a trabalhar, o município não esta preocupado em limpar lixo; não sabemos oque se passa com o conselho municipal*".

Em relação a recolha e limpeza de lixo, os munícipes (M1, M3, M4, M5, M5), afirmam que "*os contentores de lixo não são suficientes e o lixo fica exposto, criando imundice e possível eclosão de doenças, a recolha de lixo não é permanente, ficando um mês ou mais*". Por exemplo, os munícipes do Bairro Mutawanha, clamam pela morosidade de recolha e limpeza de lixo e por falta de contentores, o mesmo se observa-se no bairro Muatala, na rua da Jamila onde não se observa a recolha e limpeza de lixo por falta de contentores e o lixo é depositado no chão[51]. Fundamentalmente, pode-se verificar que maior parte dos munícipes inqueridos não está satisfeito com a recolha e limpeza de lixo, pelos motivos arrolados anteriormente.

Na Cidade de Quelimane, os munícipes (M1, M2, M3, M4, M5, M6 e M7) foram unânimes ao afirmarem que "*existem contentores de lixo apenas na zona urbana, ou seja, nos centros da cidade e nos principais mercados. Em outro desenvolvimento os munícipes acima destacados afirmaram que muitos bairros não têm contentores de lixo*". Os munícipes afirmam ainda, que "*a empresa municipal de saneamento (EMUSA) a responsável pelos serviços de saneamento, tem dificuldades em realizar as suas atividades permanentemente. Por exemplo no mercado Chabeco, o lixo fica exposto a via pública e aos utentes, criando dificuldade na transitabilidade*"[52].

Ainda em torno da mesma questão, os munícipes entrevistados afirmaram que extem bairros ou lugares críticos, por exemplo no mercado Brandão, localizado no mesmo bairro[53], avenida 25 de Junho, ao lado do Instituto Industrial e Comercial 1º de Maio, Avenida Agostinho Neto, o lixo é depositado fora do lugar apropriado por ineficiência da recolha e limpeza de lixo[54].

---

[50] Ver foto em apêndice (Foto 3)

[51] Ver foto em apêndice (Foto 4)

[52] Ver foto em apêndice (Foto 5)

[53] Ver foto em apêndice (Foto 6)

[54] Ver foto em apêndice (Foto 7)

Relativamente a questão de recolha e limpeza de lixo, na cidade de Chimoio, os munícipes (C1, C2, C3, C4, C5) foram unânimes em afirmar que "*o Conselho Municipal está a trabalhar bem, verificamos contentores de lixo por toda cidade e principalmente nos mercados*[55] *por ser um lugar onde produz-se lixo diariamente; no final do dia o carro passa a recolher lixo e isso revela que prontidão.*".

Os munícipes (*C1, C2, C3, C4, C5*) entrevistados descrevem ainda que "*tem havido recolha e limpeza de lixo todos os dias; os contentores de lixo estão disponíveis em muitos bairros e sobretudo nos bairros populosos, nos principais mercados e outros lugares de maior aglomeração de pessoas*". Os munícipes descrevem que "*dificilmente se verifica atraso na recolha e limpeza de lixo na zona urbana, nos bairros e ruas da cidade; temos verificado que os carros estão sempre a circular e a recolher o lixo para depositar na lixeira*".

Os munícipes (C1, C2) revelaram que se "*em varias lojas ou supermercado, plásticos para o depósito de lixo nas lojas de venda de produtos de primeira necessidade e outras, permitindo deste modo a recolha pelos funcionários do conselho municipal*". Os munícipes descrevem que "*o presidente do conselho municipal tem sido um grande mobilizador, trabalha de forma incansável para melhorar a recolha e limpeza de lixo, temos visto ele muitas vezes na rua acompanhado pelos funcionários de recolha de lixo*".

5.4.2 Limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos

Relativamente a questão de limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos, na cidade Maputo, os munícipes (M1, M2, M3, M4, M5, M6) descrevem que "*existem avenidas, ruas e bairros em condições desagradáveis para circulação para os peões e condutores de veículos pela falta de limpeza de estradas e valas de drenagens, razão pela qual, no período de chuvas, as estradas ficam intransitáveis e algumas casas ficam submersas*".

Ainda os munícipes acima identificados foram unânimes ainda em afirmar que "*no período chuvoso, muitas avenidas, em particular na avenida 25 de Setembro, na baixa da cidade ficam totalmente inundadas devido o fraco escoamento das águas pluviais, e isso mostra que as valas de drenagens não funcionam devidamente*". Neste período, muitos bairros, como

[55] Ver foto em apêndice (Foto 7)

por exemplo, Maxaquene, Urbanização, Chamanculo, Polana Caniço, ficam intransitáveis pelo excesso de água. Na cidade da Matola, os munícipes (M1, M2, M3, M4, M5) residentes nos bairros Liberdade (A), Khongolote (B), no Bairro Fomento (C) descrevem que "*não existe limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos. Em relação a limpeza das valas de drenagens e esgotos, o conselho municipal pouco se preocupa com a limpeza, razão pela qual no período chuvoso há inundações, muitas casas ficam submersas*".

Os munícipes (M1, M2, M3, M4, M5) ainda esclarecem que "*os esgotos não estão a funcionar devidamente e não conseguem escoar as águas pluviais por isso que todas as vezes que chove intensamente, algumas avenidas ou bairros ficam intransitáveis, as estradas ficam danificados por causa da água*". Ademais, os munícipes revelaram que "*não existe limpeza nas estradas, verifica-se lixo acumulado nas bermas da estrada não permitindo a regular transitabilidade*".

Na cidade de Quelimane, os munícipes (M1, M2, M3, M5, M6, M7), afirmam que "*tem havido limpeza de estradas e valas de drenagens realizado pelos funcionários da Empresa Municipal de Saneamento (EMUSA*) em colaboração com os munícipes e autoridades locais". Em outro desenvolvimento, os munícipes revelaram que tem havido campanha de limpeza das valas de drenagens promovidas pelas autoridades locais.[56]".

Os munícipes inqueridos descrevem que "*os funcionários da EMUSA procedem a limpeza das principais estradas quase todos os dias.* "*Temos visto senhoras a limparem estradas nas primeiras horas da manhã, razão pela qual as estradas estão razoavelmente limpas*". Na cidade de Chimoio, os munícipes (C1, C2, C3, C4, C5) foram unânimes em afirmar que "às *tem havido limpeza das valas de drenagens e esgotos. Afirmaram ainda que, o conselho Municipal através da direção de saneamento, garante limpeza de valas de drenagens e esgotos, a fim de permitir escoamento de águas sobretudo no período chuvoso*".

Em outra análise, os munícipes (C1, C2, C3, C4, C5) foram unânimes em afirmar que "*apenas as valas de drenagens construídas recentemente ao longo da estrada nacional nº6 permitem escoar água no período chuvoso; os munícipes enfatizam que maior parte dos bairros não tem valas de drenagens e no período chuvoso, alguns bairros ficam inundados, dificultando a circulação de pessoas*".

[56] Ver foto em apêndice (Foto 6)

5.5 Apresentação dos resultados de entrevista aos gestores de saneamento/salubridade

Esta seção apresenta resultados da entrevista dirigida aos gestores das empresas/direção municipais de saneamento, salubridade das autarquias locais de Maputo, Matola, Nampula, Quelimane e Chimoio, respetivamente. Portanto, a entrevista teve como objetivo compreender o funcionamento e formas de gestão para a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos nas autarquias locais.

5.5.1 Formas de gestão e funcionamento dos serviços de saneamento

No que se refere a questão de gestão e funcionamento de recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, os gestores de serviços de salubridade na cidade de Maputo, (A1, A2, A3) revelaram que "*a partir de 2006, a autarquia optou pela produção externa de serviços, ou seja, o conselho municipal contratou empresas provedoras para a prestação de serviços (macro e micro-empresas) para a recolha e limpeza de lixo e limpeza de estradas*".

Nas palavras do A1, inicialmente, em 2006, a gestão e funcionamento da recolha e limpeza de lixo, era comparticipada pelo *Banco Mundial através do programa PROMAPUTO, adotando o modelo de comparticipação das despesas entre o Banco Mundial (65%) e o Conselho Municipal (35%) e, em 2011 a comparticipação das despesas relativos a estes serviços passou a 50% para o conselho municipal e os restantes 50% para o banco mundial*".

Em outro desenvolvimento face a mesma questão, os gestores (A1, A2, A3) revelaram que "*a recolha e limpeza de lixo é satisfatório embora existir dificuldade pela insuficiência de número de contentores de lixo, insuficiência de receitas para pagar as empresas provedoras de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos.* Ainda, relativamente a mesma questão, os gestores dos serviços de salubridade, revelaram que *a recolha e limpeza de resíduos sólidos são realizadas por (3) três empresas contratadas e 46 micro-empresas contratadas e alocadas em todos os bairros da cidade*".

Os gestores revelaram que o conselho municipal contratou *(3) três empresas, responsáveis pela coleta e limpeza de lixo. Para além destas empresas, foram contratados 46 micro-empresas com a responsabilidade de recolher lixo em todos os bairros até ao depósito primário, ou seja, até aos contentores de lixo alocados nos lugares estratégicos.*".

Relativamente a questão de número de contentores de lixo, os gestores (A1, A2, A3) referiram que "*o número de contentores de lixo não é suficiente para cobrir toda cidade e, que esforços estavam a ser feitos para adquirir outros contentores em colaboração com as três empresas contratadas*". Subjacente a mesma questão, os gestores (A1, A2, A3) afirmara ainda que estão disponíveis 743 contentores de lixo, distribuídos em todos os bairros.

No desenrolar da entrevista, o gestor (A3) explicou que "*os contratos firmados com as (3) empresas contratadas incluem nacionais e estrangeiras realizados por meio de concurso, dos quais (2) duas são internacionais, ou seja, pertencem ao um consórcio internacional e (1) uma pertencente ao consórcio Moçambicano e Sul-africano*".

No que se refere a despesa com a recolha e limpeza de resíduos sólidos, os gestores (A1, A2, A3) afirmam que por mês o conselho municipal gasta perto de 40.000.000,00 (quarenta milhões de meticais) por mês. Importa referenciar que este valor é pago com fundos do orçamento do estado e de receitas próprias. De forma geral, os gestores (A1, A2, A3) referiram que a autarquia local adota a gestão externa de serviços de recolha e limpeza de lixo através das empresas e microempresas contratadas.

Na autarquia B, os gestores dos serviços de saneamento e salubridade (Bx e By) consideram que "*o setor que zela pela recolha e limpeza de lixo é desafiadora porque requer eficiência e eficácia no trabalho. Os gestores (Bx e By) afirmam que o conselho municipal, usa o modelo de gestão conjunta, ou seja, contratou-se empresas para fornecimento de veículos pesas (porta contentores), maquinas e tratores para a recolha e limpeza de lixo. No desenvolvimento da entrevista, os gestores revelaram que os recursos humanos, lubrificantes e outros veículos pertencem a instituição, oque significa que apenas a edilidade firmou contratos com as empresas provedoras de fornecimento dos meios circulantes*".

Em relação a mesma questão, os gestores os gestores (Bx e By) descrevem que "*a recolha e limpeza de lixo é realizada em função do plano previamente elaborado, tendo em conta a densidade populacional e o volume de lixo acumulado nos diversos pontos de depósito dos resíduos sólidos*".

Considerando que o foco é ver a cidade limpa, os gestores os gestores (Bx e By), descrevem que "em cada bairro municipal existem pontos de transferência dos resíduos sólidos, os chamados "pontos focais", que são provedores privados (particulares) que recolhem resíduos sólidos nos lugares devidamente identificados.

No que se refere a contratação de empresas para aluguer de viaturas e outros meios circulantes para a recolha e limpeza de lixo, os gestores (Bx e By) afirmaram que "*a contratação se procede por meio de um concurso público por forma a criar mais transparência no processo*".

Portanto, em outro desenvolvimento, os gestores afirmaram que "*a concessão de prestação de serviços de recolha e limpeza de lixo obedece ao princípio de concessão de serviços plasmados no artigo nº21 da Postura de limpeza de resíduos sólidos do conselho municipal, que indica que "o conselho municipal concede liberdade de contratação para prestação de serviço de limpeza através de celebração de contrato de serviços envolvendo entidade privadas no sistema de limpeza desde que se encontrem devidamente licenciadas*".

Ainda sobre a mesma questão, a estratégia adotada de produção conjunta de serviços (produção interna e externa de serviços), foi pela ineficiência de produção interna e total dos serviços de recolha e limpeza de lixo, daí que por decisão institucional, remeteu-se a contratação de provedores dos serviços no aluguer de viaturas e outros meios circulantes para a recolha e limpeza de lixo.

No que se refere a questão sobre a alocação de contentores de lixo, os gestores (Bx e By) consideraram que a mesma é realizada de acordo com a densidade populacional e nos mercados de maior dimensão, e aglomeração de pessoas visa permitir que os munícipes residentes possam ter a disponibilidade e acessibilidade em depositar lixo a qualquer momento.

Em relação a questão de despesas com aluguer de viaturas e outras despesas com a recolha e limpeza de resíduos sólidos, os gestores (Bx e By) descreve que por mês, o conselho autárquico gasta por mês perto de 15.000.000,00mts (quinze milhões de meticais) para aluguer de meios circulantes (camiões, tratores, *skips*, camiões compactadores) e combustível para a recolha e limpeza de lixo.

Por fim, os nossos entrevistados (Bx e By), consideram que "*a recolha e limpeza de resíduos sólidos são satisfatórias embora haver dificuldade na recolha e limpeza em todos os bairros, pela insuficiência de meios circulantes, meios financeiros e outros constrangimentos*". Outro fator apontado é "*a forma desordenada que os munícipes procedem o depósito de lixo nos contentores ou outros lugares indicados. Por vezes, os munícipes depositam o lixo fora dos contentores de lixo e fora da área indicada para o efeito, oque cria constrangimentos na recolha*".

Na autarquia B1, os gestores entrevistados (D1 e D2) descrevem que "*a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos, é realizado pelos funcionários da empresa municipal de saneamento (EMUSANA[57]), ou seja, a autarquia local optou pela produção interna de serviço. A empresa funciona totalmente com base no orçamento do Estado e de receitas próprias*".

Em outro desenvolvimento os gestores (D1 e D2) consideram que "*a gestão de serviços de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos) tem sido boa embora com dificuldades por insuficiência de equipamentos, contentores de lixo, meios de transporte (camiões, pá-escavadora, skips, moto-contentores, etc).*

Relativamente a questão sobre o número de contentores de lixo, os gestores (D1 e D2) afirmam que "*foram alocados 40 contentores de lixo, contudo este número não é suficiente; precisamos de 150 contentores de lixo para cobrir toda a cidade e alocamos em função da proporcionalidade da densidade populacional. Portanto, reconhecemos a insuficiência de contentores de lixo é considerada um dos fatores que influencia aos munícipes a depositarem o lixo em lugares inapropriados, colocando em causa a saúde pública*".

No que se refere questão da limpeza de valas de drenagens e esgotos, os gestores (D1 e D2) descrevem que "*tem havido campanhas de limpeza envolvendo a comunidade (munícipes e autoridades dos bairros). Os gestores entrevistados afirmaram* que "*…as atividades são suportadas pelo orçamento do Estado, doações do Banco Mundial e das receitas próprias*".

Na autarquia C, os gestores entrevistados (Q1 e Q2) afirmam que autarquia local optou pela produção interna de serviços, ou seja, é realizado pelos funcionários da empresa municipal de saneamento (EMUSA)[58], por recursos materiais e financeiros próprios. Relativamente a questão de alocação de contentores de lixo, o gestor (Q1) descreve que "*estão disponíveis em toda cidade 45 contentores alocados nas principais avenidas, nos mercados e nos lugares de maior aglomeração de pessoas. No desenvolvimento da questão, o gestor (Q1) referiu que o*

[57] É uma empresa pública municipal dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e tem por objeto a gestão, planificação, operação, investimento na prestação de serviço de saneamento, resíduos sólidos, abastecimento de água potável, educação sanitária, entre outros (Deliberação nº20/AMN/2015).

[58] Empresa Municipal de Saneamento, é uma empresa pública dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, que tem por objeto a gestão, planificação, operação, manutenção e investimento na prestação de serviços de saneamento, gestão de resíduos sólidos, directamente ou por via de contratação e parcerias (Resolução nº8/2014).

número de contentores alocados não é suficiente e que para tal, devia-se alocar no mínimo 150 contentores de lixo para fazer face o depósito e recolha de lixo".

No que se refere a questão da limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos, o (Q1) descreve que se realiza limpeza de valas de drenagens e esgotos em colaboração com os munícipes e autoridades dos bairros[59] em particular os bairros com valas de drenagens[60]. No prosseguimento da entrevista e relativamente a questão sobre a despesa/orçamento gasto para a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos, o (Q1) revela que o "*orçamento para suportar as despesas provém do orçamento do Estado e de receitas próprias. Em conformidade com a questão acima referenciada*, a empresa municipal de saneamento gasta em média por mês um total de 3.484.525,30mts (*três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro, quinhentos e vinte e cinco e trinta meticais*).

Em outro desenvolvimento, o (Q1) descreve que "…*existe esforços da edilidade em garantir a recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos embora ser difícil porque muitos munícipes depositam lixo nos lugares inapropriados… e pela insuficiência de orçamento*". Por fim, os entrevistados (Q1 e Q2) descrevem que não tem sido fácil fazer a gestão de recolha de recolha de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos pelo fato de não existir orçamento suficiente. Na autarquia C1, o gestor (E) entrevistado refere que "a instituição municipal optou pela produção interna de serviços, ou seja, a recolha de resíduos sólidos é realizada com recursos próprios (recursos humanos, financeiros e patrimoniais).

No que se refere a estratégia de recolha e limpeza de lixo, o gestor (E) descreve que "…*o Conselho Autárquico não colocou contentores de lixo em todas avenidas, mas sim, optou pela alocação dos contentores nos lugares de maior aglomeração de pessoais, tais como como mercados, feiras e ruas/avenidas com maior concentração de pessoas".* O gestor (E) afirmou ainda que " *sempre que necessário ocorre sensibilização aos munícipes e agentes económicos a fim de serem portadores de recolha e limpeza de lixo primário, ou seja, os residentes e agentes económicos são portadores de recolha primária do lixo em sacos plásticos até ao local indicado pela autarquia local e por sua vez, no período estabelecido, os funcionários do setor de saneamento passam a recolher o lixo nos lugares indicados.*

[59] Secretário de bairro e chefe de quarteirão

[60] Vide anexo IV (Imagem de limpeza de valas de drenagens-Quelimane).

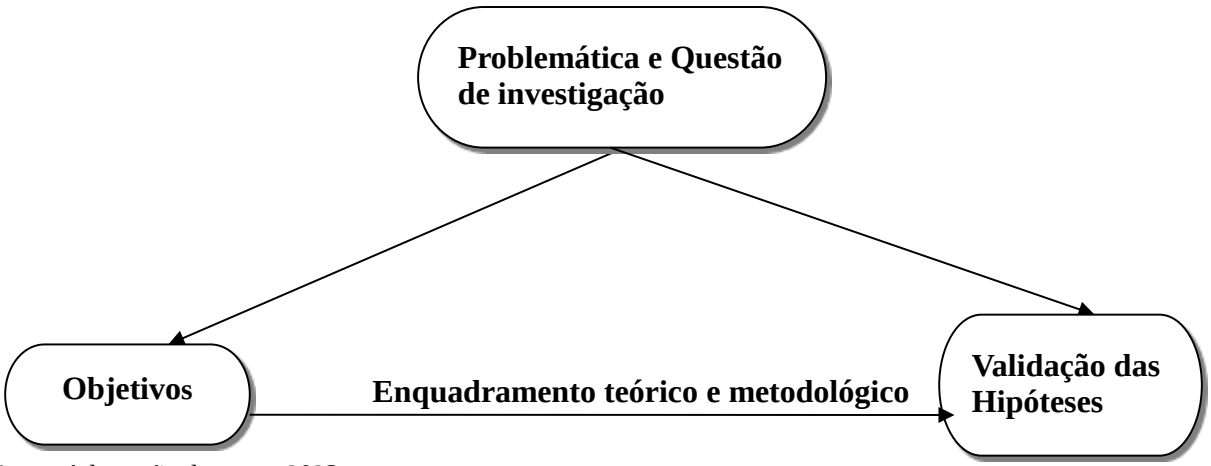
Relativamente a questão do número de contentores, o gestor (E) referência que "*foram distribuídos e alocados em toda cidade apenas 95 contentores de lixo, um número considerado insuficiente tendo em conta o número de bairros ou locais com maior frequência de pessoas e em locais de maior aglomeração.* No desenrolar da mesma questão*, o entrevistado frisou que, para toda cidade, estima-se a alocação de 200 contentores de lixo, este número considerado suficiente*".

Relativamente a limpeza de estradas, limpeza de valas de drenagens e esgotos, o gestor (E) descreve que "…está *a atividade é realizada pelos funcionários afetos a direção, contudo existem algumas empresas provedoras de serviços de limpeza de esgotos; que prestam serviços aos munícipes nos casos em que o camião esteja ocupado…*". Um dado importante, nesta autarquia local, todos os funcionários afetos ao serviço de recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos beneficiam-se de produtos de higiene e limpeza individual (sabão, detergentes) e ainda de produtos alimentares (leite). Estes produtos são entregues todas as semanas e sempre que necessário.

Capitulo VI: Discussão dos resultados e validação das hipóteses

A discussão dos dados e validação das hipóteses constitui a última parte do trabalho científico e tem como objetivo confrontar, comentar e interpretar os dados obtidos e testar as hipóteses. A Figura 7 abaixo, descreve os procedimentos que construíram a fundamentação, análise e discussão de dados e a testagem das hipóteses.

Figura 7. *Design* de tratamento de dados



Fonte: Adaptação do autor, 2023

No quadro teórico, um dos aspetos cruciais referenciados na terceirização é a redução de custos, eficiência e eficácia de serviços (qualidade). Por um lado, os resultados do estudo, ficou evidente que a terceirização não garante a redução de custos nos serviços de saneamento nas autarquias locais e por outro lado, não encontramos evidências concretas que provam que a terceirização garante a qualidade destes serviços. Os dados das tabelas (17-35) provam que os munícipes das autarquias locais A e B, que optaram pela terceirização de serviços e parceria público-privado, respetivamente estão insatisfeitos com a qualidade de serviços de saneamento.

Na verdade, o fator redução de custos na terceirização revelou não ser a questão essencial, pois constatou-se que a autarquia A (com serviços terceirizados) gasta perto de 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de meticais) por mês para recolha e limpeza de lixo enquanto a autarquia C gasta perto de 18.000.000,00 (dezoito milhões de meticais). Embora a autarquia A tenha terceirizado os serviços e autarquia C e C1 tenham optado pela produção interna de serviços, ficou provado que os munícipes das autarquias C e C1 estão satisfeitos com os serviços.

Não encontrando evidências neste estudo que a terceirização reduz custos, anula as hipóteses (H3 e H4) ao referirem que a produção de serviços por meio de contratação conjunta e/ou terceirização garante qualidade e redução de custos contrariando os argumentos de Warner & Bel (2008); Bel, Fageda & Warner (2010), ao afirmarem que a expetativa de redução de custos deriva principalmente da noção de que a concorrência aumenta a pressão para alcançar eficiência com custos mais baixos e a competição do setor privado pode ser a melhoria de eficiência geradas entre os produtores públicos como uma resposta a pressão competitiva e *benchmarking* de fornecedores privados (Bel, 2006; Bel, Fageda e Warner, 2010).

6.1 Terceirização como fator de qualidade de serviços saneamento/satisfação dos munícipes

A literatura defende que a terceirização garante a redução de custos, melhoria de eficiência de serviços e a qualidade de serviços (Bonberger & Jensenn, 1997; Petersen, Lindholst & Houlberg, 2017). Neste estudo, os resultados do inquérito por questionário[61] revelam que os munícipes das autarquias locais (A e B), que adotaram pela terceirização e por meio de contratação conjunta (parceria público privado) estão insatisfeitos com a qualidade de serviços de saneamento. Com estes resultados do inquérito, coloca em terra a abordagem teórica e hipóteses que *os serviços de saneamento/salubridade tem melhor qualidade nas autarquias locais onde terceirizam os serviços,* baseando-se no princípio de a adoção de políticas de gestão que se baseia na eficiência e eficácia dos serviços que salvaguardam o bem-estar da população.

A hipótese refutada, é defendida por (Hart et al., 1997); Hefetz & Weimer, 2011) ao afirmarem que a contratação privada de serviços terá mais incentivos para inovar porque tem maior probabilidade de obter os benefícios dos ganhos da eficiência com o aumento dos lucros e reduz custos em detrimento da qualidade de serviços.

O argumento que a terceirização garante a qualidade advém dos pressupostos do modelo da nova gestão pública que segundo (David Mogan, 1997; Rodrigues, 2009) consideram que o novo modelo de gestão adotado pretendia-se ultrapassar as premissas do modelo burocrático e na produção interna (através dos seus próprios meios) de bens e serviços, pelo fato de cada vez mais os governantes locais adotarem várias formas de privatização associado aos argumento de

[61] Ver tabela 40

Hood (2000) que referenciando existir vários estudos examinando a terceirização para a coleta de lixo do que para qualquer outro serviço municipal, devido a disponibilidade de dados, o que não é surpreendente, porque os dados de qualidade são mais fáceis de adquirir e a terceirização resulta em mais eficiência do que a produção interna (Rodrigues, 2009).

Neste caso, a adoção das formas de gestão de serviços (externalização e privatização) pode ter a ver com as crises económicas que afetaram a realidade e o poder local e os problemas financeiros avolumaram-se com a diminuição de receitas face a constante evolução das despesas (Rodrigues, 2009). A introdução de novas formas de gestão de serviços públicos, permitiu que os governos locais recorressem ao mercado e da automização da gestão que contribuíram para o aumento da propensão à adoção da nova gestão pública e consistia em procurar soluções que implicassem a gestão privada e uma das soluções encontradas foi a "*contratcting out*", da privatização, da introdução dos quase-mercados passando os privados a apresentarem-se como possíveis alternativas para a produção do bem-estar social (Sandersonm 2001; Rodrigues, 2009).

Embora vários estudos revelam que a terceirização garante a eficiência dos serviços e economia de custos, o presente estudo evidenciou o contrário, destacando que a qualidade de serviços de recolha e limpeza de lixo nas autarquias locais com serviços terceirizados não são satisfatórios, invalidando a hipótese (H3 e H4) que a qualidade de serviços de saneamento está diretamente ligada a terceirização de serviços, dando suporte a abordagem de (Pollitt & Bouckaert, 2000); Gaspareniene & Vasauskaite, (2004); Hefetz & Weimer, (2011) ao afirmarem que os contratos de terceirização e uso de fornecedores externos não garantem a alta qualidade de serviços. A nulidade das hipóteses acima mencionadas, justifica-se pelos resultados do inquérito por questionário, evidenciando insatisfação dos munícipes corelação aos serviços de saneamento nas autarquias locais A e B.

Em suma, os resultados demostram que a terceirização não assegurou melhoria da qualidade nos serviços de saneamento. Neste caso, as autarquias locais que optaram pela gestão indireta mostrou maior insatisfação por parte dos munícipes. Com base nestes resultados, podemos concluir que a eficácia da terceirização depende da governança contratual e a hipótese que a terceirização garante a qualidade de serviços não foi confirmada.

6.2 Produção interna de serviços/satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento

Os resultados do inquérito por questionário[62] revelam categoricamente que a autarquia local (C1) que optaram pela produção interna de serviços de saneamento e/ou salubridade apresentam resultados positivos em relação ao serviços de saneamento.

Os resultados apontam que os munícipes desta autarquia estão satisfeitos com os serviços, provando que a produção interna de serviços garante a qualidade de serviços, contrariando os pressupostos teóricos que a mudança em direção a prestação de serviços públicos pelo mercado, especialmente a terceirização, foi concebida como um meio de promover a eficiência, alinhar, melhorar os objetivos gerenciais com as preocupações dos cidadãos e promover o desenvolvimento local (Weimer & Hefetz, 2011).

A justificação apresentada pelos autores, não foram encontradas no presente estudo, destacando as autarquias locais que optaram a produção interna de serviços apresentam maior nível de satisfação dos munícipes, validando a hipótese (H_2) que a produção através de mecanismos interno tem a maior probabilidade de melhorar a qualidade de serviços de saneamento.

A escolha de produção interna de serviços na autarquia C1, pode ser justificada pela análise dos custos de transação decorrente da análise e seleção dos mecanismos de produção para minimizar os riscos associados a prestação de serviços sob arranjos institucionais alternativos (Brown & Potoski, 2003) e podem ser derivados pelo tipo de serviços a ser produzido, a natureza de mercado de serviços, da incongruência de metas entre o governo e o fornecedor, pela inexistência de provedores destes serviços no território local e quando os mercados de serviços contam com menos fornecedores.

Neste caso, o risco de oportunismo pode aumentar e estar associados aos custos relativos aos fatores tradicionais, tais como de ativos fixos sendo mão-de-obra e capital e os custos de transação relativos aos custos comparativos de planificação, adaptação e monitoramento de conclusão de tarefas sob estruturas governamentais alternativas (Williamson, 1981; Brown & Potoski, 2003).

[62] Ver tabela 40

Os resultados do inquérito por questionário, provou que a terceirização de serviços não garante a qualidade de serviços e satisfação dos munícipes face aos serviços de saneamento e/ou salubridade nas autarquias locais.

Ao contrário dos resultados deste estudo, Weimer & Hefetz (2011, p.294) descreverem a escolha de terceirização enfatiza as diferenças de propriedade, interesse e respostas de gerenciamento, razão pela qual afirma-se que os serviços que são mais específicos para ativos, tem mais dificuldade de gerenciamento de contratos ou tem mais interesse público serão mais prováveis de serem obtidos por meio do setor público-seja diretamente ou por meio de contrato inter governamentais. Importa salientar que a decisão de externalizar ou internalizar serviços, depende em grande parte dos custos de produção, sobretudo das caraterísticas especificas de cada transação, bem como da natureza do ambiente institucional em que a transação esta sendo realizada (Caballero & Onete, 2016).

6.3 Conceção dos gestores & formas de gestão dos serviços

Relativamente a conceção dos gestores dos serviços de saneamento e ou salubridade das autarquias locais, fica provado que "*os serviços constituem um dos desafios das autarquias locais sendo um dos pilares dos serviços públicos que constam nas atribuições das autarquias locais atribuídas no âmbito do processo de criação dos municípios*[63]", a valorização dos serviços públicos constitui um dos pilares do processo de descentralização e reforma do sistema da administração do Estado em Moçambique (Simione, 2016).

Os resultados da entrevista aos gestores dos serviços de saneamento/salubridade, provou que existe *dificuldade em manter e garantir os serviços públicos de saneamento municipal derivados de insuficiência de recursos financeiros para suportar todas as despesas, desde o pagamento de salários aos trabalhadores sazonais, pagamento aos fornecedores externos de serviços, aquisição de contentores de lixo, aquisição de equipamentos de proteção individual, despesas com manutenção de meios circulantes, aquisição de combustíveis e lubrificantes, aquisição de meios de trabalho, entre outras despesas*".

63 Lei nº2/97 de 18 de Fevereiro

Entretanto, a literatura evidencia que existem fracassos na gestão de serviços terceirizados quando os governos não têm capacidade suficiente para licitar, alugar e negociar contratos o que pode resultar em dependência das empresas contratadas para prestar serviços e sem meios legais para fazer cumprir o contrato (Kettl, 1993; Brown & Potoski, 2003).

Nesta senda, os pressupostos teóricos apresentados pelos autores, remete-nos a uma reflexão de produzir ou mandar produzir serviços tomando em consideração as dificuldades que os governos locais enfrentam, uma vez que a receita a arrecadar é inferior as despesas a pagar aos fornecedores externos, ou seja, para pagamento a empresas contratadas provedoras de serviços para a recolha e limpeza de lixo nas autarquias locais.

Em suma, os resultados do inquérito por questionário e entrevistas, mostram que as autarquias locais (C e C1) que adotaram a produção interna de serviços de recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos apresentam maior nível de satisfação em relação as autarquias locais que implementaram a terceirização e ou a produção conjunta de serviços, ou seja, que adotaram a produção externa de serviços por meio de contratação de fornecedores externos. A hipótese ora refutada enfatiza a ideia de que a terceirização e privatização são alternativas de gestão de serviços públicos municipais e garante a qualidade de serviços adotando mecanismos de satisfazer os cidadãos (Brown & Potoski, 2003).

De forma geral, podemos concluir que os gestores reconhecem as limitações da produção interna de serviços de saneamento, mas também expressão desconfiança sobre as empresas provedoras de serviços externos, revelando a racionalidade limitada e a contradição entre a lógica política e a técnica.

6.4 Estudo Similar e breves conclusões do presente estudo

Um estudo realizado por James (2007) sobre avaliação de des-confirmação de expetativas e ancoragem de expetativas e satisfação dos cidadãos com os serviços públicos locais, pretendia analisar a expetativa dos cidadãos e dos usuários sobre a qualidade de serviços públicos locais, o desempenho dos serviços e a (in) satisfação com os serviços.

James (2007), sugere que as expetativas precisam ser levadas em consideração com os fatores mais convencionalmente compreendidos ao usar pesquisas de satisfação como uma medida de desempenho, especialmente se o desempenho não for potencialmente superestimado

em áreas com baixas expetativas ou subestimado em áreas com altas expetativas. Em outras pesquisas evidenciam que a satisfação dos cidadãos e usuários também influencia sua voz política, incluindo *lobby* e comportamento eleitoral, e escolha de serviços públicos, como por meio de movimentos entre diferentes jurisdições locais e a insatisfação pode ser um impulsionador particularmente potente da preferência de voto e da escolha do provedor (Tiebout, 1956; James, 2007).

Ademais, a pesquisa de James, revelou que a abordagem das expetativas sugere a possibilidade que a alta satisfação pode envolver baixas expetativas, em vez de simplesmente serviços públicos de bom desempenho e a baixa satisfação pode envolver não apenas serviços com baixo desempenho, mas também altas expetativas. Portanto, a influencia das expetativas pode precisar ser levada em consideração como fator atenuante na avaliação de um serviço publico usando mediadas de satisfação.

Os resultados do presente estudo, evidenciam sobremaneira o excesso de expetativa dos munícipes das autarquias locais em relação a qualidade de serviços de saneamento/salubridade. A expetativa dos munícipes permitiu eleger os seus governantes municipais nas eleições autárquicas de 2013 e 2018. O excesso de expetativa aqui referida, pode ser pelos manifestos eleitorais dos candidatos a cargo de presidente das autarquias locais apresentarem garantia de melhoria dos serviços de saneamento municipal. Ao depositarem confiança, os munícipes acreditavam que os serviços de saneamento e/ou salubridade seria melhorado.

Embora os munícipes tenham esta convicção que os serviços de saneamento seriam melhorados, os resultados[64] do presente estudo provou de forma inequívoca que os dirigentes eleitos nas últimas eleições autárquicas (2018) com exceção da autarquia C1 não conseguiram satisfazer positivamente os munícipes com os serviços de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos).

Desse modo, os resultados do estudo sugerem que as autoridades locais podem ser capaz de aumentar a probabilidade de satisfação dos indivíduos, diminuindo expetativas, embora seja necessário mais trabalho como forma de evitar a culpabilização, no sentido de evitar a insatisfação associada a desilusão pelo não cumprimento dos padrões de desempenho esperados (James, 2007).

[64] Ver tabela 40

Capítulo VII: Conclusão

7.1 Conclusão final

Em Moçambique, decorridos 49 anos depois da independência nacional e 27 anos após a criação e implementação das autarquias locais, nota-se a ineficiência de serviços públicos municipais sobretudo na gestão de saneamento (recolha e limpeza de lixo, limpeza de estradas, valas de drenagens e esgotos) nas autarquias locais. A gestão de saneamento em particular a recolha e limpeza de lixo, tem sido foco de discussão dos munícipes residentes em várias autarquias locais motivados pela ineficiência de serviços trazendo consequências negativas aos cidadãos.

Os benefícios da aplicação das ferramentas da nova gestão pública na gestão de serviços públicos têm sido visível e marcado por debates e estudos recorrentes por existirem evidências que a subcontratação de empresas privadas (externalização de serviços) é comum na recolha de lixo pelo fato de se provar que a sub-contratação, ou seja, a externalização de serviços sugere a redução de custos e melhora a eficiência dos mesmos (Bel & Fageda, 2007; Bel & Fageda, 2008). Por outro lado, estudos empíricos evidenciam que os governos locais podem usar a cooperação intermunicipal para explorar economias de escala na recolha de resíduos sólidos (Warner & Hefetz, 2000; Bel & Fageda, 2008).

Havendo inexistência de estudos realizados em Moçambique sobre terceirização de serviços públicos municipais, em particular das formas de prestação de serviços de saneamento, procuramos neste estudo analisar como a terceirização pode ser alternativa de prestação de serviços sob ponto de vista de redução de custos e qualidade nas autarquias locais.

Considerando o objetivo da investigação, o estudo foi realizado em (5) cinco autarquias locais, nomeadamente, Maputo e Matola (zona sul), Chimoio e Quelimane (zona centro) e Nampula (zona norte do país), consideradas as maiores e principais, tendo em conta a sua categorização nos termos da resolução nº7/87 de 25 de Abril. No presente estudo verificou-se que as autarquias locais de Maputo e Matola utilizam a terceirização e produção conjunta de serviços (parceria público-privado), Chimoio, Quelimane e Nampula adotaram a produção interna de serviços (internalização), destacando as autarquias de Quelimane e Nampula que criaram empresas municipais de saneamento.

O objetivo da investigação foi materializado com recurso a pesquisa qualitativa e quantitativa, com base na problematização e contextualização do estudo sobre terceirização como forma de prestação de serviços, destacando o contexto da reforma da administração pública e a criação das autarquias locais em Moçambique.

Portanto, a revisão da literatura permitiu compreender nos estudos empíricos que as ferramentas de gestão da nova gestão pública (sub-contratação, terceirização de serviços e produção conjunta) sugerem a redução de custos e melhora eficiência nos serviços públicos (Brown & Potoski, 2003; Potoski & Slyke, 2008; Bel & Fageda, 2008; Warner & Hefetz, 2011).

A filosofia da nova gestão pública permite que os governos decidam como fornecer os serviços, pois tradicionalmente os governos produzem internamente os serviços, ou seja, eles próprios fazem os serviços, com seus próprios funcionários, escritórios e equipamentos (Stein, 1990; Salomon, 2002; Brown & Potoski, 2003).

Portanto, com base na literatura permitiu compreender que a terceirização surge no contexto da reforma da administração pública, e em particular da reforma do estado, que outrora baseava-se no centralismo político e administrativo e sobretudo com o fracasso do Estado de bem-estar social. Com o fracasso do Estado de bem-estar social emerge a nova gestão pública com a finalidade de melhorar a eficiência, redução de custos e eficácia na prestação de serviços.

A reforma da administração pública, permitiu que Moçambique inicia-se o processo de reforma na constituição da república, visando criar bases para criação das autarquias locais, criando o quadro jurídico para criação das autarquias locais através da lei 9/96 de 22 de Novembro e que posteriormente veio a ser aprovada na assembleia da república a lei nº2/97, de 18 de fevereiro, o chamado lei das autarquias locais, que procurava dotar de igual autonomia do governo central dando liberdade de escolha dos modelos de gestão a adotar nos serviços públicos municipais.

Face a este posicionamento defendido pelos autores referenciados, o estudo procurou comparar a perceções e níveis de satisfação dos munícipes residentes nas cinco autarquias locais em relação a gestão de serviços de saneamento. Neste contexto, com base nos dados estatísticos, verificou-se que os munícipes das autarquias locais A e B estão insatisfeitos com a forma de gestão dos serviços em estudo, embora a literatura invoque que uso de ferramentas de gestão privado no setor público garante a melhoria de eficiências e redução de custos, maior desempenho e motivação (Pollit, 1990; James, 2003; Diefenback, 2009).

Este resultado permite-nos concluir ainda que a terceirização não garante a qualidade de serviços refutando a hipótese que "*as autarquias locais que optam pela produção externa tem maior probabilidade de redução de custos e qualidade de serviços"* contrariando evidenciado no estudo realizado por (Bel, Fageda & Warner, 2010), sobre a produção privada dos serviços de coleta de resíduos sólidos e abastecimento de água, que evidenciam a economia de custos com a produção privada dos serviços de recolha de resíduos sólidos pelas características dos custos de serviços, aos custos de transação e ao ambiente político que estimula a concorrência e validando a posição dos críticos de terceirização ao afirmarem que o uso de serviços de fornecimentos externos não garante a alta qualidade de serviços e baixos custos (Pollit & Bouckaert, 2000).

Em função dos resultados da investigação, foi possível verificar inexistência de concorrência para prestação destes serviços, sobretudo na recolha e limpeza de lixo como refere (Warner & Bel, 2008; Bel, Fageda & Wermer, 2010) ao descrever que a expetativa de redução de custos derivam principalmente da noção de que a concorrência aumenta a pressão para alcançar eficiência com custos mais baixos.

Ainda com base no inquérito por questionário, concluímos que as autarquias locais (C e C1) que adotaram a produção interna de serviços apresentam maior nível de satisfação em relação aos serviços de saneamento validando a hipótese (H_2) ao descrever que "*a produção interna de maior probabilidade de melhorar a qualidade de serviços de saneamento nas autarquias locais*". Em termos comparativos, os resultados mostram que os munícipes das autarquias C e C1 estão satisfeitos com os serviços de saneamento. Com base nestas evidências de satisfação dos munícipes concluímos que a forma de gestão de serviços usados nestas autarquias é consideravelmente aceitável.

Portanto, em todas questões do inquérito e entrevistas aos munícipes das autarquias locais, o nível de insatisfação com a forma de gestão de saneamento assenta-se nas cidades A e B, mesmo aplicando as ferramentas de gestão privado no setor público sugeridos pela nova gestão pública e os munícipes da autarquia C_1 apresentam maior índice de satisfação em relação aos serviços.

No que diz respeito a inclusão ou participação do cidadão, os resultados mostram que os munícipes da autarquia local B estão insatisfeitos por constatarem que a inclusão ou participação acontece apenas em períodos eleitorais, quando os candidatos procuram auscultar e procurar resolver os problemas mais visíveis enquanto os munícipes da autarquia local C_1

revelam estar satisfeitos pela forma transparente e inclusiva adotado pela autoridade competente desta autarquia.

Conforme os dados da investigação mostram que a autarquia local C1 implementou um sistema inclusivo de gestão municipal, ao criar equipes de trabalho para a sensibilização dos cidadãos e agentes económicos a deitar lixo nos lugares apropriados e no uso de sacos plásticos para depósito de lixo nos locais indicados. O elevado nível de satisfação dos munícipes desta autarquia pode ser justificado pela sua dimensão e o número de munícipes residentes, socorrendo-se dos argumentos de Bel (2006) ao afirmar que a produção interna é mais comum em pequenas cidades, onde o padrão U (invertida).

Portanto, a opção no uso da produção interna de serviços (internalização) nesta autarquia pode ser justificada nos termos da lei nº2/97 de 18 de Fevereiro ao referir que as autarquias locais dispõe de liberdade de escolha das modalidades de gestão dos serviços autárquicos (Cistac, 2012) e socorrendo-se da abordagem de (Stein, 1990: Salomon, 2002, Brown & Potoski, 2003) aos descreverem que os governos decidem como fornecer os serviços, produzem serviços internamente ou seja, eles próprios fazem os serviços, com seus próprios funcionários, escritórios, equipamentos).

Neste caso, a escolha de produção interna de serviços por esta autarquia é justificada pelos custos de transação decorrente da análise e dos mecanismos de produção para minimizar os riscos associados a prestação de serviços sob arranjos institucionais alternativos (Brown & Potoski, 2003) derivados do tipo de serviço, a natureza de mercado e da incongruência de metas entre o governo e o fornecedor.

Por outro lado, a não adoção das novas formas de gestão de serviços municipais de saneamento pode estar associados com as crises económicas e financeiras que afetam a realidade moçambicana e o poder local. Os problemas financeiros aumentaram com a redução de receitas face a constante evolução das despesas com vários serviços ou atividades a serem realizadas pelas autarquias locais decorrentes das exigências dos munícipes.

Dada a complexidade do estudo, foi necessário perceber dos munícipes sobre seu envolvimento nos programas de governação municipal. Portanto, olhando para o cenário de inclusão, transparência na gestão do setor público, os resultados do inquérito por questionário mostrou que os munícipes são envolvidos na divulgação dos programas de governação municipal apenas quando se aproxima ou nos pleitos eleitorais.

Os resultados corroboram a visão de Veiga & Veiga (2005, p. 867) ao afirmarem que "*os políticos apenas se preocupam em convencer o eleitorado para o conquistar ou o reconquistar com promessas de mudança e melhoria das condições dos habitantes é descrito ao afirmar que os políticos oportunistas, estimulam a economia na véspera dos escrutínios de forma a aumentarem a sua probabilidade de reeleição e que, após as eleições, eliminam a inflação que resulta deste comportamento através de uma rescisão*".

Veiga & Veiga (2005, p.867) destacam que "*nas vésperas das eleições, os governantes oportunistas tiram partido da assimetria de informação procurando sinalizar, através dos instrumentos de política económica, um elevado grau de competência ao elevador, dando assim origem ao ciclo político-económico*". Este posicionamento, fica evidente que os governantes locais se preocupam em ganhar mais eleitorado quando se aproxima os pleitos eleitorais em vez de garantir a satisfação dos munícipes.

Em suma, embora exista uma corrente forte que apoia a terceirização como alternativa de gestão e garanta a qualidade de serviços, fica por terra e não se provou neste estudo que a terceirização garante a qualidade e economiza custos com a produção, concordando com a abordagem que o uso de fornecedores externos e ou contratos de terceirização não garante a alta qualidade de serviços.

Entretanto, sendo o primeiro estudo sobre a terceirização dos serviços de saneamento como alternativa de prestação de serviços nas autarquias locais em Moçambique, o estudo concluiu que os modelos de gestão a usar nos serviços municipais dependem da situação financeira, da dimensão da autarquia local, densidade populacional, da concorrência de fornecedores de serviços (mercado) e da liderança autárquica.

Considerando o objetivo central da investigação, conclui-se que:

- ✓ Terceirização não garante à qualidade dos serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique, pós ficou provado neste estudo que o alto nível de insatisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento verificou-se nas autarquias locais com serviços externalizados;
- ✓ As autarquias locais que optaram pela produção interna de serviços apresentam maior nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento. Ficou provado que os munícipes das autarquias locais que optaram pela produção interna de

serviços estão satisfeitos com a qualidade de serviços de saneamento corroborando com a H_2 do presente estudo;

- ✓ Os munícipes em quase todas autarquias estão insatisfeitos com o número de contentores disponíveis para o depósito de lixo. Esta situação verificou-se nas autarquias locais A, B e B1. Os munícipes revelaram que pela insuficiência de contentores de lixo, o lixo é depositado em lugares inapropriados;
- ✓ Inoperância ou demora na recolha e limpeza de lixo nas vias públicas. Os resultados revelam que os munícipes estão insatisfeitos com os procedimentos adotados para a recolha destes resíduos sólidos;
- ✓ Insuficiência de recursos financeiros para pagar as empresas provedoras de serviços, em particular na autarquia A;
- ✓ Movimentação para melhoria dos serviços de saneamento nos anos eleitorais;
- ✓ Ineficiência de fiscalização nos lugares de depósito de lixo. Os munícipes depositam lixo fora dos contentores de lixo;
- ✓ A inclusão ou participação dos munícipes acontece apenas em períodos eleitos eleitorais;
- ✓ As autarquias locais A, B, B1 e C não dispõe de meios circulantes suficientes para os serviços de saneamento;
- ✓ As autarquias locais com menor de população são as que apresentam maior nível de satisfação dos munícipes em relação aos serviços de saneamento;
- ✓ Os resultados revelam que as mulheres inqueridas tendem a ser mais exigentes com os serviços de saneamento nas autarquias locais;
- ✓ Inexistência de empresas provedoras de serviços para recolha e limpeza de lixo em moçambique;
- ✓ Embora muitos estudos científicos provam que a terceirização garante a melhoria da eficiência dos serviços, neste estudo não foi possível provar esta evidência.

7.2 Contribuição do Estudo

O estudo explora questões das formas de prestação de serviços e terceirização nos governos locais, utilizando perspetivas teóricas institucionais, custo de transação e da escolha pública. Os resultados obtidos vão de acordo com vários estudos evidenciando a várias formas de prestação de serviços nos governos locais contribuindo de certa forma para engrandecer o acervo bibliográfico da administração pública moçambicana.

Sendo um estudo relevante em Moçambique, permitiu compreender que as formas de gestão adotados nos serviços públicos municipais são desafiadoras e que merecem maior atenção aos governos locais, pelo fato de se verificar que o lixo é um problema que afeta o mundo, sobretudo nas cidades com maior número de população.

7.3 Limitações/Constrangimentos da Pesquisa

O resultado do estudo mostrou efetivamente a importância da descentralização e a utilização de várias formas de gestão de serviços público nas autarquias locais em Moçambique. Embora o estudo tenha resultados positivos, foram constatadas limitações, tais como:

- ✓ Indisponibilidade dos gestores em responder questões e fornecer informações sobre o orçamento (alocação do orçamento e despesas) com os serviços de saneamento e/ou salubridade, que permitiria conhecer os custos derivados de com os serviços de saneamento;
- ✓ Não abrangência de maior número de autarquias locais;
- ✓ Indisponibilidade dos munícipes em responder o inquérito por questionários na autarquia local B;
- ✓ Insuficiência e/ou inexistência de estudos sobre a terceirização dos serviços de saneamento nas autarquias locais em Moçambique;
- ✓ Interrupção do pagamento de bolsa de estudos condicionou a recolha de dados na íntegra em todos os municípios em estudo e outros.

7.4. Futuras linhas de investigação

A investigação científica não produz estudos acabados. As conclusões alcançadas com base neste estudo, podem abrir portas para pesquisas posteriores sobre terceirização de serviços públicos nas autarquias locais em Moçambique.

No entanto, para o futuro, poder-se-á estudar outros aspetos ou outras formas de gestão de serviços de saneamento e/ou salubridade nas autarquias locais.

A utilização de modelo de gestão (parceria-público privado) ou produção conjunta de serviços de saneamento e/ou salubridade como alternativa prestação de serviços nas autarquias locais.

Bibliografia

AFRIMAP- Moçambique (2009).Democracia e Participação Política-um relatório publicado pelo AFRIMAP e pala Open Society Iniciative for Southern África,

Alonso, J. M., Clifton, J., &Díaz-Fuentes, D. (2013). Did new public management matter? Public Management Review.

Azevedo, A. C. (2019). Reformar a Administração Pública no novo mundo saído da guerra. Projeto nacional ou dinâmica global? Revista de administração pública. Rio de Janeiro 53:960-974.

Banco Mundial. (2009). Desenvolvimento Municipal em Moçambique: as lições da primeira década.

Baptista, M. B.; Barraud, N, N. O (2005). Técnicas Compensatórias em Drenagem Urbana. 1 Ed. Porto Alegre:

Baptista, Cristina Sales Sousa &Maria J. (2014). Como fazer investigação, dissertação, teses e relatórios. 5ªed. Lisboa. Pactor.

Batista, B, Alves, Aline, T. A. da R. B. Alcântara, Ana, N, Andréa, U, Carina, C, Cleidson, V, Rodrigues, D, Moreira, E, Silva, F, Ribeiro, E., Demba, J, Lapa, L. D, Paz, Mota, M, e Da Silva, P. C. Barros. (2021). Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados (Vol. 2). UA Editora. 1ª Edição.

Banze, F. C. (2019). Descentralização fiscal sem enquadramento no contexto actual das finanças públicas – o caso dos municípios, Propriedade: Centro de Integridade Pública, Maputo.

Barnekov, t.K., & Raffel, J.A. (1990). Public management of privatization. Public Productivity & Management Review, 14(2), 135–152.

Bel, G., Fageda, X., & Warner, M. E. (2010). Is private production of public services cheaper than public production? A meta-regression analysis of solid waste and water services. Journal of Policy Analysis and Management, 29(3), 553-577.

Bel, Germà; Gradus, Raymond (2018). Privatisation, contracting-out and inter-municipal, Cooperation: new developments in local public service delivery. Local Government Studies, v. 44.

Bel, G., & Fageda, X. (2008). Reforming the local public sector: Economics and politics in privatization of water and solid waste. Journal of Economic Policy Reform, 11, 45-65.

Bel, G. and X. Fageda, (2009). Factors explaining local privatization: A meta-regression analysis. Public Choice, 139, 105–119.

Bilhim, João (2004). A governação nas autarquias locais. Sociedade Portuguesa de Inovação Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A. Produção Editorial Principia, Publicações Universitárias e Científicas. Porto.

Blankart, Charles B. and Gerrit B. Koester (2006). Political Economics versus Public Choice. Two views of political economy in competition, KYKLOS, International Review for Social Sciences. Volume 59, No. 2

Bonelli, F. & Sandro Cabral (2018). Efeitos das Competências no Desempenho de Contratos de Serviços no Setor Público, RAC, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, pp. 487-50.

Brown, T., M. Potoski, and D. Van Slyke. (2016). "Managing Complex Contracts: A Theoretical Approach." Journal of Public Administration Research and Theory 26 (2): 294–308.

Brown, T., and Potoski, M, (2003). Transaction cost and institutional explanations for government services production decisions. Journal of Public Administration Research and Theory, 441-468.

Caballero, G., Soto-Onate, D. (2016). Why transaction costs are so relevant in political governance? a new institutional survey Revista de Economia Política 36(2), 330 352.

Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). Metodologia da Investigação. Lisboa: Universidade Aberta.

Cistac, Gilles, (2012), Institucionalização, organização e problemas do poder local em Moçambique, Jornadas de Direito Municipal Comparado Lusófono, Abril, Lisboa.

Coase, Ronald H. (1937), "The Nature of the Firm," Economical 4 (November): 386–405

Diefenbach, T. (2009). New public management in public sector organizations: the dark sides of managerialistic 'enlightenment'. Public Administration, Blackwell Publishing Ltd, 9600 Garsington Road, Oxford OX4 2DQ, UK and 350 Main Street, Malden, MA 02148, USA.Vol. 87, No. 4, (892-909).

Dias, Marco António (2009). James Buchanan e a "política" na escolha pública.

De Melo S, N.; Neves, F, Isabela; Zandonade, F, J. M; Verga, E. (2017). A teoria dos custos de transação nas pesquisas de estratégia no brasil, Revista Ibero Americana de Estratégia, vol. 16, núm. 2, pp. 4-18 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil.

DUNLEAVY, Patrick. (1992). *Democracy, bureaucracy and public choice*: economic explanations in political science. New York: Harvester Wheatsheaf,

Elinder, Mikael & Henrik, Jordahl (2011). Political Preferences and Public Sector Outsourcing. Research Institute of Industrial Economics. IFN Working Paper No. 877,

Fachin, Odília (2005). Fundamentos de metodologia. Editora Saraiva. 5ª Edição- revista e atualizada pela norma da ABNT 14724.

Franceschini F. and M. Galetto, A. Pignatelli & M. Varetto (2003). Outsourcing: guidelines for a structured approach. Benchmarking: An International Journal. Vol. 10 No. 3, 2003 pp. 246-260.

Ferris, J. M., & Graddy, E. (1999). The role of the nonprofit sector in a self-governing society: A view from the United States. Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations 9, 137-151.

Ferris, J. M., & Graddy, E. (1986). Contracting out: For what? With whom? Public Administration Review, 46, 332-344. doi:10.2307/976307

Forquilha, S. (2020). Reformas de descentralização em Moçambique. O papel das instituições na definição de resultados. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo, Moçambique.

Gil, Antônio Carlos. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, ISBN 85-224-3169-8.

Guambe, Egídio (2019). Renegociar a Centralidade do Estado em Moçambique Municipalização na Beira, em Mueda e em Quissico, Africae, Open Edition Books License, número de registo 9961/isbn 978-989-20-9793-0.

Gowan, M., Seymour, J., Ibarreche, S. & Lackey, C. (2001). Service quality in a public agency: same expectations but different perceptions by employees, managers, and customers," Journal of Quality Management, vol. 6, p. 275-291.

Hart, O. (2003). Incomplete contracts and public ownership: remarks, and an application to public-private partnerships. Economic Journal, 113, 69-76.

Hefetz, A., & Warner, M. E. (2011). Contracting or public delivery? The importance of service, market and management characteristics, Published by Oxford University Press on behalf of the Journal of Public Administration Research.

Hefetz, A., & Warner, M. E. (2004). Privatization and its reverse: Explaining the Dynamics of the government contracting process. Journal of Public Administration, Research and Theory.

Hood, C., & Dixon, R. (2015). Title: What We Have To Show for 30 Years of New Public Management: Higher Costs, More Complaints. Governance,

Ilal, Abdul & Bernhard, W. (2018). Urbanização, serviços públicos e recursos fiscais - os principais desafios para as autarquias moçambicanas uma análise com enfoque nas transferências fiscais intergovernamentais. Conference Challenges of social and economic research in times of crisis, Maputo.

Jamal, S. (2015). Um olhar sobre o processo de descentralização em Moçambique - mecanismos de accountability pública: Orçamento Participativo e os Conselhos Consultivos Locais. 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa.

Jansson, M, Carlström, E, Karlsson, D, Berlin, J (2020). Drivers of outsourcing and backsourcing in the public sector-From idealism to pragmatismo. The Authors. Financial Accountability &Management published by John Wiley & Sons Ltd. Financial Acc &Man. 262-278.

Johansson, T., & Siverbo, S. (2018). The relationship between supplier control and competition in public sector outsourcing. Financial Accountability and Management, 268–287.

Langa, José M. do R. C. (2014). Gestão de resíduos sólidos urbanos em moçambique, responsabilidade de quem? Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 02, n. 10, 2014, pp. 92-105,

Vasauskaite, Jovita & Ligita Gasparenienea (2014). Analysis of the criterions of outsourcing contracts in public and private sectors: review of the scientific literature, Procedia - Social and Behavioral Sciences 156 (2014) 274 – 279.

Lima, J, C. M, Filho, J. M. de V, Neves, T. da C. (2020). Desenvolvimento urbano e cidade: contexto e práticas da integração regional da cidade de Chimoio, moçambique. Revista GeoSertões (Unageo-CFP-UFCG). Vol. 5.

Luísa, A (2015). Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional. Universidade Aberta. 1ª Edição atualizada. ISBN: 978-989-97582-1-6.

Madureira, C; Ferraz, D. (2010). The need of a XXI century governance paradigm for public administration - the specific case of Portugal. Public Policy and Administration-Viesoji Politika ir Administravimas, n. 31, p. 35-48.

Marconi, M. A; Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos da Metodologia Científica. 5ªEdição. São Paulo: Editora Atlas.

Melo, T, M & Fucidji, J. R. (2016). Racionalidade limitada e a tomada de decisão em sistemas complexos. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 3 (144), pp. 622-645.

Mengzhong, Z. & Sun, Jian. (2012). Outsourcing in Municipal Governments, Public Performance & Management Review, 35:4, 696-726

Nelson, M., 1997. Municipal government approaches to service delivery: an analysis from a transaction cost perspective. *Economic Inquiry*, 35 (1), 82–96.

Nelson Dias (2015), Orçamento Participativo de MAPUTO – Manual Metodológico, Banco Mundial/ DFID

Osborne, David; Gaebler, Ted. (1992). Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector. Reading, MA: Addison-Wesley.

Oliver James (2007). Evaluating the Expectations Disconfirmation and Expectations Anchoring Approaches to Citizen Satisfaction with Local Public Services. Published by Oxford University Press on behalf of the Journal of Public Administration Research and Theory.

Petersen, O. H., Hjelmar, and Vrangbæk. (2018). "Is Contracting out of Public Services Still the Great Panacea? A Systematic Review of Studies on Economic and Quality Effects from 2000 to 2014." Social Policy and Administration. Epub ahead of print. DOI: 10.1111/spol.12297.

Pereira, P. T. (1997). A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? Análise Social, vol. xxxii (141), 1997 (2.°), 419-442.

Pereira, Fernando António de Melo (2012). A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado, São Bernardo do Campo, ISSNe 1982-8756 • Ano 8, n. 16.

Peters, B. G. (2003). The Changing Nature of Public Administration: From Easy Answers to Hard Questions, Department of Political Science University of Pittsburgh, Weslay W. Posvar Hall, Pittsburgh, PA 15260, USA.

Pollitt Christopher; Bouckaert G. (2011) Public management reform: a comparative analysis New public management, governance, and the neo-Weberian State, Outsourcing public services Oxford, Oxford University Press.

Pollitt, Christopher; & Bouckaert, G. (2000). Public Management Reform: A Comparative Analysis. New York, NY: Oxford University Press.

Rodrigues, M. Â. Vilela. (2007). A Gestão pública nos governos locais: uma era de mudança e modernização. XII Congreso International del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública.

Rodrigues, Miguel Â. V, De Araújo, J. F. F. Esteves, A. F. Tavares. (2009). A prestação de serviços públicos nas autarquias locais, Municipalismo| Revista Científica.

Rodrigues, M., Tavares, A., Araújo, J. (2012). Municipal Service Delivery: The Role of Transaction Costs in the Choice between Alternative Governance Mechanisms Local Government Studies 38, 615 638.

Rocha, J. A. O. & Zavale, Gonçalves, J. B, (2015). O Desenvolvimento do Poder Local em África: O caso dos municípios em Moçambique, Portugal.

Salvador, M, Riba, C. (2017). Outsourcing as management strategy in local public services. Brazilian journal of public administration. Rio de Janeiro 51 (4):633-652,

Sicoche, B. F. (2014). Estudo comparativo do poder de decidir do município no estado brasileiro e moçambicano. Redes - Revista eletrónica direito e sociedade. Canoas, vol. 2, n. 2

Simione, A A. (2014). A modernização da gestão e a governança no setor público em Moçambique. Rev. Adm. Pública - Rio de Janeiro. 551-570.

Simione, A. Alves. (2016). Dinâmicas do contexto político e administrativo na construção da administração pública em Moçambique, Revista Foco, Brasil.

Silvestre, H. C. (2019). A (Nova) Governança Pública. Escola Nacional de Administração Pública, Brasília: Enap.106 p.

Simione, A. Alves, Fernanda, M, Ivan B. Ckagnazaroff. (2018). A História da Municipalização em Moçambique: Atores, Estratégias e Implicações para a Gestão Pública Local. Revista de Administração de Roraima-UFRR, Boa Vista, Vol. 8 n.2, p.526-549.

Tavares, A.F., and Camões, P.J., (2010). New forms of local governance: A theoretical and empirical analysis of municipal corporations in Portugal. Public Management Review, 12 (5), 587–608.

Thoonen, Theo (2010). Reforma administrativa analítica. In PETERS, Gay.; PIERRE, Jon. (org). Administração pública. São Paulo: Editora UNESP, p. 473-490,

Tomé, D. M. (1998) Metodologia para estruturar o processo de terceirização.

Veiga, L., Veiga, F. (2005). Eleitoralismo nos municípios portugueses. Análise Social, 865-889;

Verga, Everton, De Melo Santos, Nathália; Neves Ferraz, Isabela; Zandonade Falqueto, Junia Maria (2017). A teoria dos custos de transação nas pesquisas de estratégia no brasil, Revista Ibero Americana de Estratégia, vol. 16, núm. 2, pp. 4-18 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil.

Williamson, O.E. (1985). The Economic Institutions of Capitalism. Free Press, New York.

Williamson, O. E. (1981), The Economics of Organization The Transaction Cost Approach. The American Journal of Sociology, v.97, n.3, p. 548-577,.

Williamson, O.E. (1989). Transaction cost economics, The handbook ofindustrial organization, Amsterdam:North-Holland.

Yves-A. Fauré & Cristina U. R. (2012). Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: processos, terrenos e atores. Editor. EDIÇÕES ALMEDINA, S.A. Coimbra.

Zanella, L, Carly H. (2013). Metodologia de Pesquisa, 2ºed. Reimp. - Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC,134 p.

Zavale, Gonçalves, J. B. (2015). Avaliação Relativa da Eficiência na Gestão dos Municípios Moçambicanos. Tese de Doutoramento em Ciências da Administração. Universidade do Minho.

Zhang, Mengzhong and jian Sun (2012). Outsourcing in Municipal Governments: Experiences from the United States and China. Public Performance & Management Review , June 2012, Vol. 35, No. 4 (June 2012), pp. 696-726

Legislação Moçambicana

Lei n° 9/96 de 22 de Novembro

Lei n° 2/97 de 18 de Fevereiro

Lei n° 3/94 de 13 de Setembro

Lei n° 7/97 de 31 de Maio

Lei n° 6/2018, de 3 de Agosto

Lei n° 11/97 de 31 de Maio

Resolução n°7/87 de 25 de Abril

Lei n° 28/2013, de 18 de Novembro

Lei n° 7/2013 de 22 de Fevereiro

Lei nº12/2023, de 25 de Agosto

Lei nº 28/2013, publicada no Boletim da República nº 101, I Série, de 18 de Dezembro de 2013, pág. 1062. Instituto Nacional de Estatística-Censo Populacional de 2017, Maputo

Comissão Nacional de Eleições-Resultados Definitivos das Eleições Autarquias de 2013 e 2018.

Anexos

Anexo 1: Despacho de aprovação do projeto e tema pelo conselho científico

Anexo 2: Despacho de autorização para recolha de dados nas autarquias locais em Moçambique

Anexo 3: Evidências de senário de saneamento/salubridade nas autarquias locais em Moçambique

Anexo 4: Síntese das Questões de Inquérito por Questionário e de Entrevista

5. Comprovativo de Registo de Tese

Campus de Gualtar
4710-057 Braga – P

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

tel.: +351 253 604 510
fax: +351 253 601 380

presidencia@eeg.uminho.pt

Exmo. Senhor
Dr Assinde Joaquim Assumane

sua referência	sua comunicação de	nossa referência	data
		INT-EEG/2023/235	27.01.2023

assunto
Aprovação Projeto de Tese

mensagem

Venho informar que por despacho da Presidente do Conselho Científico da Escola de Economia e Gestão, proferido por delegação de competências, conferidas pelo Despacho nº. 2070/2021 publicado na 2ª série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2021, foi decidido, sob informação da Comissão Diretiva do Doutoramento em Ciências da Administração, aprovar o seu Projeto de Tese de Doutoramento cujo tema é **"**Terceirização de Serviços de Saneamento: Alternativa de Prestação de Serviços nas Autarquias Locais em Moçambique" sob orientação do Doutor Pedro Jorge Sobral Camões, Professor Auxiliar da EEG/UM.

Mais se informa que, ao abrigo do artº 183º do Regulamento Académico da Universidade do Minho deve, no prazo de 30 dias, proceder ao registo da tese (Impresso em anexo) na Escola de Economia e Gestão (tel. 253 604516), e-mail doutoramentos@eeg.uminho.pt.

Os meus melhores cumprimentos.

A Presidente do Conselho Científico

CLÁUDIA MARIA NEVES SIMÕES

Assinado de forma digital por CLÁUDIA MARIA NEVES SIMÕES
Dados: 2023.02.09 15:03:43 Z

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ex.mo. Sr.

Presidente do Conselho Municipal,

O aluno Assinde Joaquim Assumane, docente da Universidade Licungo–Quelimane, encontra-se a desenvolver o seu trabalho de Doutoramento em Ciências da Administração na Universidade do Minho em Portugal. Neste momento ele encontra-se a desenvolver a investigação no âmbito da sua tese sob a minha orientação, Pedro Jorge Sobral Camões, Professor Auxiliar da Escola de Economie e Gestão, o que permitirá obter o grau de Doutor.

No âmbito da investigação que está desenvolver, a análise versa sobre a prestação de serviços de saneamento de serviços públicos nas autarquias locais em Moçambique, e que se orienta pela seguinte questão de investigação: de que forma a terceirização contribui para prestação de serviços de saneamento sob ponto de vista financeiro e a qualidade nas autarquias locais em Moçambique?

Neste sentido, a vossa colaboração através do fornecimento de informação indispensável seria de grande utilidade para a prossecução da investigação e, desse modo, para aprofundar o conhecimento académico sobre a matéria. Os resultados serão, estamos certos, de grande utilidade para a governação municipal.

Na qualidade de orientador, gostaria de reiterar que a Universidade do Minho apoia inequivocamente o desenvolvimento da tese. Reitero ainda que a informação obtida é usada para fins absoluta e exclusivamente académicos, sendo em todas as circunstâncias mantida a reserva de anonimato.

Gostaria de manifestar o mais elevado apreço pela colaboração prestada.

Braga, 1 de Novembro de 2021

Assinado por : **Pedro Jorge Sobral Camões**
Num. de Identificação: BI09299994
Data: 2021.10.29 11:50:48 +0100

Escola de Econ

idade do Minho

MUNICIPIO DE MAPUTO

CONSELHO MUNICIPAL

PELOURO DE DESCENTRALIZAÇÃO BOA, GOVERNAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DIRECÇÃO DE SERVIÇO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Departamento de Planeamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Guia de Apresentação Nº---116---/DMRH/2023

Pela presente, segue a apresentar-se na Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade, o Senhor **Assinde Joaquim Assumane**, Estudante do curso de Doutoramento em Ciências de Administração, para a recolha de dados subordinados ao Tema: **De que forma a Terceirização Contribui para prestação de Serviços de Saneamento sob ponto de vista Financeira e a qualidade nas autarquias Locais em Moçambique**, autorizado por despacho datado de 04 de Dezembro de 2023, do Senhor Substituto da Vereadora de Descentralização, Boa Governação e Recursos Humanos.

Direcção de Serviço Municipal de Recursos Humanos, aos de Dezembro de 2023

Cordiais Saudações

O Director

Prof. Doutor Octávio Manuel de Jesus

/Especialista de Educação/

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA
SECRETARIA MUNICIPAL

Á
UNIVERSIDADE LICUNGO-FACULDADE DE ECONOMIA E GESTÃO
QUELIMANE

MATOLA

N/Ref nº 20 /CMCM/SM/075/23 Data: 13 de Novembro de 2023

Assunto: Envio de Informação Sobre a Pesquisa de Campo

Queiram antes de mais, V.Excia aceitar as nossas cordiais saudações.

Acusamos a recepção da Credencial da Universidade Licungo - Quelimane, Faculdade de Economia e Gestão, que solicita a autorização para o Sr. Assinde Joaquim Assumane, que se encontra a desenvolver o seu trabalho de Doutoramento em Ciências da Administração na Universidade do Minho em Portugal, o qual pretende compreender os procedimentos usados nos serviços de saneamento Público nos Municípios em Moçambique que se orienta pelo seguinte questionário: **"De que forma a terceirização contribui para prestação de serviços de saneamento sob ponto de vista financeiro e a quantidade nas autarquias locais em Moçambique".**

Com efeitos, cumpre-nos informar a V.Exias, que o Senhor Assinde Joaquim Assumane, realizou a pesquisa de campo no Município da Matola na Vereação de Salubridade, Ambiente, Parques e Jardins Municipais, no período de 08 a 13 de Novembro de 2023.

Cordialmente,

Matola, ao 14 de Novembro de 2023

A Secretaria Municipal

Deolinda Moiane
/Técnica Superior N1

DM:MJM

MUNICÍPIO DE NAMPULA
CONSELHO MUNICIPAL
SECRETARIA GERAL

À:
UNIVERSIDADE LICUNGO
QUELIMANE

N/Ref. 917 */CMCN/SG/024.1/2022* *Data:10/06/2022*

ASSUNTO: **TRANSCRIÇÃO DO DESPACHO**

Para o conhecimento de V. Excia, a seguir se transcreve o despacho do substituto do Exmo. Senhor Presidente do Conselho Municipal de Nampula, exarado na vossa nota nº 126/DPG/FEG/UL/2022 de 17/02/2022, na qual solicita autorização para o estudante **Assinde Joaquim Assumane**, a fim de realizar um trabalho de investigação circunscrito às actividades curriculares do curso de Doutoramento em Ciências da Administração, relacionado com a questão: ***de que forma a terciarização contribui para prestação de serviços de saneamento sob ponto de vista financeiro e a qualidade nas autarquias locais em Moçambique??***, cujo teor é seguinte:

"AUTORIZO."

Ass) Ilegível: **LÚCIA JORGE MEDELEMANE.**
(Vereador do PMF)
08/06/2022

Sem mais, as nossas cordiais saudações.

A Chefe do Serviço
ALIMA ALEXANDRE MUSSA
/Técnica/

C/c: EMUSANA

MUNICÍPIO DE QUELIMANE
CONSELHO MUNICIPAL
VEREAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

EXMO/A SENHOR/A:

ASSINDE JOAQUIM ASSUMANE –
843750334/873750334

= QUELIMANE =

N/Ref: 103 **/CMCQ/RH/020** **N/Com:** 04/02/2022 **S/Ref: Carta** **S/Com: 27/01/2022**

Assunto: Nota de Comunicação

Para o conhecimento e devidos efeitos, honra-nos comunicar à V. Excia que sobre o vosso pedido **de autorização para recolha de dados de pesquisa nesta instituição**, recaiu o despacho do Técnico Carlos Jackson, com o seguinte teor: -

----- "***Autorizo. Devendo observar as medidas de prevenção da Covid-19*** "------

----**Assinatura ilegível do Técnico,** Carlos Jackson ----

Sem mais, cordiais saudações. ----------

O Chefe do Serviço

Félix Fernando Nihoca

/Técnico Superior de N1/

MUNICÍPIO DE CHIMOIO
CONSELHO MUNICIPAL DE CHIMOIO
GABINETE DO PRESIDENTE

0

EXMO SENHOR,

ASSINDE JOAQUIM ASSUMANE

= CHIMOIO =

N/Referência n° 175 /CAC /GP/024.1/2022 **DATA: 10.02.2022.**

ASSUNTO: **Transcrição de Despacho**

Para o vosso conhecimento, cumpre-nos o dever de transcrever o despacho exarado pelo Senhor Vereador de Administração e Finanças do Conselho Municipal de Chimoio, recaído sobre a carta s/n° de 08 de Fevereiro de 2022, a qual pede a recolha de informações sobre a **Prestação de serviços de saneamento de serviços nas Autarquias locais em Moçambique**, cujo teor é o seguinte:

" AUTORIZA-SE "

O VEREADOR

Assina: JULIÃO ZACARIAS GUEZE

Data: 09.02.2022

13H55

"POR UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA OS MUNICIPES DE CHIMOIO"

A CHEFE DA SECRETARIA

/HELDA MARIA JOCENE ERAQUEZA/

(Técnica Superior N1)

H.F/GP/7 /2022

SANEAMENTO NA AUTARQUIA DE QUELIMANE





Fonte: O Autor, 2023

SANEAMENTO NA AUTARQUIA DE NAMPULA



Fonte: O autor, 2023

SANEAMENTO NA AUTARQUIA DE CHIMOIO





Fonte. O Autor, 2022

SANEAMENTO NA AUTARQUIA DA MATOLA





Fonte: Jornal o pais.

SANEAMENTO NA AUTARQUIA DE MAPUTO



Fonte: O Autor, 2023

Síntese das Questões do Inquérito por Questionário dirigido aos Munícipes das Cinco (5) Autarquias Locais

Ord.	Dimensões	Síntese das Questões/Variáveis	Tipo de Questões
1	Identificação dos Inqueridos	Sexo, faixa etária, nível de formação, Estado Civil, ocupação e cidade em que reside	Perguntas fechadas conforme a escala de likert (variável de resposta na escala de 1 à 5) e Sim ou Não.
2	Satisfação em relação a recolha e limpeza de lixo	Existência de recolha de lixo, Período ou frequência de recolha de lixo, alocação de contentores de lixo, acessibilidade ou disposição dos contentores de lixo, controle das autoridades municipais	Perguntas fechadas conforme a escala de likert (variável de resposta na escala de 1 à 5) e Sim ou Não.
3	Satisfação em relação a recolha e limpeza de estradas	Realização de limpeza de estradas, período ou frequência de limpeza de estradas	Perguntas fechadas conforme a escala de likert (variável de resposta na escala de 1 à 5) e Sim ou Não.
4	Satisfação em relação a limpeza de valas de drenagens e esgotos	Realização de limpeza de estradas, período ou frequência de limpeza de estradas	Perguntas fechadas conforme a escala de likert (variável de resposta na escala de 1 à 5) e Sim ou Não.
5	Inclusão dos munícipes na tomada de decisão (Serviços de Saneamento)	Governação inclusiva aos munícipes sobre serviços de saneamento	Perguntas fechadas conforme a escala de likert (variável de resposta na escala de 1 à 5) e Sim ou Não.
6	Avaliação de Desempenho das Autarquias locais (Serviços de Saneamento)	Nível de satisfação em relação a avaliação de desempenho dos serviços de saneamento.	Perguntas fechadas conforme a escala de likert (variável de resposta na escala de 1 à 5) e Sim ou Não.

Síntese das Questões Dirigido aos Gestores dos Serviços de Saneamento/Salubridade nas Autarquias Locais

Ord.	Dimensões	Síntese das Questões da Entrevista	Tipo de Questões
1	Gestão dos Serviços de Saneamento	Modalidades ou formas de gestão dos serviços de saneamento;	Perguntas abertas
		Número de empresas contratadas;	
		Disponibilidade ou acessibilidade dos contentores de lixo;	
		Período ou frequência na recolha ou limpeza de lixo e das valas de drenagens e esgotos.	
2	Recursos Humanos e Materiais	Número de meios circulantes;	Perguntas abertas
		Número de contentores alocados e disponíveis;	
		Número de funcionários afetos.	
3	Orçamento gasto para Saneamento	Orçamento gasto por mês para a recolha e limpeza de resíduos sólidos.	Perguntas abertas

.Universidade do Minho
Divisão Académica

Recepção
(A preencher pelo Serviço)

Data ____/____/_____

Número _____/RTD/2018

Rubrica _____

REGISTO DE TEMA DE TESE DE DOUTORAMENTO

NOME COMPLETO Assinde Joaquim Assumane

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO AB1124364 **TIPO DE IDENTIFICAÇÃO** Passaporte **DATA DE VALIDADE** 07/08/2027

NACIONALIDADE Moçambicana **NATURALIDADE** Cidade de Quelimane - Província da Zambézia - Moçambique

DATA DE NASCIMENTO 01/07/1983 **SEXO** Masculino **FILIAÇÃO** Joaquim Assumane Assinde

e de Elizabete Elias Virgílio

ENDEREÇO Rua da Fonte, 7, R/C, Direito – Braga - Portugal

CÓDIGO POSTAL: 4710-060 **TELEFONE** _____ **TELEMÓVEL** +351 915659818, +258 873750334, +258 843750334

Email assiassumane@gmail com.

PROFISSÃO Docente **LOCAL DE TRABALHO** Universidade Licungo - Moçambique

LICENCIATURA EM: Planificação, Administração e Gestão da Educação **UNIVERSIDADE/ESCOLA:** Universidade Pedagógica - Moçambique

ANO DE CONCLUSÃO DA LICENCIATURA 2009 **CLASSIFICAÇÃO FINAL** *(VALORES)* 13 Valores

MESTRADO EM Gestão de Recursos Humanos com Habilitações em Gestão Estratégica de Pessoal

UNIVERSIDADE/ESCOLA Universidade Pedagógica - Moçambique

ANO DE CONCLUSÃO DO MESTRADO 2014 **CLASSIFICAÇÃO FINAL** *(VALORES)* 15 Valores

OUTROS DADOS CURRICULARES

(cont) no Verso

PROVAS DE DOUTORAMENTO EM (Ramo) Ciências da Administração

ESPECIALIDADE (quando existente)

TEMA DA TESE Terceirização de Serviços de Saneamento: Alternativa de Prestação de Serviços nas Autarquias Locais em Moçambique

PALAVRAS-CHAVE Terceirização, Saneamento, Prestação de Serviços, Autarquias Locais

***ÁREA DISCIPLINAR (área FOS):** Economia e Gestão

*Consultar lista anexa do Registo Nacional de Teses e Dissertações

RAMO DE DOUTORAMENTO EM PARCERIA? SIM ☐ **NÃO** X

ESTABELECIMENTO (S)/UNIDADE(S) ORGÂNICA(S) DA PARCERIA

DATA DE ACEITAÇÃO PELO CONSELHO CIENTÍFICO

27 /01/2023

Declaração de Consentimento:

Dados Pessoais:
Nome / Filiação
Sexo /Data de Nascimento /Nacionalidade
Telemóvel / Telefone
Nº Documento de Identificação / Data da Validade do Documento de Identificação
Número de Identificação Fiscal
Morada da Residência Permanente / Email

☒ Consinto que os dados pessoais acima descritos sejam recolhidos pela Universidade do Minho com a finalidade de gestão dos procedimentos administrativos necessários à análise e publicação dos resultados da candidatura, instrução de pedidos apresentados pelo candidato à UMinho, processos administrativos internos de ordem financeira, criação de identidade eletrónica pessoal e elaboração de relatórios estatísticos.

DATA 16 / 02 / 2023

ASSINATURA ASSINADO JOAQUIM ASSUMANE

Universidade do Minho
Divisão Académica

Recepção
(A preencher pelo Serviço)

Data ____/____/_____

Número _____/**RTD/2018**

Rubrica _____

REGISTO DE TEMA DE TESE DE DOUTORAMENTO

ORIENTADOR

NOME DO(A) ORIENTADOR(A) Pedro Jorge Sobral Camões

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO 9299994 **TIPO DE IDENTIFICAÇÃO** Cartão de Cidadão

ORCID http://orcid.org/0000-0003-2294-1488

CATEGORIA Professor Auxiliar

UNIVERSIDADE Universidade do Minho

FACULDADE/INSTITUTO Escola de Economia e Gestão

ENDEREÇO Campus de Gualtar - Edificio 8 - 0.26

Declaração de Consentimento:

Dados Pessoais:
Nome
N° Documento de Identificação
Morada Institucional
Email
ORCID

X Consinto que os dados pessoais acima descritos sejam recolhidos pela Universidade do Minho com a finalidade de gestão dos procedimentos administrativos necessários ao registo de tema de tese de doutoramento, instrução de pedidos apresentados pelo candidato à UMinho, processos administrativos internos e elaboração de relatórios estatísticos.

27/02/2023

Assinado por : **Pedro Jorge Sobral Camões**
Num. de Identificação: BI09299994
Data: 2023.02.27 12:16:58 +0000

Assinatura _____

CHAVE MÓVEL